

GUILHERME PINTO DE ARAÚJO

**TRAJETÓRIA DO TURISMO NO LITORAL CENTRO-SUL DE SC
Impactos socioambientais, desafios e oportunidades para estratégias de
Desenvolvimento Territorial Sustentável.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Leite G. Pinheiro
Co-Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto. C. Sampaio
Co-Orientador: Prof. Dr. Paulo H. F. Vieira

FLORIANÓPOLIS
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FICHA CATALOGRÁFICA

ARAÚJO, Guilherme Pinto de

Trajectoria do Turismo no Litoral Centro-Sul de SC: impactos socioambientais, desafios e oportunidades para estratégias de Desenvolvimento Territorial Sustentável / Guilherme Pinto de Araújo. – Florianópolis, 2008. 134f.: ils., grafs., tabs.

Professor Orientador: Sergio Leite G. Pinheiro

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

Bibliografia: f. 122-129

1. Turismo Ecológico-Comunitário - Teses. 2. Ecologia Política - Teses. 3. Desenvolvimento territorial sustentável - Teses. 4. Ecodesenvolvimento - Teses.

TERMO DE APROVAÇÃO

GUILHERME PINTO DE ARAÚJO

TRAJETÓRIA DO TURISMO NO LITORAL CENTRO-SUL DE SC IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL.

Dissertação aprovada em 27/06/2008, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora.

Prof. Dr. Sergio Leite G. Pinheiro
Orientador

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo H. F. Vieira
UFSC

Prof. Dr. Carlos Alberto C. Sampaio
FURB

Prof. Dr. Luiz Renato D'Agostini
UFSC

Prof. Dr. Sandro Luis Schlindwein
UFSC

Prof. Dr. Alfredo Celso Fantini
Coordenador do PGA

Florianópolis, 27 de Junho de 2008

Gostaria de agradecer a muita gente. Tantas pessoas que, provavelmente, nunca saberão de tal intenção.

No entanto, não me furto dos amigos, aqueles do coração:
Familiars, amigos do NMD, amigos do PGA, amigos do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera, Professores Paulo, Sampaio e Sergio, Cidinha e Cristina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Justificativa da pesquisa	13
Questão, hipótese e objetivos da pesquisa	16
Estrutura da dissertação	17
CAPÍTULO 1 - CONSTRUÇÃO DO PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	19
1.1. O que entendemos por metodologia	19
1.2. Pesquisa qualitativa nas ciências sociais	20
1.3. Natureza da pesquisa	22
1.4. Área de abrangência dos estudos	24
1.4. Etapas e processos metodológicos utilizados na pesquisa	27
1.4.1. Instrumentos de coleta de dados secundários e produção das informações e dados primários	27
1.4.2. Análise e interpretação dos dados e informações	35
CAPÍTULO 2 - ENFOQUE EPISTEMOLÓGICO E TEÓRICO DA PESQUISA	38
2.1. Abordagem sistêmica e Interdisciplinaridade	38
2.1.1. Complexidade e pesquisa socioambiental	38
2.2. Da ecologia política ao desenvolvimento territorial sustentável	43
2.2.1 Reconhecendo a Crise Socioambiental	43
2.2.2 Ecologia Política: repensando o desenvolvimento	45
2.2.3 O Enfoque de Ecodesenvolvimento	46
2.2.4 O Desenvolvimento Territorial Sustentável	48
2.3. Para além da massificação do turismo	52
2.3.1. Turismo Ecológico-Comunitário: inclusão social e autonomia comunitária	54
2.3.2 Exemplos de experiências alternativas de turismo	60
CAPÍTULO 3 - INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS EMPÍRICOS	67
3.1. A trajetória de desenvolvimento da área de estudos	67
3.2. As diferentes fases do sistema turístico	69
3.2.1. O Pré-Turismo	72
3.2.3. A transição da economia tradicional à mercantil	80
3.2.4. Consolidação do Turismo de Massa	88
3.3. A percepção dos atores sobre os temas pesquisados	95
3.3.1. Turismo	95
3.3.2. Conflitos e Meio Ambiente	99
3.3.3. Obstáculos e oportunidades	104
CAPÍTULO 4 – SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
4.1. Síntese, dificuldades encontradas e recomendações para pesquisas complementares	113
4.2. Principais resultados e considerações finais	114
BIBLIOGRAFIA	122
ANEXO I	130

LISTA DE SIGLAS

AGRECO: Associação dos Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra Geral.

APA: Área de Proteção Ambiental.

ASPECI: Associação de Pescadores de Ibiraquera.

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CN: Ciências Naturais.

COFECUB: Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil.

CS: Ciências Sociais.

DTS: Desenvolvimento Territorial Sustentável.

EPAGRI: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

FURB: Fundação Universidade Regional de Blumenau.

LAGOE: Laboratório de Gestão de Organizações que promovem o Ecodesenvolvimento.

NMD/UFSC: Núcleo Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina.

OIT: Organização Internacional do Trabalho.

OMT: Organização Mundial do Turismo.

ONG: Organização Não Governamental.

PGA: Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (Mestrado).

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

RDS: Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

RESEX: Reserva Extrativista.

SC: Santa Catarina.

TEC: Turismo Ecológico-Comunitário.

TM: Turismo de Massa.

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da região de abrangência dos estudos.

Figura 2: Trajetória de desenvolvimento do sistema turístico.

Figura 3: Representação gráfica da fase do Pré-Turismo.

Figura 4: Representação gráfica da fase do Turismo Mercantil.

Figura 5: Representação gráfica da fase do Turismo de Massa.

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Seminário sobre Turismo Ecológico-Comunitário de Garopaba e Imbituba.

Foto 2: Experiência de acolhimento comunitário. Passei em trilhas.

Foto 3: Experiência de acolhimento comunitário. Passei de canoa de um pau.

Foto 4: Forno do engenho de farinha.

Foto 5: Engenho de Farinha de Mandioca.

Foto 6: Rancho de pesca.

Foto 7: Carro-de-boi passando pelas estradas de terra.

Foto 8: Pescadores artesanais na pesca da tainha.

Foto 9: Engarrafamento em estrada de terra na Praia do Rosa.

Foto 10: Depósito irregular de lixo.

Foto 11: Praia de Garopaba nos meses de verão.

Foto 12: Lagoa de Ibiraquera.

Foto 13: As três porções da Lagoa de Ibiraquera.

Foto 14: Comunidade quilombola do Morro do Fortunato.

Foto 15: Região da “Ressacada” (Agricultura Orgânica).

Foto 16: À esquerda a cidade de Garopaba; a direita a Lagoa do Macacú e o Morro do Fortunato.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Grupos de interesse / atores preferenciais a serem entrevistados e quantificação.

Tabela 02: Roteiro de entrevistas.

Tabela 03: Comparativo entre os principais aspectos do desenvolvimento convencional e alternativo.

“Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana”.
Berthold Brecht

“O homem é uma síntese de infinito e de finito, de temporal e de eterno, de liberdade e de necessidade...”.
Soren Kierkegaard

RESUMO

Esta pesquisa aborda o problema da dinamização socioeconômica de uma região costeira, especificamente nos municípios de Garopaba e Imbituba, situados no litoral do Estado de Santa Catarina. Sugere-se que o processo de desenvolvimento baseado no turismo de massa, apesar de promover a economia da região, tem induzido sérios danos socioambientais. Nesse sentido, leva-se em consideração a possibilidade de indução de um padrão alternativo de desenvolvimento. O objetivo geral do trabalho foi identificar os obstáculos e as potencialidades do turismo ecológico-comunitário como estratégia indutora de estratégias de Desenvolvimento Territorial Sustentável, e a possibilidade de fomento a uma forma alternativa de turismo na região. Empregou-se uma metodologia qualitativa de pesquisa, incluindo entrevistas semi-estruturadas com atores-chave e observação participante. A interpretação das informações foi realizada através da análise de conteúdo temático. A partir da análise da *trajetória de desenvolvimento* da região foram distinguidas três fases do desenvolvimento do sistema turístico, sucessivamente, marcadas pela dificuldade das populações locais em acessar bens materiais industrializados no *pré-turismo*; pela perda de autonomia das comunidades aliada à melhoria de suas condições materiais de vida no *turismo mercantil*; e, por último, pela inserção do turismo de massa na região de estudos, culminando na diminuição de alternativas socioprodutivas das comunidades autóctones. As principais conclusões sugerem que é pouco provável que o sistema turístico de massa sofra modificações no curto ou médio prazo. O obstáculo mais crítico refere-se à ausência de um planejamento estratégico voltado ao setor turístico, principalmente o ecológico-comunitário. Contudo, a principal oportunidade faz menção à potencialidade de criação de um sistema socioprodutivo integrando setores da economia tradicional, tendo o turismo ecológico-comunitário como seu vetor de integração. Este arranjo caracterizaria um importante estímulo às atividades tradicionais que compõem a identidade cultural das comunidades, e, por implicação, potencialmente capaz de resgatar sua autonomia sociopolítica.

ABSTRACT

This research is related to the problem of social-economic dynamic of the coastal region of Santa Catarina State (South Brazil), specifically Garopaba and Imbituba cities. It is suggested that “conventional” economic development based only on “sun and sea” type of tourism (also named “mass tourism”), although promoting regional economy, accentuates negative social-environmental impacts. Research questions reflect about possibilities of developing Sustainable Territorial Development (DTS) strategies. The general objective was to analyze potentialities and constraints to “ecological-community” type of tourism and the possibility of coexistence with mass-tourism. The methodology was based on qualitative research, involving semi-structured interviews with key-actors and participant-observation for data gathering, along with content analysis for data interpretation. Interdisciplinary and Second-order Systems (soft-systems) approaches provided the epistemological research basis. Analyzing the evolution of regional tourism system, three different periods were distinguished: the “*pre-tourism*” phase was characterized by restricted access to industrial and modern goods by local communities; the “*mercantile tourism*” period was characterized by decreasing autonomy along with increasing access to industrial and modern goods by local communities; and the more recent “*mass tourism*” phase was characterized by the economic insertion at the global tourism system along with decreasing social-production opportunities for local communities. Research results support that is unlikely the mass-tourism process will decrease in the middle or long term. The major constraint is the lack of strategic planning with the aim to promote a change towards an alternative type of tourism. However, there is a main opportunity related to the potential for the development of a social-production system integrating local economies sectors based on “ecological-community” type of tourism. This system would represent an important support to traditional activities characteristics of local communities’ identity as well as would promote social-political autonomy for local people.

INTRODUÇÃO

O interesse por este estudo baseia-se em pesquisas anteriores desenvolvidas por este autor no entorno da Lagoa de Ibiraguera, localizada nos municípios de Imbituba e Garopaba, SC. Estes estudos culminaram na elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais versando sobre os impactos socioambientais do turismo de massa no entorno da Lagoa de Ibiraguera, além de outros trabalhos realizados junto ao Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento, vinculado ao programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (UFSC). A presente pesquisa dá continuidade a este trabalho, na medida em que, sobre a ótica do turismo, amplia a área espacial de análise.

Estas pesquisas anteriores revelaram a existência de iniciativas/experiências que procuraram minimizar e/ou reverter os impactos socioambientais causados pelo turismo de massa nas últimas décadas, indicando seu potencial para promoção do desenvolvimento sustentável. Simultaneamente, o processo de desenvolvimento “convencional” baseado no turismo de massa, apesar de promover a economia da região, vem ameaçando tais experiências.

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi avaliar os obstáculos e as potencialidades do turismo ecológico-comunitário como instrumento de desenvolvimento territorial sustentável. Será possível conciliar estes dois tipos de turismo – de massa e o ecológico-comunitário – e diferentes visões de mundo em uma mesma região?

Justificativa da pesquisa

Partindo da problemática da degradação da zona costeira brasileira¹, o presente trabalho tem como espaço de análise dois municípios do litoral centro-sul catarinense: Garopaba e Imbituba. Com a implantação da rodovia BR-101 na década de 70, teve início uma dinâmica imigratória que resultou na urbanização maciça, centralizada, desordenada e altamente predatória desta região. Um dos resultados foi o desequilíbrio/concentração dos serviços turísticos e desigualdades sócio-espaciais no território catarinense (LINS, 1993, 2000, 2002). Pode-se citar a concentração da atividade turística em algumas cidades localizadas na zona costeira catarinense: a) no litoral Norte, Bombinhas, Itapema, Porto Belo e São Francisco do Sul; b) no litoral central, Florianópolis; c) no litoral Sul, Garopaba, Imbituba e Laguna.

Especificamente em Garopaba e Imbituba, dois municípios do litoral centro-sul,

¹ Considerada como um patrimônio natural e cultural pela Constituição Federal de 1988, a zona costeira brasileira, principal ponto de convergência dos vetores econômicos e de desenvolvimento, vem sendo palco de danosos impactos socioambientais no transcurso das últimas décadas.

segundo Araújo (2006), a trajetória de desenvolvimento foi marcada pelas profundas transformações socioambientais ocorridas nas duas últimas décadas em virtude do desenvolvimento do turismo de massa² em um regime de livre acesso³, tais como: a) a incorporação de uma nova dinâmica socioambiental, econômica e política, que estimulou profundas modificações no estilo de vida das populações autóctones, como o rompimento do binômio pesca-agricultura; b) a introdução de símbolos de difícil tradução em comunidades despreparadas do ponto de vista da educação formal, tendo como resultado o surgimento de necessidades de consumo baseadas no que se convencionou chamar de moderno padrão urbano-industrial; c) a transformação na relação com a terra, o fundamento de um sistema econômico pesqueiro-agrícola baseado em trocas ganha status de reserva de capital em função da especulação imobiliária.

Os novos vínculos empregatícios criados pelo setor turístico afastaram muitos pescadores das atividades pesqueiras, principalmente os mais jovens. O rompimento do binômio pesca-agricultura, base da economia tradicional da região, implicou na criação de um contexto de dependência estrita ao setor turístico por parte das comunidades.

Devido à carência de qualificação profissional das famílias de pescadores artesanais para competirem de forma igualitária em uma economia de mercado capitaneada pela “indústria do turismo”, pessoas vindas de outros locais – principalmente São Paulo, Porto Alegre e Argentina – e dotadas de um espírito empreendedor, assumiram a hegemonia do desenvolvimento econômico regional.

Segundo os trabalhos realizados pelo NMD, sugerimos que, em parte, o Poder Público local contribuiu para a formação deste contexto, mediante o descaso das sucessivas gestões municipais. Neste sentido, tem sido sistematicamente negligenciada a criação de infraestrutura básica de saneamento, saúde, transporte coletivo e capacitação profissional. Não existe um sistema de planejamento do desenvolvimento local preventivo e proativo, capaz de responder aos desafios criados pelo turismo de massa.

Segundo Sachs (2003), formas tão intensas de turismo acontecem geralmente em

2 O turismo de massa é aquele desenvolvido, geralmente, de forma sazonal, que procura obter a maior rentabilidade no menor tempo possível, privatizando os lucros de curto e médio prazo e socializando os danos socioambientais de longo prazo. Geralmente ele acontece em regiões dotadas com atributos paisagísticos. No Brasil caracteriza-se sob o apelo Sol-e-Mar (SAMPAIO, 2005) Nesta modalidade turística as comunidades, geralmente pouco qualificadas profissionalmente, são utilizadas como mão-de-obra barata, ocupando postos de trabalho com pouco prestígio socioeconômico (ARAÚJO, 2006).

3 Os recursos de propriedade comum não podem ser divididos entre consumidores separadamente. Normalmente, em situações de livre-acesso, quando acontece o uso individual o resultado é a subtração da possibilidade de uso por outros, uma vez que o uso individual do recurso afeta as chances potenciais dos demais usuários (BERKES, 1989; 2005).

locais onde a atividade turística é a principal ou única fonte de renda da população local. Por outro lado, este processo também propiciou o surgimento de uma matriz cultural híbrida que contribuiu para a formação de iniciativas/experiências sociais e/ou socioprodutivas “alternativas”, ou seja, que estimularam a criação de novos padrões de desenvolvimento sustentáveis. Elas surgiram principalmente no decorrer das últimas duas décadas e apontam o potencial para a consolidação de um padrão alternativo de desenvolvimento na região.

No plano internacional, no ano de 2006 foi criada a *Red de Turismo Comunitário de América Latina*, impulsionada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta rede representa uma inovadora cooperação entre comunidades tradicionais (campeiros, indígenas, pescadores) de diversos países da América Latina – como Bolívia, Brasil, Chile, Guatemala, Honduras, Peru, Argentina, entre outros – que buscam no turismo comunitário formas de resistência e inclusão social, dinamizando suas economias locais, despertando o empreendedorismo em busca de melhores condições de vida. A existência desta rede associativa revela a dinâmica de crescimento do turismo comunitário em nível internacional e sua capacidade de transformação de regiões socioeconômicamente desfavorecidas.

Outra iniciativa associativa ligada ao turismo é a Rede Traf, uma rede de turismo rural voltada à agricultura familiar. Ela articula técnicos, instituições e representações de agricultores que visam o desenvolvimento do turismo rural no país, objetivando o desenvolvimento rural sustentável. Esta rede vem sendo apoiada pelo Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar – PNTRAF do Ministério do Desenvolvimento Agrário com a participação do Mtur. Esta cooperação visa promover o desenvolvimento rural sustentável, através da implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, agregando renda e gerando postos de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida. Suas diretrizes norteadoras são focadas na formação e capacitação contínua de técnicos e agricultores, na adequação e implantação de infra-estrutura, no estudo de legislação e de regulamentos técnicos, na criação de um ambiente favorável para a inserção de produtos no mercado nacional e nas práticas de gestão que priorizem a articulação, participação e solidariedade.

Um importante incentivo institucional parte da inovação do Programa Nacional *de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*, na linha do Pronaf Pesca, que financia investimentos para pescadores artesanais com renda familiar anual bruta de até R\$ 40 mil, objetivando modernizar e ampliar as atividades produtivas.

Cabe ressaltar que esta pesquisa se insere no quadro de dois projetos (CAZELLA,

2004; VIEIRA, 2003), vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, ambos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente a zona costeira do litoral centro-sul de Santa Catarina é uma das regiões de SC onde se concentram os estudos de ambos projetos.

Além disso, esta pesquisa complementa um esforço ligado à pesquisa sobre turismo ecológico-comunitário no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB), através do professor Dr^o. Carlos Alberto Ciose Sampaio, coordenador do Instituto LAGOE⁴. Esta parceria foi fundamental para o estudo específico da noção, ainda incipiente e em construção, de turismo ecológico-comunitário.

Questão, hipótese e objetivos da pesquisa

Em trabalho anterior (ARAÚJO, 2006) – realizado no âmbito do Núcleo Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento - sobre os impactos socioeconômicos e ambientais negativos do desenvolvimento do turismo de massa na região de entorno da Lagoa de Ibiraquera, localizada entre os municípios de Garopaba e Imbituba, e berço do Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, este autor pôde levantar uma série de questões que passaram a ser melhor exploradas na presente dissertação, procurando agora examiná-las a partir do enfoque teórico do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Em síntese, as questões por nós levantadas tratam sobre:

- a) o entendimento da *trajetória de desenvolvimento* da região nas últimas décadas, especificamente as transformações induzidas pelo turismo, i.é, como elas contribuíram para moldar as dinâmicas de desenvolvimento territorial dos municípios de Garopaba e Imbituba;
- b) a existência de um cenário favorável à formação de estratégias de Desenvolvimento Territorial Sustentável induzidas por experiências de Turismo Ecológico-Comunitário (e iniciativas correlatas);
- c) a possibilidade de convivência entre modelos diferentes de desenvolvimento turístico (TM e TEC).

A hipótese desta dissertação é que *a consolidação de movimentos socioambientais somada à proliferação de experiências socioprodutivas, são indícios de que a região do*

4 “O Instituto LAGOE visa consolidar um construto teórico que seja de fácil visualização prática, denominado Ecosocioeconomia das organizações, que converja em metodologias de gestão organizacional, que sinalizem ênfase interorganizacional, qualificadas como participativas, descentralizadas, social e ambientalmente responsáveis e associativas; e que ainda predomina certa inovação de práticas gerenciais sob o viés extra-organizacional”. <http://www.lagoe.org.br/index.htm>

Litoral Centro-Sul caracteriza-se como um “território” em formação, com condições para o desenvolvimento do turismo ecológico-comunitário, entendido como um vetor de dinamização socioeconômica e, portanto, uma estratégia indutora de Desenvolvimento Territorial Sustentável na zona costeira Centro-Sul de Santa Catarina.

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral identificar os obstáculos e as potencialidades do turismo ecológico-comunitário como estratégia indutora de Desenvolvimento Territorial Sustentável no litoral centro-sul de Santa Catarina, e a possibilidade de convivência de duas diferentes formas de turismo em uma mesma região.

Como objetivos específicos, estabelecemos os seguintes:

- a) Realizar uma revisão histórica sobre os principais fatores que têm condicionado a trajetória de desenvolvimento da região, especificamente a evolução do turismo;
- b) Identificar iniciativas/experiências que possam oportunizar a formação de estratégias de DTS na região, tendo o TEC como um dos principais vetores de indução;
- c) Identificar os principais obstáculos e oportunidades para o fortalecimento e integração de dinâmicas territoriais em curso;
- d) oferecer subsídios para a formulação de projetos, programas e políticas públicas que estimulem o DTS na zona costeira brasileira.

Estrutura da dissertação

No **capítulo 01** apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados na realização desta pesquisa, envolvendo as fases de produção e coleta, sistematização, análise e interpretação de dados e informações. Basicamente foi utilizada uma metodologia qualitativa. Faz-se também referência à unidade de análise tomada para este estudo, à tipologia definida para os grupos de entrevistados e às etapas e procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho.

No **capítulo 02** tratamos dos elementos teóricos relacionados à temática proposta para este estudo. Tratou-se do enfoque epistemológico observado nesta pesquisa e matizado por nossa concepção de interdisciplinaridade e da abordagem sistêmica; dos desdobramentos da ecologia política em direção ao desenvolvimento territorial sustentável; e sobre a temática do turismo, sua produção no cenário da globalização e os desafios de inclusão das comunidades autóctones de determinados territórios.

No **capítulo 03** foram analisadas as informações provenientes da pesquisa de campo. A

trajetória de desenvolvimento pertinente ao desenvolvimento do setor turístico dos municípios de Garopaba e Imbituba foi recomposta e, a partir de sua análise, foram distinguidas e caracterizadas três fases de consolidação do sistema turístico e suas implicações socioeconômicas. Também foram delineados e examinados os principais temas observados na pesquisa de campo e, por implicação, as convergências e divergências entre as percepções dos grupos de atores sobre eles.

Finalmente, no **capítulo 04** realizou-se uma síntese do trabalho, incluindo-se os principais resultados, nossas considerações finais, as limitações e implicações percebidas e resultantes do estudo realizado, além de sugestões sobre novas pesquisas a fim de complementar o presente estudo.

CAPITULO 1 - CONSTRUÇÃO DO PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este capítulo trata dos procedimentos metodológicos utilizados na realização desta pesquisa, envolvendo as fases de produção e coleta, sistematização, análise e interpretação de dados e informações. Com o propósito de situar metodologicamente, este trabalho inicia-se fazendo uma reflexão sobre o sentido da metodologia científica, faz referência aos métodos de pesquisa utilizados, sua articulação no desenvolvimento deste estudo e à natureza desta pesquisa. Faz-se também referência à unidade de análise tomada para este estudo, à tipologia definida para os grupos de entrevistados e às etapas e procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho.

1.1. O que entendemos por metodologia

Uma teoria ou uma prática teórica anterior é um conhecimento construído por outros estudiosos e que lança luz a questões de novas pesquisas. A teoria é construída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos. Todavia, nenhuma teoria por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar todos os fenômenos e processos. Portanto, principalmente nas ciências sociais, as teorias são explicações parciais da realidade, e cumprem funções muito importantes como: colaborar para esclarecer melhor o objeto de investigação; ajudar a levantar as questões, os problemas, as perguntas e/ou as hipóteses com mais propriedade; permitir maior clareza na organização dos dados; e iluminar a análise dos dados organizados, embora não possam direcionar totalmente essa atividade, sob pena de anular a originalidade da pergunta inicial. Em resumo, a teoria é um conhecimento de que nos servimos no processo de investigação, como um sistema organizado de proposições que orienta a obtenção de dados e a análise dos mesmos, e de conceitos que veiculam seu sentido.

A metodologia científica é um caminho percorrido no trabalho de investigação, é um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações.

Ocorre que muitas vezes o pesquisador percebe, no decorrer de seu trabalho, que o caminho traçado anteriormente não mais se justifica diante das novas informações que vão sendo apresentadas pela realidade que se observa. Diante disso, é justo que o roteiro metodológico seja flexível e adaptável no transcorrer de toda a pesquisa, sem que isso

signifique uma perda ao cumprimento do objetivo geral. Algumas modificações e adaptações metodológicas se mostraram necessárias no transcorrer deste estudo, as quais serão comentadas na seção de Considerações Finais.

1.2. Pesquisa qualitativa nas ciências sociais

A presente dissertação seguiu uma abordagem qualitativa de pesquisa científica. Queremos dizer com isso, que seu foco de análise reside em níveis de realidade não quantificáveis, em um universo sociocultural repleto de significados, motivações, crenças, valores e atitudes.

Um sinuoso caminho foi percorrido para que a comunidade científica passasse a aceitar a validade dos métodos qualitativos de pesquisa. Desde o renascimento, e, principalmente, após os desdobramentos da Revolução Industrial, passa a se consolidar, na sociedade ocidental, a hegemonia da ciência como discurso de verdade. A construção de uma linguagem controlada e instituída por uma comunidade científica, fundada em conceitos, métodos e técnicas, é a forma considerada legítima para a compreensão do mundo. Neste contexto, passam a se diferenciar duas formas de fazer ciência, por muitos consideradas distintas: as ciências naturais (CN), fundamentadas na uniformidade dos procedimentos que utiliza, e, portanto, muito bem dotada de um status de verdade científica; e de outro lado as ciências sociais (CS), que surgem inicialmente motivadas pelos progressos teóricos e metodológicos realizados pelas ciências naturais.

As discussões sobre a objetividade e subjetividade nas Ciências Humanas sempre ocuparam posição de destaque e são acompanhadas dos seguintes questionamentos: como é possível tratar de uma realidade na qual nós próprios somos agentes? Buscar a objetivação das ciências naturais não é descartar justamente o que é essencial nos fenômenos e processos sociais? E, por último, qual método utilizar para explorar uma realidade marcada pela especificidade e diferenciação, como fundar um acordo estabelecido em princípios e não em procedimentos?

Em um primeiro momento, e de maneira geral, o caminho escolhido pelos cientistas sociais se denominou Positivismo. Nele houve a apropriação da linguagem das CN, transferindo os princípios clássicos da pesquisa quantitativa para as CS, ou seja, propondo que o mundo social opera de acordo com leis causais, uma previsibilidade em termos de causa e efeito; que o alicerce da ciência é a observação sensorial; que a realidade pode ser reduzida e simplificada em estruturas e instituições identificáveis - como dados brutos, crenças e valores,

que, correlacionados, fornecem generalidades, regularidades e, portanto, previsibilidades -; e, que somente os dados objetivos são reais, pois os valores e as crenças fazem parte do universo da subjetividade, e só podem ser compreendidos através dos primeiros.

Em contrapartida, emerge no campo das CS a chamada Sociologia Compreensiva, com sua crítica ao Positivismo baseada na restrição do conhecimento da realidade social àquilo que pode ser quantificado e observado, e a transferência da objetividade para o método. A partir disso, a Sociologia estabelece como seu método a compreensão da realidade humana vivida socialmente. Para tanto propôs a subjetividade como fundamento da vida social, e, portanto, inerente à construção da objetividade nas CS. Dessa forma, o rigor científico não mais se preocupa em quantificar, mas em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais.

Em relação à prática de pesquisa, os métodos usualmente hoje empregados na pesquisa social, como a entrevista e a observação participante, tiveram origem na Antropologia Social a partir dos estudos de Malinowski e da Escola de Chicago na década de vinte. Termos como “trabalho de campo” e “pesquisa de campo”, eram utilizados por esses antropólogos para se opor ao método comparativo dos antropólogos de gabinete. Tanto a Antropologia como a Sociologia se esforçaram para aperfeiçoar técnicas de abordagem do real, imprimindo valor à participação do pesquisador no local pesquisado, e à necessidade de entender o mundo através dos olhos dos pesquisados (HAGUETTE, 1987).

Outro passo importante foi demonstrar que o conhecimento científico é relativo, ou seja, ele é construído em um determinado momento histórico e não dado *a priori*. É no trabalho científico que se elaboram as teorias, os métodos e os resultados considerados válidos a partir de critérios aceitos pelos próprios pesquisadores (KHUN, 1975).

Em síntese, o conhecimento científico é tido como aproximado, construído, subjetivo e histórico. E é justamente nisto que reside sua especificidade, i.é, a historicidade e subjetividade de seu objeto de análise: as sociedades. Estas, em constante transformação, se configuram de maneira específica, portanto, suas questões sociais e teorias são provisórias. Além disso, por serem dotadas de uma consciência sobre sua própria histórica, assim como o próprio investigador, os grupos sociais dão significado a suas próprias ações. Por isso se diz que existe uma identidade entre sujeito e objeto, pois o pesquisador lida com objetos (seres humanos) idênticos a si mesmo. E este objeto possui uma natureza qualitativa, a realidade social, que é sempre mais rica que qualquer teoria, discurso ou pensamento sobre ela.

Segundo Lévi-Strauss (1975 *apud* DAMATTA, 1987), “numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua

investigação”. Na concepção sistêmica de Maturana (2002) estes atributos reforçam o papel do observador/pesquisador em termos de sua responsabilidade e intersubjetividade para com seu estudo. DaMata (1987) sugere que a Ciência Social se torna autêntica quando estamos plenamente convencidos da nossa ignorância, e que na ética do trabalho do cientista social não cabem atitudes condescendentes ou superiores, mas que nossos estudos devem se pautar pela troca igualitária de experiências humanas e no fato de que podemos aprender e nos *civilizar* com o outro. O conhecimento do homem sobre si mesmo é variado, moral e socialmente equivalente. O desafio das ciências sociais é justamente lidar com eventos de determinações complicadas e que podem ocorrer em ambientes diferenciados, podendo mudar de significado de acordo com o ator, as relações em determinados momentos, e sua posição numa cadeia de eventos.

Nas ciências sociais, as condições de percepção, classificação e interpretação se distinguem mesmo quando os mesmos fatos são observados por pesquisadores diferentes. Não se espera, portanto, que este trabalho represente um conjunto de questões, métodos e teorias que nos conduzam inexoravelmente a um resultado último, simples e objetivo, pois problemáticas como a do desenvolvimento envolvem uma multiplicidade de ações possíveis para melhorar um sistema que se identifica.

1.3. Natureza da pesquisa

Este trabalho se caracteriza por seu cunho qualitativo, e envolve a identificação de um sistema e seus componentes. Em nosso caso, isto significa distinguir a trajetória de desenvolvimento do turismo no litoral Centro-Sul de Santa Catarina, suas conseqüências nos campos da vida social e ambiental, e a percepção dos atores sociais. Delimitar um sistema é um ato de distinção realizado a partir de uma perspectiva singular, das representações e interesses de um observador (ESTEVEZ DE VASCONCELLOS, 2003; MATURANA, 2002; MORIN, 2003b, VIEIRA, 2006b).

Procuramos associar esta pesquisa à abordagem sistêmica. Esta abordagem foi importante para eliminar as dicotomias e dualidades tão comuns em nosso pensamento e na ciência. O exercício de pensar complexo, a tentativa de enxergar as inter-relações envolvidas em um sistema permitiu-nos um entendimento relacional sobre o fenômeno social analisado e, por conseguinte, a proposição de melhorias que representam alternativas para a consolidação de pactos sociais entre os atores envolvidos, em um jogo onde todos cedem, mas também todos ganham.

Existem diferentes abordagens sistêmicas, as quais podem ser sinteticamente divididas em duas ramificações. Uma delas é chamada *hard systems*, ou de primeira ordem, segundo a qual os sistemas realmente existem no mundo, independentemente do observador, o qual em geral procura manejá-los conforme seus próprios interesses. Esta abordagem sistêmica se assemelha em muito ao positivismo descrito anteriormente, pois prescreve à existência de leis gerais que, compreendidas, permitem a manipulação do real (premissas da objetividade e previsibilidade). Entre as diferenças com o positivismo esta abordagem sistêmica enfatiza o todo e as relações entre as partes.

Outra abordagem sistêmica é denominada *soft systems*, ou de segunda ordem. Ela sugere uma mudança na concepção de que o mundo é um sistema, para um processo sistêmico de indagação e aprendizado. Na abordagem *soft* o foco não é colocado na análise dos sistemas como se existissem independentemente do observador. Pelo contrário, parte do pressuposto que sistemas são distinções realizadas pelos observadores, e o foco é no entendimento das relações humanas (comunicação entre as diferentes percepções) e nas interações entre componentes e sistema-ambiente visando melhorar uma situação-problema, criando mais possibilidades (CHECKLAND, 1999; PINHEIRO, 2000).

Reconhecendo a diversidade de abordagens sistêmicas existentes, não pretendemos sugerir a superioridade de uma sobre outra. Ocorre que existem situações-problema distintas em que uma delas pode se mostrar mais útil e eficaz. Em nosso caso, onde praticamos uma modalidade qualitativa de pesquisa sobre um fenômeno social, acreditamos que a abordagem *soft* nos ajuda a lidar com situações de complexidade em processos sociais que aprendem a partir de uma “trajetória de desenvolvimento”.

Com esta ferramenta – ou mesmo “postura científica”-, pretendemos compreender as distintas percepções dos atores envolvidos na situação-problema a fim de identificar, não a forma como o desempenho do sistema pode ser otimizado segundo um único interesse e perspectiva (ex. crescimento econômico), mas sim o que caracterizaria uma melhoria na situação-problema envolvendo múltiplos interessados e diferentes distinções sobre esta situação. Em outras palavras: quais as possibilidades de criação de um arranjo socioproductivo a partir da homologação de um pacto social entre os atores interessados? Nesse sentido, podemos questionar até que ponto o TEC significa uma melhoria na situação-problema, na medida em que se torne uma alternativa para aqueles excluídos (ou pouco favorecidos) pelo TM? Ou mesmo, quais os impactos que ele pode causar na dinâmica do TM? Na visão dos vários atores envolvidos, estes impactos representariam melhorias na situação-problema?

Em resumo, este trabalho se traduz em um processo de indagação e aprendizagem, no

qual o pesquisador é componente de um “sistema pesquisante”. Segundo Von Foster (1990, 1991 *apud* ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2003), o pesquisador observa/reconhece sua própria participação, procurando aumentar o número de alternativas possíveis entre as quais o sistema possa fazer sua escolha.

1.4. Área de abrangência dos estudos

No ambiente da zona costeira catarinense, inicialmente, elegemos como área de estudo os municípios de Garopaba, Imbituba. Isto se justificou, pois, estes apresentam uma dinâmica de desenvolvimento similar e guiada pelo setor turístico. Além de estarem situados na área de estudos abarcada pelo *Projeto Desenvolvimento territorial: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais do estado de Santa Catarina*⁵.

Tomando como base o enfoque de DTS (EISFORIA, 2006), passamos a procurar no decorrer da investigação quais áreas poderiam ser caracterizadas como um “território em construção” – caracterizado pela existência de laços de confiança, saber fazer compartilhado, associativismo, herança histórica, entre outras características que facilitam estratégias de desenvolvimento baseadas no associativismo -, e não simplesmente um território dado – relacionado ao espaço físico propriamente dito, pois mesmo a concentração de setores e atividades produtivas complementares não garante a “coesão social” (HIRSCHMAN, 1996; HIGGINS, 2003; PUTNAM, 1996).

Nesse sentido, a cada incursão a campo nossas atenções se voltaram para porções geográficas cada vez menores, diante da totalidade da área de abrangência dos estudos acolhida anteriormente. Este método nos revelou progressivamente indícios da existência de pequenos “territórios” forjados em um ambiente hostil, mas com profundas ligações socioculturais e socioeconômicas com outros pequenos “territórios em construção”. De

⁵ O projeto “Desenvolvimento territorial: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais do estado de Santa Catarina” é coordenado pelos professores Dr. Ademir Antonio Cazella (CCA) e Dr. Paulo Henrique Freire Vieira (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem como objetivo a identificação e mapeamento de iniciativas exemplares de planejamento e implementação de estratégias de desenvolvimento territorial em diferentes regiões do estado de Santa Catarina, avaliando comparativamente os obstáculos e as potencialidades que cercam o esforço de consolidação institucional e a dinamização dessas iniciativas, visando uma compreensão sistêmica das condições que tornam possível a formação e a consolidação progressiva de espaços de desenvolvimento dotados de certa autonomia e, ao mesmo tempo, imbricados nos níveis superiores de organização e gestão das dinâmicas territoriais. Este projeto conta com a contribuição de pesquisadores franceses através de um projeto de cooperação no quadro do convênio CAPES/COFECUB (2004/2005), coordenado, do lado brasileiro, pela Universidade Federal de Santa Catarina e, do lado francês, pela *Université François Rabelais de Tours*. Esta cooperação pretende realizar o levantamento de experiências em quatro regiões de Santa Catarina e, respectivamente, a execução de estudos de casos.

maneira sucinta apresentamos a delimitação espacial destes territórios:

a) o entorno da Lagoa de Ibiraquera, movido pela dinâmica do Fórum da Agenda 21, pelas iniciativas de estímulo a uma rede de turismo comunitário através da parceria com a associação de agricultores Acolhida na Colônia, bem como, pelo volume de pesquisas acadêmico-científicas realizadas por universidades como UFSC e FURB;

b) a região da Ressacada em Garopaba, onde existe uma dinâmica de agroecologia influenciada pela atuação da EPAGRI, pela criação de uma associação de produtores orgânicos e pela consolidação do Mercado do Produtor, um espaço/ feira localizado perto do centro de Garopaba voltado à comercialização da produção orgânica e artesanal da região;

c) e a região do Macacú e Morro do Fortunato, localidades marcadas pela rusticidade do estilo de vida e pela existência de uma base socioeconômica agrícola que remonta ao período “tradicional” de produção.

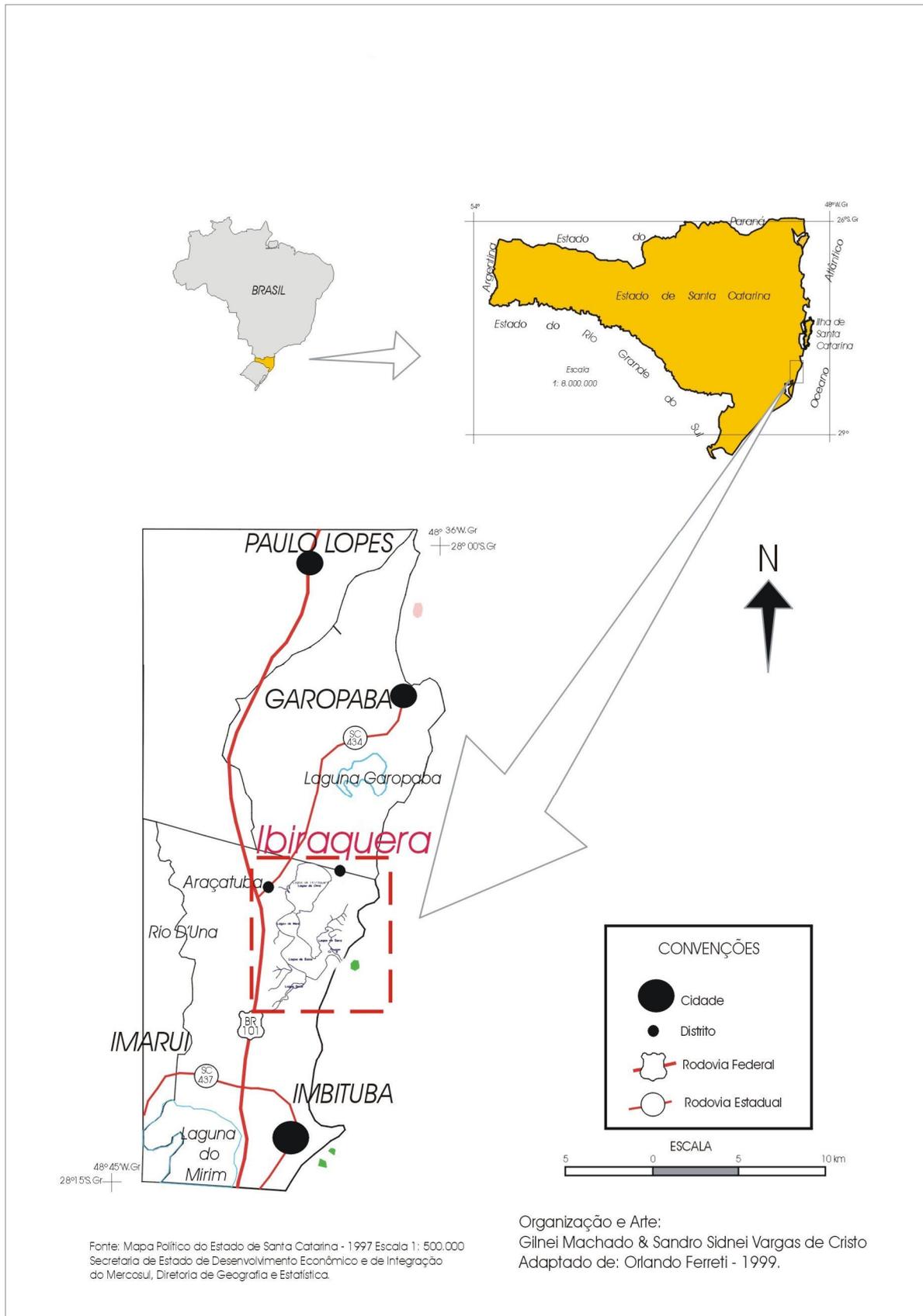


Figura 1: Mapa de localização da região de abrangência dos estudos.

1.4. Etapas e processos metodológicos utilizados na pesquisa

1.4.1. Instrumentos de coleta de dados secundários e produção das informações e dados primários

Para verificar as questões e hipóteses levantadas acima foram adotadas as seguintes ferramentas metodológicas:

a) levantamento e sistematização de dados secundários e de literatura;

Do início ao fim, este trabalho contou com uma revisão da bibliografia que se traduziu na identificação, localização e compilação de dados e informações contidas em livros, revistas especializadas, publicações de órgãos oficiais, entre outros materiais. Com isso foi possível realizar uma síntese a partir do conhecimento já existente na literatura nacional e internacional versando sobre as temáticas abordadas nesta dissertação.

Para isso, foram eleitos três temas principais como foco da revisão de literatura: o enfoque sistêmico, o desenvolvimento territorial sustentável e o turismo ecológico-comunitário. O primeiro teve como função apresentar o pano de fundo epistemológico sobre o qual se desenvolveu a pesquisa. O segundo representa uma síntese dos desdobramentos do enfoque de Ecodesenvolvimento gestado desde meados da década de 1960, o qual representa atualmente uma das evoluções mais compreensíveis sobre o tema do desenvolvimento sustentável. O último caracteriza-se pelo esforço em apresentar uma noção de turismo baseada naqueles dois temas, e, portanto, calcada no protagonismo comunitário para o direcionamento dos rumos do desenvolvimento em regiões turísticas. É preciso ressaltar que, mesmo existindo uma imensa quantidade de publicações versando sobre o fenômeno do turismo, ainda hoje é escassa a literatura específica sobre sua face comunitária. No Brasil são poucos os autores que vêm tratando o tema com a devida dedicação e profundidade. Por implicação, a revisão de literatura sobre este tema foi reduzida aos autores brasileiros de maior destaque.

b) Pesquisa a dados secundários e documentais

São considerados dados secundários e documentais aqueles obtidos a partir de documentos cientificamente autênticos (PÁDUA, 1997; QUIVY e CAMPENHOUDT, 1992). Para os fins deste trabalho foram priorizados os dados contidos na rede mundial de computadores.

c) Observação direta

A observação direta é considerada um dos melhores instrumentos para responder aos anseios dos pesquisadores das Ciências Sociais. Este tipo observação permite a captação dos acontecimentos no momento em que eles se produzem, sem a mediação de um documento ou um testemunho. A observação sociológica que incide sobre o comportamento dos atores procura reconstruir os sistemas de relações sociais e os fundamentos culturais e ideológicos que lhe subjazem. Assim, o observador pode estar atento ao aparecimento ou transformação dos comportamentos, aos efeitos que eles produzem e aos contextos nos quais são observados. Cria-se a possibilidade de efetuar uma investigação pormenorizada dos modos de vida (PÁDUA, 1997; QUIVY E CAMPENHOUDT, 1992).

São dois os tipos de observação: a *natural* ou *direta*, quando os registros são feitos sem que os observados percebam; e a *idealizada* ou *observação participante*, quando o observador interfere e cria situações novas, com ou sem a consciência dos observados. As duas maneiras foram utilizadas nesta pesquisa, devida a proximidade e envolvimento deste pesquisador com a maioria dos grupos pesquisados.

A observação direta permitiu-nos vivenciar as situações e problemas e, balizados pelos indicadores construídos previamente, pudemos focar nossas observações em função das hipóteses e objetivos do trabalho. Através de muitas incursões em campo – desde o primeiro ano de mestrado -, para realizar entrevistas, participar de eventos e reuniões comunitárias, ou mesmo para desfrutar do convívio das pessoas do lugar. Ao longo do tempo este pesquisador pode se inserir na vida coletiva do grupo estudado. Isto possibilitou a obtenção de informações relativas ao “não-verbal”, ou seja, às condutas instituídas e aos códigos de comportamento, modos de vida e traços culturais e organização espacial dos grupos.

d) Entrevistas com atores-chave

Como sugerem Quivy e Campenhoudt (1992), a entrevista é um instrumento que permite a obtenção de informações muito mais ricas e matizadas do que, por exemplo, o questionário fechado, pois permite um contato direto entre o investigador e seus interlocutores. Estabelece-se um processo de troca, no qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções e interpretações sobre um acontecimento ou situação. Isso significa que a entrevista permite analisar o sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêm confrontados: seus sistemas de valores, suas referências normativas, suas interpretações de situações conflituosas ou não e as leituras que fazem das suas próprias experiências.

No entanto, o sucesso da utilização deste método depende fundamentalmente do espírito teórico do investigador, que deve permanecer atento para que suas intervenções tragam bons elementos de análise. Para a realização da entrevista centramos as conversas em torno da hipótese e objetivos da pesquisa, permitindo que desenvolvimentos paralelos acontecessem, inclusive corrigindo as questões colocadas.

Nesse sentido, as entrevistas se mostraram a principal ferramenta para obtenção de informações, capazes de responder a nossas indagações. Inclusive, ao término da etapa de campo, o material produzido a partir delas se revelou rico em informações que possibilitaram uma inovação na compreensão da trajetória de desenvolvimento do litoral Centro-Sul do estado, assunto que iremos abordar mais adiante.

As entrevistas foram dirigidas a atores chave, i.é, indivíduos, agentes e/ou instituições que representam e exercem influência sobre algum setor da sociedade, seja no nível comunitário ou governamental, e, portanto, foram considerados como representações do “discurso coletivo”. Estes atores possuem status social privilegiado que lhes atribui a capacidade de formar as percepções e opiniões dos diferentes extratos e setores da sociedade.

Para os fins desta pesquisa foram criados quatro grupos de interesse: poder público, nativos, empresários, e instituições da sociedade civil organizada (Tabela 1). Trata-se de uma distinção didática, com o fim de organizar o trabalho de pesquisa e possibilitar posteriores comparações entre os grupos. É preciso levar em conta que um mesmo indivíduo pode se enquadrar em mais de uma categoria, neste caso, optou-se por relacioná-lo naquela mais representativa segundo seu papel social (pescador, empresário, líder comunitário, entre outros).

Tabela 1: Grupos de interesse / atores preferenciais a serem entrevistados e quantificação.

GRUPOS DE INTERESSE	ATORES	QUANTIFICAÇÃO
Poder Público	- Secretarias de turismo - EPAGRI	3 1
Nativos/ Estabelecidos	- Pescadores - Agricultores	7 3
“De fora”	- Moradores que se estabeleceram na região e têm algum envolvimento no processo de desenvolvimento	4
Empresários	- Empresários	4
Instituições da sociedade civil organizada	- Colônias de pesca - Fundo Viralata - AMA - AG. 21 - Mercado do Produtor - APA - Reserva Passarim - ASPECI - Glaico - RDS + agricultores da Ribanceira	10

Ao todo foram realizadas trinta e duas entrevistas formais, além de diversas conversas informais ao longo do tempo em que se realizou a pesquisa. Procurou-se estabelecer um equilíbrio entre o número de entrevistados em casa grupo de interesse. No entanto, nem sempre isso foi possível devido a alguns problemas encontrados em campo, como a dificuldade de contatar e agendar entrevistas com algumas pessoas já previamente selecionadas para serem entrevistadas, o longo tempo necessário para o deslocamento de um lugar a outro, entre outros.

Para a estruturação e realização das entrevistas foi utilizado os métodos da *entrevista formal* (PÁDUA, 1997), ou *semi-diretiva* (QUIVY E CAMPENHOUDT, 1992), nos quais foi estabelecido *a priori* um roteiro contendo questões que procuravam obter informações para a hipótese e os objetivos da pesquisa. O roteiro foi confeccionado contemplando quatro temas (TABELA 2). Com base nas diretrizes metodológicas do enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável, procuramos explorar a *trajetória de desenvolvimento do lugar*, a fim de identificar os condicionantes que geraram o contexto socioeconômico e socioambiental da região estudada; os principais *conflitos socioambientais*; as percepções dos atores sociais; e, por último, os principais *obstáculos e oportunidades* para a criação de uma experiência alternativa de Turismo Ecológico-Comunitário.

Para aprofundar o entendimento a respeito de cada um desses quatro temas, foram estabelecidas algumas perguntas, sem que houvesse a necessidade de que todas fossem respondidas pelos entrevistados, uma vez que, a função do roteiro era estimulá-los da forma mais livre possível a falar abertamente sobre os temas propostos, com as palavras que desejassem e na ordem que preferissem. Inclusive, não houve necessidade de estabelecer uma ordem para proferir as perguntas, elas foram feitas de maneira aleatória na medida em que o entrevistado discorria sobre os temas propostos de maneira quase informal e descontraída.

Tabela 2: Roteiro de entrevistas

TEMAS	QUESTÕES
Trajétoria de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Você pode me contar a sua história e de sua família na região? - Quais as principais mudanças na região nos últimos 30 anos? Como era a região antes e como é agora? Você sabe me dar algum exemplo (econômico, social, cultura ou ambiental)? - O que mudou nos modos de vida? - O que mudou no meio ambiente?
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - A vida na região era muito diferente antes do turismo? - Qual o tipo de turismo predominante na região? - Quais são os seus principais atrativos na região? - O turismo trás benefícios para quem? - Todos estão satisfeitos? Quem não está? Por quê? - Você conhece outra forma de turismo na região (turismo alternativo)? Quais as vantagens e desvantagens desta forma em relação ao turismo convencional?
Conflitos e Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Como o desenvolvimento da região tem influenciado o meio ambiente? Exemplos? Uma história? - Existe algum recurso natural (fauna, flora e minerais) ameaçado? Por quê? - Algum outro recurso natural também está sendo ameaçado? Por quê? - Existe alguém que pensa diferente?
Obstáculos/ oportunidades (TEC e DTS)	<ul style="list-style-type: none"> - Como você enxerga o futuro da região? - Como a situação pode ser melhorada? - Como/quais organizações/instituições têm influenciado na região? É uma influência positiva ou negativa? - Como o Poder Público tem atuado? Como deveria atuar? - No caso do turismo, quais são as oportunidades/potencialidades? - Quais são os obstáculos/dificuldades? - Existe alguma entidade/pessoa com trabalhos ou propostas sustentáveis de turismo? Exemplo? - Você (sua instituição) gostaria de participar de algum projeto comunitário/ associativo, quem sabe, envolvendo outras instituições?

Ao investigador coube simplesmente colocar as perguntas que o entrevistado não chegou por si próprio, no momento mais apropriado e da forma mais natural possível. Com exceção da primeira, a qual iniciou todas as entrevistas, pois se dirigia à história pessoal/familiar de cada entrevistado, permitindo assim uma primeira aproximação amistosa antes de adentrar em temas que poderiam ser considerados mais polêmicos e/ou constrangedores⁶.

Entre o *poder público* buscamos contatar pessoas ligadas às secretarias municipais relacionadas aos temas por nós explorados, como turismo e meio ambiente. Também foi contatado o escritório local da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), uma vez que seus técnicos possuem profundo conhecimento da trajetória de desenvolvimento da região em que atuam e puderam nos relatar as tendências, obstáculos e oportunidades do setor para a formação de estratégias socioprodutivas alternativas.

No grupo de *nativos* buscamos entrevistar pescadores e agricultores com notada liderança e respeito no setor ao qual pertencem. Por nativos, entendemos aquelas pessoas que nasceram, foram criadas e residiram a maior parte de suas vidas no lugar, e, portanto, indicam com maior precisão as percepções das comunidades autóctones sobre os temas de interesse. Esse grupo foi de extrema valia para a compreensão da trajetória de desenvolvimento nas últimas décadas e as profundas modificações em seus estilos de vida.

No grupo dos *de fora*, buscou-se entrevistar pessoas não nascidas e criadas na região, mas que residem a certo tempo na localidade, e, portanto, demonstram uma percepção distinta sobre nossos temas de interesse. Inicialmente, pretendeu-se denominar este grupo como “outsider”, no entanto, optamos pelo termo “de fora”, ou “os de fora”, uma vez que é esta a denominação corrente nas comunidades; o mesmo se aplica à denominação *nativos*. O grupo dos “de fora”, extremamente heterogêneo, contribuiu para aprofundar as percepções dos nativos sobre as recentes modificações socioculturais e ambientais da região, uma vez que já incorporavam valores trazidos de grandes centros urbanos. Desse modo, propiciaram uma hibridização no discurso dos nativos, na medida em que renovaram suas percepções sobre temas considerados irrelevantes.

Outra categoria criada foi a de *empresários*. Nela procuramos entrevistar duas classes de empresários: uma composta de nativos que consolidaram algum empreendimento, outra de pessoas “de fora” que migraram para a região a fim de investir em algum setor econômico. Nossa pretensão foi examinar as distinções e convergências entre os discursos e

⁶ O material completo confeccionado para apoiar o trabalho de pesquisa de campo encontra-se no ANEXO I. Nele podem ser encontrados também o cadastro de entrevistados, o roteiro de auto-apresentação do pesquisador e as impressões pessoais sobre a entrevista.

representações de atores com origens diferentes, mas congregados em um mesmo setor. No entanto, este foi o grupo em que encontramos mais dificuldade para realizar as entrevistas, visto que muitos empresários, inclusive da Associação Comercial e Industrial de Imbituba e Garopaba, não puderam nos receber alegando motivos diversos. Todavia, esta carência foi suprida pelas informações provenientes do estudo de Araújo (2006), quando foi realizado um rigoroso trabalho de entrevistas com empresários, estritamente ligados ao turismo. Esta pesquisa mostrou que, de maneira geral, a problemática ambiental foi incorporada pelo setor – embora, em muitos casos, apenas como estratégia de *marketing* -, com a consciência de que o futuro de seus empreendimentos depende da conservação dos atributos naturais e culturais.

Por fim, adotamos o grupo de interesse denominado *Instituições da Sociedade Civil Organizada*. Nele selecionamos para entrevistas diferentes associações que atuam na região prestando serviços comunitários e/ou em movimentos sociais. Esta categoria é formada também por pessoas que se enquadram em outras categorias por nós criadas. Ela contempla grupos que frequentemente são confrontados com as percepções e opiniões de outros setores em suas ações de desenvolvimento. Com este grupo pretendemos apreender um pouco da realidade dos movimentos sociais e/ou iniciativas alternativas de desenvolvimento que podem caracterizar a região de estudos como um “embrião” de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Em síntese, dentre o conjunto de instrumentos de coletas de dados e informações utilizados nesta pesquisa, foram as entrevistas de campo e a observação direta que mais nos ajudaram a alcançar os objetivos previstos. Inclusive, a segunda foi facilitada pelo longo convívio deste pesquisador com as comunidades da região.

Estes instrumentos nos possibilitaram resgatar elementos históricos recentes da região, e com isso, os fatores fundamentais que condicionaram sua *trajetória de desenvolvimento* nas últimas quatro décadas. Este método possibilitou a caracterização da formação do sistema turístico massificado, das principais transformações socioeconômicas e ambientais que condicionaram o atual estágio de desenvolvimento, e das ameaças e oportunidades para a implementação de experiências-piloto de TEC aliadas à formação de um sistema socioprodutivo integrado e forjado a partir do potencial *territorial* de um “embrião” de DTS. Por último, foi possível oferecer subsídios para a formulação de projetos e políticas públicas para o estímulo do DTS na Zona Costeira brasileira, a partir de uma reflexão sobre o estágio atual e as necessidades mais urgentes para o sucesso, no Brasil e no mundo, de experiências de DTS que tenham como base o TEC.

1.4.2 Análise e interpretação dos dados e informações

A fase posterior à etapa de coleta de dados e informações foi a análise e interpretação destes dados, i.é, sua classificação e organização, o estabelecimento de pontos de divergência e convergência e a identificação de tendências e regularidades (PÁDUA, 1997). A fase de interpretação pode suscitar resultados inesperados, não previstos pelas hipóteses, que podem sugerir modificações no modelo de análise, ou propor pistas de reflexão e de investigação para o futuro (QUIVY E CAMPENHOUDT, 1992).

Segundo Quivy e Campenhoudt (*Idem*), são três as operações fundamentais de análise de conteúdo: a) a descrição e a preparação (agregada ou não) dos dados necessários para testar as hipóteses; b) a análise das relações entre as variáveis; e c) a comparação dos resultados observados com os resultados esperados a partir da hipótese.

A primeira fase compreende a preparação dos dados e informações obtidos durante a observação, ou seja, descrevê-los a partir da formulação de quadros e gráficos, ou agregá-los no caso das variáveis qualitativas.

Em um segundo momento, denominado “codificação axial”, passa-se à análise das relações entre as variáveis em função dos termos da hipótese. Primeiro se procede ao exame das ligações entre as variáveis das hipóteses principais, em seguida das hipóteses complementares, as quais podem ser geradas em fases posteriores do trabalho. Deve-se estar atento para a independência, a associação ou a ligação lógica que pode existir entre as variáveis.

Finalmente, no terceiro momento, denominado codificação seletiva, é efetuada a comparação dos resultados observados com os resultados esperados e a interpretação das diferenças. As hipóteses foram construídas previamente, a partir de relações que julgamos verdadeiras e que, portanto, a observação deveria confirmar. Logo, é a partir da comparação dos resultados obtidos nas duas etapas anteriores e das hipóteses que podemos partir para as conclusões. Caso haja divergência entre os dados observados e as hipóteses, deve-se procurar explicar os motivos da diferença entre a realidade e o que foi presumido *a priori*, inclusive gerando novas hipóteses que possam ser analisadas novamente.

No entanto, existem diferentes maneiras de analisar e interpretar os dados e informações na pesquisa qualitativa. Neste trabalho relacionamos duas propostas de interpretação: a trajetória de desenvolvimento e a análise de conteúdo temático.

A trajetória de desenvolvimento

Vieira (2006b) enfatiza que, do ponto de vista metodológico, o enfoque de DTS sugere que sejam seguidos os seguintes passos para a pesquisa sobre sistemas socioambientais: *diagnóstico descritivo*, *diagnóstico explicativo*, *análise prospectiva*, construção participativa de um *plano estratégico de ação* e *estudos de viabilidades dos projetos*. No presente trabalho, avançamos até o terceiro item (análise prospectiva), sendo que as próximas etapas metodológicas se referem ao projeto mais amplo de Desenvolvimento Territorial em Santa Catarina mencionado anteriormente, o qual será subsidiado pela presente dissertação.

Segundo Cazella (2006: 233), devemos conhecer as grandes linhas da história longa e da história recente da área de abrangência de nossos estudos. Esta maneira de abordar o objeto de pesquisa permite compreender melhor as relações intrínsecas ao sistema por nós delimitado. Delinear a micro-história permite a modulação local da grande história, de forma particular e original, muitas vezes diferente daquela que nos é frequentemente apresentada. Sua análise se constitui em um instrumento para o estudo de dinâmicas territoriais de desenvolvimento, pois o território de desenvolvimento é uma construção histórica. Recompilar a micro-história permite ao pesquisador interpretar o desenvolvimento territorial afastando-se das idealizações sobre o tema.

A análise de conteúdo temático

Outro processo de análise adotado neste trabalho é chamado de Análise de conteúdo temático. Neste caso, seguimos a proposta metodológica de Strauss e Corbin, adaptada por Pinheiro (1998), a qual envolve três fases: codificações abertas, axiais e seletivas.

A etapa de codificação aberta é realizada a partir dos dados brutos e das informações obtidas, em nosso caso, as entrevistas de campo e a observação direta. A partir destas informações, buscam-se semelhanças e diferenças, de forma que possam ser categorizados primeiramente em temas – já citados anteriormente - e depois em categorias de temas.

Na fase de codificação axial busca-se investigar e estabelecer relações e conexões entre temas e as categorias de temas identificados. O objetivo é especificar cada categoria em termos de condições que levaram a sua existência e o contexto das ações que envolvem e conectam as diferentes categorias identificadas, assim como as conseqüências de suas interações.

Na terceira etapa do processo de análise de conteúdo temático é feita a codificação seletiva, na qual são selecionadas categorias de maior interesse para o estudo. As categorias selecionadas são relacionadas com outras categorias, através da formulação de perguntas,

desenvolvimento e teste de teorias ou hipóteses. Nesta fase, no presente estudo, estabeleceu-se como categoria de maior interesse a hipótese deste trabalho, ou seja, a existência de condições para o desenvolvimento do turismo ecológico-comunitário, entendido como um vetor de dinamização socioeconômica e, portanto, uma estratégia indutora de Desenvolvimento Territorial Sustentável na zona costeira Centro-Sul de Santa Catarina.

Em síntese, a codificação aberta é como iniciar os trabalhos de montagem de um quebra-cabeça, onde as várias partes estão dispersas e é preciso começar a juntá-las de alguma forma (por cores semelhantes, por exemplo). Na codificação axial aprofunda-se o processo de análise de convergências e divergências, juntando-se as peças semelhantes em relação a similaridades mais específicas (por exemplo, juntando o azul do céu e o azul do mar em categorias diferentes, e organizando as interações entre categorias). Na codificação seletiva, a interação entre as categorias (peças) é trabalhada mais detalhadamente e as várias partes da figura começam a tomar uma forma mais compreensiva, até que a figura como um todo seja desenvolvida.

Assim, buscou-se através do processo de análise dos dados e informações, na classificação e seleção de temas e na investigação e estabelecimento de convergências e divergências entre as categorias selecionadas, identificar elementos para inferir sobre a existência de condições para o desenvolvimento do TEC nesta Zona Costeira do estado.

Neste capítulo apresentamos a metodologia utilizada no desenvolvimento desta pesquisa. Basicamente realizamos uma pesquisa qualitativa, enfatizando os posicionamentos ético-científicos da abordagem sistêmica. No próximo capítulo trataremos dos elementos teóricos relacionados à temática proposta para este estudo. Em resumo, nos valem do enfoque epistemológico do desenvolvimento territorial sustentável e da abordagem do turismo ecológico-comunitário.

CAPÍTULO 2 - ENFOQUE EPISTEMOLÓGICO E TEÓRICO DA PESQUISA

No capítulo 1 apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo. Neste capítulo, discute-se os enfoques teóricos e analíticos, buscando na literatura referências para embasar este estudo. Trata-se, desta forma, do enfoque epistemológico observado nesta pesquisa e matizado por nossa concepção de interdisciplinaridade e uma vertente da abordagem sistêmica; dos desdobramentos da *ecologia política* em direção ao *desenvolvimento territorial sustentável*; e, finalmente, da temática do turismo, sua produção no cenário da globalização e os desafios de inclusão das comunidades autóctones de determinados territórios.

2.1. Abordagem sistêmica e Interdisciplinaridade

O enfoque teórico utilizado nesta pesquisa se assenta em duas bases epistemológicas: a abordagem sistêmica e a interdisciplinaridade. Neste item trataremos das transformações da ciência no último século e suscitaram seu re-ordenamento teórico-metodológico com importantes conseqüências no surgimento da epistemologia da complexidade, sua relação com outros campos de conhecimento, e a necessidade do enfrentamento da problemática socioambiental pela via da pesquisa interdisciplinar.

2.1.1. Complexidade e pesquisa socioambiental

Apresentamos aqui um dos temas que norteiam esta pesquisa. Ele surge a partir das inovações ocorridas na ciência, principalmente a partir dos desdobramentos dos estudos sobre física quântica no final do Século XIX (MORIN, 2005, 2003a, 2003b; NICOLESCU, 2001; PRIGOGINE, 1996), trata-se do paradigma da *complexidade*.

E o que se pode entender por complexidade? Para Morin (2003, 2005), é um tecido de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados; um tecido de acontecimentos e ações, interações, retroações, determinações e acasos. Mais do que grandes quantidades, ela significa *incertezas* no bojo de sistemas ricamente organizados, indeterminações e fenômenos aleatórios. Ela sempre tem relação com o acaso, numa mistura de ordem e desordem. Por implicação, o desafio epistemológico colocado é introduzir e lidar, no âmbito do trabalho científico, com a imprecisão, a ambigüidade, e a contradição. E o que é um sistema? Para Von Bertalanffy (1975, *apud* SCHLINDWEIN, 2005), “um complexo de elementos em interação”.

A “virtude sistêmica”, diz Morin (2003, 2005), consiste em ter colocado no centro da teoria uma unidade complexa, i.e, um todo que não se reduz à soma das partes; não ter concebido a noção de sistema como uma noção do real; e por situar-se num nível *transdisciplinar* que permite, ao mesmo tempo, conceber a unidade da ciência e a diferenciação das ciências, não apenas segundo a natureza material de seu objeto, mas também segundo os tipos e as complexidades dos fenômenos de associação/organização (*Idem*).

Os conceitos de sistema fechado e aberto permitiram a percepção da relação existente entre um sistema distinguido por um observador e seu ambiente. Foram duas as conseqüências decorrentes da idéia de sistemas abertos: a) que as leis de organização da vida não são de equilíbrio, mas de desequilíbrio; b) que a inteligibilidade do sistema deve ser encontrada não apenas no sistema, mas também na sua relação com o ambiente. Relação esta constitutiva do sistema (MORIN, 2005).

Segundo Pavé e Jollivet (2000), a pesquisa socioambiental é, por natureza, interdisciplinar e, por implicação, considera: a) a necessidade de formular um campo de pesquisa comum, que permita que cada disciplina se situe em relação às outras num empreendimento coletivo visando obter respostas a questões comuns; e b) que o trabalho interdisciplinar exige pesquisas disciplinares, no entanto, as disciplinas precisam estar abertas para influências externas sobre seus métodos e técnicas que possam, inclusive, conduzir ao redirecionamento de seus pressupostos.

Nesses termos, o trabalho interdisciplinar constitui-se em um exercício coletivo de recorte do objeto de pesquisa que conduz a um contato quase permanente entre pesquisadores de diferentes disciplinas especializadas (PAVÉ e JOLLIVET, 2000). Segundo Vieira (2005), a problemática ambiental pode incidir sobre as disciplinas de três maneiras: a) através de uma cristalização de orientações e temáticas de pesquisas já existentes; b) através da modificação da hierarquia dos temas dominantes a partir do reconhecimento de certas prioridades socioambientais; c) através da constituição de novas especialidades. Para Pavé Jollivet e (2000), o estágio inicial da interdisciplinaridade caracteriza-se pela existência de um conjunto de problemas compartilhados entre os pesquisadores. O segundo estágio da interdisciplinaridade implica no trabalho comum entre as disciplinas, onde o confronto entre elas é auxiliado por instrumentos metodológicos.

O paradigma da complexidade passa então a (re) orientar o trabalho científico, suas questões, hipóteses, dados empíricos a serem coletados, os modelos de análise e as estratégias de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos (Vieira, 2005). É internalizado o fato de

que ecossistemas possuem um potencial de auto-regulação que nos leva a considerar as suas dimensões de adaptação, aprendizagem e coevolução (VON BERTALANFFY, 1968 *apud* VIEIRA, 2005). Assim, uma peculiaridade dos sistemas complexos é sua não-linearidade comportamental, ou seja, sua dinâmica é inerentemente imprevisível. O que vem de encontro com a noção de “determinismo estrutural” proposta por Maturana (2002), segundo a qual os seres vivos são determinados por sua estrutura, assim, o que nos acontece num determinado instante depende de nossa estrutura nesse instante. A estrutura de um sistema é a maneira como seus componentes interconectados interagem sem que mude a organização. Num sistema vivo a estrutura muda o tempo todo, dessa forma é possível afirmar que ele se adapta constantemente às modificações do ambiente. O fato de os sistemas vivos estarem submetidos ao determinismo estrutural não significa que eles sejam previsíveis, eles são determinados, mas isso não quer dizer que sejam predeterminados, pois sua estrutura muda sempre e em congruência com as modificações aleatórias do meio.

O desafio passa a ser aceitar e lidar com as incertezas e internalizar que os sistemas sociambientais se organizam em torno de um entre vários possíveis estados de equilíbrio; e que, a partir de certo limiar, mudanças nos circuitos de retroalimentação podem modificá-lo rapidamente (VIEIRA, 2005).

Mas, o que se pode entende por meio ambiente⁷? E por que ele constitui um campo científico de natureza interdisciplinar? O meio ambiente trata-se de um objeto de investigação complexo. Para Pavé e Jollivet (2000), uma noção de meio ambiente com fins à pesquisa científica pode envolver as seguintes características: a) é um objeto central formulado a partir da perspectiva de cada disciplina; b) é complexa, envolvendo três níveis de complexidade. Os dois primeiros “complexidade lógica” e “complexidade aleatória” são relativos ao meio ambiente em si, o terceiro é de natureza metodológica e diz respeito à reflexão sobre meio ambiente realizada nas disciplinas especializadas; c) Ela é polissêmica, pois, o entendimento do que seja difere no interior dos campos científicos; d) ela é recente, pois emerge a partir da constatação dos efeitos devastadores da ação antrópica sobre a terra; e) ela é mutável no espaço e no tempo, pois os componentes do meio ambiente, sua estrutura, evoluem ao longo do tempo; f) ela envolve a incerteza, pois se ocupa de fenômenos de difícil caracterização, identificação e avaliação. Em suma, o que se pretende identificar são os processos que condicionam o estado do meio ambiente – entendido como resultado de processos naturais e antrópicos - a fim de prever e controlar sua evolução.

⁷ A imprecisão semântica do termo “meio ambiente” em língua portuguesa será tratada a partir de uma conceituação relacional que o liga à ciência ambiental.

Assim é possível delinear um campo de pesquisa sobre o meio ambiente, o qual vai exigir uma redefinição nas disciplinas que convirja, em certos termos, com as transformações epistemológicas efetuadas nas outras disciplinas, criando assim uma problemática compartilhada derivada de um ponto de vista comum. Este ponto de vista comum nasce do processo de recomposição, de um jogo de tensões que envolvem três pólos: a) entre cada uma das disciplinas e o ponto de vista comum, b) entre as diferentes disciplinas em relação ao ponto de vista comum, e c) entre esse ponto de vista comum e o conjunto dos processos de recomposição que ele provoca e que conduz a reexames e a redefinições permanentes (PAVÉ e JOLLIVET, 2000).

Dessa forma foi formulada uma proposta provisória dos traços marcantes de um campo de pesquisa próprio às ciências ambientais produzido a partir de um ponto de vista comum entre as ciências. São quatro seus elementos constitutivos: 1) ele decorre de uma questão central que esta ligada às interações entre as evoluções da ecosfera e as sociedades humanas; 2) trata-se da investigação das ações recíprocas da ecosfera sobre as sociedades humanas e dessas sobre a ecosfera, além da análise de como elas evoluem conjuntamente; 3) é duplamente globalizador, pois considera a ecosfera como um todo (seus processos físicos, químicos, de transformação, acumulação, crescimento, etc) e tenta apreender a ecosfera no nível de integração mais elevado possível (planetário); 4) o nível escolhido é onde se evidencia a dimensão problemática, precisando o campo das “interações” e as “evoluções conjuntas” que fazem parte das questões ambientais (*Op. Cit*).

É importante ressaltar que a passagem do paradigma da simplicidade para o paradigma da complexidade não implicou no abandono das disciplinas especializadas. O que se pretendeu foi ampliar as variáveis consideradas no estudo de sistemas socioambientais e criar pontes que permitam uma conversa harmoniosa entre as disciplinas.

Mas como lidar com a complexidade? Uma maneira convidativa são algumas ferramentas conceituais que consistem na substituição do paradigma da separação, redução e previsibilidade (causa-efeito) por outro baseado nas relações de distinção/conjunção, ou seja, que permita distinguir sem separar. No entanto, a complexidade pode levar em conta a lógica clássica, embora considere seus limites. Haja vista os grandes feitos realizados pelo reducionismo - como foram os casos da teoria da gravitação de Newton, a teoria da relatividade de Einstein, e a abertura/encaminhamento para a física quântica - ele não pode ser desprezado (MORIN, 2003a).

Esta pesquisa é um exercício interdisciplinar. Não procura dar conta da série de aspectos envolvidos no fenômeno do turismo, pois é apenas uma parte de um conjunto de

trabalhos oriundos de diferentes campos do conhecimento, porém integrados por um mesmo enfoque teórico-metodológico. A zona costeira do litoral Centro-Sul de Santa Catarina, principalmente os municípios de Garopaba e Imbituba têm se consolidado como um laboratório de pesquisa-extensão para pesquisadores de algumas universidades, com isso estimulando processos sociais.

Em síntese, como dito anteriormente, *mesmo não se tratando de um trabalho específico sobre enfoque sistêmico*, esta abordagem norteou a elaboração desta pesquisa. Possibilitou-nos o entendimento de que sistemas, inclusive os sociais, possuem capacidade para aprender e com isso se transformar (MATURANA, 2002). Mais adiante será demonstrado que as transformações ocorridas nos sistema turístico desde sua gênese foram influenciadas também pelo aprendizado possibilitado pelo intercâmbio entre visitantes e comunidades receptoras, investidores e economia tradicional local. Não pretendemos estabelecer relações simplistas de causa e efeito, mediante as quais geralmente se demonstra como determinados impactos frutos do crescimento econômico prejudicaram as comunidades autóctones. Mas sim tentar compreender as transformações ocorridas no sistema turístico levando em conta a multiplicidade de eventos no tecido socioeconômico, nas relações sociais estabelecidas. Tendo em vista que ao se comparar os aspectos negativos e positivos do desenvolvimento convencional em relação ao alternativo, a ótica dos atores sociais revela relações de complexidade, sobre as quais dicotomias como bom ou ruim não são suficientes para explicar a trajetória de desenvolvimento da região.

Além disso, na última parte deste trabalho sustentaremos que este aprendizado pode facilitar o diálogo e negociação entre o turismo convencional e o TEC. Uma vez que a melhoria da situação problema, envolvendo múltiplos interessados, pode acontecer pela implementação de um pacto social que induza e facilite a democracia e participação nos processos de toma de decisão sobre os rumos do desenvolvimento local. Experiências como o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, a APA da Baleia Franca, o Mercado do Produtor e, mais recentemente, o processo de criação de uma Reserva Extrativista e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, coexistindo entre interesses divergentes e inúmeros conflitos, indicam a existência de coesão social, necessária a implementação de experiências socioprodutivas alternativas. Pode-se dizer que estas iniciativas se caracterizam também como ferramentas sociais para lidar com a imprevisibilidade das ações sobre um sistema, ou seja, como instrumentos que permitem “cuidar” do sistema⁸.

⁸ Segundo Morin (2005), a “*ecologia da ação*” significa que desde o momento em que alguém inicia uma ação

2.2. Da ecologia política ao desenvolvimento territorial sustentável

2.2.1 Reconhecendo a Crise Socioambiental

O enfoque de Turismo Ecológico-Comunitário (TEC) tratado neste trabalho tem como fundamento ético e epistemológico o reconhecimento do contexto de *crise socioambiental* contemporânea (DUPUY, 1980; MORIN, 2002; SACHS, 1977, 2007; VIEIRA 2002). Em conformidade com a abordagem da *ecologia política*, o TEC se caracteriza como uma reflexão sobre os estilos de vida vigentes e sua relação com a base de recursos naturais.

Considera-se aqui que a crise socioambiental está diretamente relacionada à ideologia desenvolvimentista, que associa o desenvolvimento a crescimento econômico e progresso técnico-científico ilimitados, como garantia de melhorias das condições sociais (BUARQUE, 1990; CASTORIADIS, 1987; FURTADO, 1981).

No entanto, segundo Sachs (2007b), o progresso científico não cumpriu sua promessa de bem-estar generalizado para o conjunto da humanidade. Desde os encontros de Copenhague e da Rio-92, as teorias economicistas que colocam a questão do crescimento no cerne do debate vêm sendo questionadas, bem como a crença na difusão “automática” dos resultados do crescimento econômico. Atualmente os problemas sociais se revelam cada vez mais ancorados no nível político do que no técnico, tendo em vista que o avanço tecnológico seria, hoje, suficiente para oferecer à população mundial um nível razoável de conforto material.

Ao resgatar a conhecida frase de Galileo Galilei: "a ciência nos ensina como funciona o céu, mas não nos ensina como se vai ao céu", Leonardo Boff (2007) nos convida à reflexão acerca da eficácia de uma “ciência sem consciência”. Segundo o autor, mesmo que haja certo consenso de que o enfrentamento da crise ecológica global exige soluções técnicas, são os critérios éticos que nos fornecerão as opções socialmente desejáveis. Estas devem considerar o afeto e a sensibilidade, em detrimento da razão no operar da “tecnociência”, dotando-lhe de um sentido ético capaz de encontrar saídas libertadoras para a crise socioambiental (BOFF, 2007).

esta começa a escapar de suas intenções na medida em que ela entra num universo de interações até que o ambiente apossa-se dela. A ação supõe a complexidade, ou seja, o acaso, o imprevisto, a iniciativa, a decisão, as derivas e as transformações. A idéia é então “*seguir a ação*”. A ação, no bojo da complexidade, deve ser entendida como “estratégia”, a qual permite, a partir de uma decisão inicial, prever certos números de cenários para a ação, os quais poderão ser modificados em função das “informações” que chegam no curso da ação e segundo os acasos sucessivos que perturbam a ação. No entanto, a estratégia não se limita a lutar contra o acaso, mas procura utilizá-lo/ aproveitá-lo.

A partir da constatação do “mau desenvolvimento”⁹ nos encontramos diante de uma crise de dimensão planetária e historicamente inédita. Acumulam-se as evidências sobre o volume de impactos destrutivos da ação humana sobre a dinâmica de evolução dos ecossistemas, a ponto de ameaçar as pré-condições de sobrevivência da espécie no longo prazo.

Para Morin (2002), o desenvolvimento da economia nestes moldes tem contribuído para a degradação da biosfera e degeneração psicossocial em termos afetivos, mentais e morais. No processo de mercantilização capitalista todas as coisas são traduzidas em valor monetário passível de produzir lucro. A questão é que esta dinâmica não é capaz de conciliar as necessidades do desenvolvimento econômico com as necessidades dos indivíduos e do planeta. Ou seja, a mercantilização das esferas da vida é incompatível com a ética necessária para superar a crise.

O fato é que as sociedades industriais, dominadas pela ideologia consumista, não souberam aproveitar os ganhos de produtividade para reduzir de maneira significativa o tempo de trabalho socialmente necessário. A tecnologia foi usada para o desemprego e não para a libertação do homem frente suas necessidades básicas de sobrevivência. Neste sentido, Sachs (2007a) enfatiza que o crescimento da economia não resulta necessariamente na criação de empregos; a melhoria deste problema depende, na verdade, da reorientação dos investimentos produtivos. A questão chave por ele proposta é: como conciliar o aumento de empregos e a gestão da qualidade do meio ambiente numa sociedade industrial e de consumo?

Para este autor, o potencial dos países em desenvolvimento é dispor de força de trabalho abundante. Dessa forma, os projetos de desenvolvimento de longo prazo deveriam priorizar atividades que demandam mão-de-obra intensiva (SACHS, 2007b; SCHUMACHER, 1983).

É justamente no setor terciário, onde a atividade turística está inserida, que se revela o potencial do Turismo Ecológico-Comunitário para a geração de emprego e renda. Este enfoque caracteriza-se pelo fato de procurar integrar outros setores produtivos – preferencialmente os associados às formas solidárias e éticas de economia – e por pretender

⁹ Para Sachs (2007b), a crença keynesiana no progresso técnico-científico não se justifica mais, pois o crescimento econômico, a elevação da taxa de investimento, dado o nível de automatização da produção, não gera mais emprego; o homem é cada vez mais dispensável ao processo produtivo. Assim, nas sociedades modernas “a exclusão passou a liderar, superando a exploração (...) os ricos já não precisam mais dos pobres”. Não é verdade que a distribuição desigual dos frutos do progresso tecnológico e econômico resulta da escassez, mas sim da má organização social e política. Assim, a idéia de mau desenvolvimento sinaliza que um quadro de miséria e exclusão social é perfeitamente compatível com o crescimento da economia; o que o autor pretende destacar é que crescimento e desenvolvimento não são sinônimos.

estar ajustado às necessidades de curto e longo prazo.

2.2.2 Ecologia Política: repensando o desenvolvimento

A proposta da ecologia política, segundo Dupuy (1980), questiona a capacidade da crise ecológica em induzir uma nova lógica social baseada no livre desenvolvimento dos indivíduos.

Sua base epistemológica e teórica está calcada numa revisão dos conceitos fundamentais da teoria marxiana e liberal, comparando suas convergências e divergências frente ao movimento ecologista, e estabelecendo uma teoria atualizada e sintética a partir das contribuições de autores representativos da crítica pós-marxista da sociedade industrial.

Suas críticas ligam-se, desde as manifestações de maio de 1968, à vida cotidiana e à sociedade de consumo, e se polarizaram: a) na questão da crise planetária e na impossibilidade de generalização do estilo de vida ocidental; b) na crítica ao fetichismo das forças produtivas; c) na crítica das ferramentas e modo de produção industrial; e d) na crítica do Estado e da heteronomia política (DUPUY, 1980). Contribuíram, portanto, para o início do debate sobre a ética do desenvolvimento, sobre os parâmetros socioambientalmente justificáveis para a formulação de critérios éticos justos.

Um dos autores que contribui de maneira significativa para a reflexão sobre o desenvolvimento ético é Gandhi (SACHS, 1977). Segundo este autor, vivemos a “síndrome do desenvolvimento”, a dominação, em termos socioculturais e econômicos, dos países centrais sobre os países pobres, tendo como principais conseqüências a desigualdade e a degradação ambiental.

Gandhi distingue economia de crescimento. Para ele, a base desta “síndrome” é a má distribuição entre e dentro das nações. Sua hipótese é que o caminho dos países pobres não pode ser uma imitação dos países industrializados. Seria ilusão acreditar que o estilo de vida da classe média dos países ricos possa se tornar acessível à ampla maioria da população mundial. Portanto, os países pobres necessitam de opções econômicas e tecnológicas alternativas para a resolução de seus problemas ligados à pobreza.

A partir desta constatação foi construído o conceito de self-reliance para caracterizar a noção de “desenvolvimento ético”, i.é, o cálculo econômico não deve orientar as escolhas sociais, mas sim a busca de mobilização e auto-suficiência capazes de produzir autonomia nas decisões e controle nas relações externas destes países.

Nesta mesma linha, Galtung (1977) pretende mostrar que a noção de self-reliance tem como fundamento a ruptura da relação de dominação centro-periferia, que pode acontecer

através do rompimento de estruturas imperiais e coloniais históricas de dominação, e da construção de novas relações baseadas na cooperação que precisam priorizar comunidades próximas e, preferencialmente, que se encontram num mesmo nível socioeconômico, a fim de facilitar o estabelecimento de relações horizontais, a máxima participação dos indivíduos envolvidos, e a criação de uma sociedade descentralizada. Por implicação, uma outra economia é necessária e pode priorizar o uso de recursos e a produção para o consumo local, lançando questionamentos sobre a necessidade de qualquer produto/ produção e opondo-se à concepção capitalista de mobilidade produtiva irrestrita no mundo globalizado.

Logo, emerge o problema sobre quais critérios poderão definir estas necessidades básicas visando a criação de um outro estilo de vida pautado na educação e no aperfeiçoamento individual.

2.2.3 O Enfoque de Ecodesenvolvimento

O enfoque de ecodesenvolvimento é o marco ético e teórico que norteia esta pesquisa. Representa uma síntese dos desdobramentos das discussões sobre a teoria sistêmica desde o início do século XX, dos autores precursores da Ecologia Política a partir da segunda metade daquele século e, finalmente, das posições éticas e ideológicas que emergiram a partir da publicação do Relatório Brundtland em 1968 e a realização da Conferência de Estocolmo em 1972. Ainda hoje este enfoque alimenta uma série abordagens científicas, entre elas a de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), uma síntese atualizada do Ecodesenvolvimento.

O ecodesenvolvimento é uma visão de mundo alternativa, onde o processo de desenvolvimento é a somatória de sistemas de valores e de visões de mundo, as quais, relacionadas, criam uma nova ideologia sociopolítica. Pressupondo uma visão sistêmica das interações sociedade natureza nas fases de diagnóstico, intervenção e avaliação, na medida em que se torna decisivo levar em conta o conjunto de aspectos (interdependentes) sociais, econômicos, culturais e ambientais envolvidos nas relações de "co-evolução" entre sociedade e meio ambiente (SACHS, 2001; VIEIRA, WEBER, 1997).

O ponto marcante das estratégias de ecodesenvolvimento é que nelas é necessária a participação efetiva dos atores sociais na identificação dos eixos relativos à satisfação e harmonização das necessidades concretas, na valorização das potencialidades dos ecossistemas, com isso favorecendo a organização coletiva com vistas ao desenvolvimento dessas potencialidades, a partir de ações permanentes voltadas tanto para o local quanto para o global (SACHS, 2001). Constitui um componente para a recuperação de áreas econômica,

social, política e ambientalmente marginalizadas e degradadas. Estimula relações de complementaridade entre atividades produtivas e leva em conta as relações complexas entre as diversas dimensões do processo de desenvolvimento (social, econômica, política, cultural, ambiental). Dessa forma busca a autonomia da população local, embora não se reduzindo a uma simples justaposição de iniciativas locais, mas incentivando a criação de um sistema de planejamento e gestão descentralizado. Procura combinar a problemática relativa do nível local com a transformação progressiva das relações entre os atores econômicos, o Estado e a Sociedade Civil. (VIEIRA & CAZELLA, 2006).

O enfoque de ecodesenvolvimento é, portanto, uma forma alternativa de planejamento e gestão baseada na constatação de uma crise de dimensão planetária e historicamente inédita. Tal situação tem como pano de fundo um padrão de desenvolvimento que não leva em conta os custos sociais e ambientais de longo prazo; que não favorece a internalização da problemática do meio ambiente no planejamento e na gestão; e que estimula a criação de visões distorcidas do meio ambiente entendido como fornecedor de recursos naturais e receptor de detritos das atividades humanas (VIEIRA, 2006b).

No campo da gestão, segundo Sachs (1986a, 1986b), o desafio mais premente diz respeito à adoção de uma diretriz preventiva-proativa que esteja balizada por estratégias plurais, inventivas e ajustadas à diversidade do contexto sócio-ecológico de cada localidade e em harmonia com as várias dimensões do processo de desenvolvimento regional e urbano.

Em síntese, os pressupostos normativos do ecodesenvolvimento incluem simultaneamente a) a busca de satisfação das necessidades básicas das populações; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) o critério de prudência ecológica, partindo do pressuposto do abandono dos padrões vigentes na relação predatória entre sociedade e natureza; d) o critério de equidade, que indica a necessidade de redirecionamento dos processos usuais de promoção do crescimento material, visando reduzir ao mínimo possível o abismo atual entre ricos e pobres; e) respeito à autonomia e à participação, ou seja, a promoção da participação popular efetiva nos processos de gestão do patrimônio natural, sem imposição exterior, levando em conta a diversidade dos contextos socioambientais propondo soluções específicas para cada situação; e por último f) a sustentabilidade econômica, ou seja, a busca de novos indicadores da atividade econômica que introduzam em seus cálculos os custos sociais e ambientais do desenvolvimento (SACHS 1986a, 1986b).

Nesse sentido, a relação com o “saber local” é privilegiada, valoriza-se o conhecimento ecológico tradicional, que se baseiam em observações detalhadas da dinâmica do ambiente natural. Em nossa região de estudos os principais recursos naturais em uso - as

lagoas e o mar - são de propriedade comum¹⁰. Contudo, é possível que grupos de usuários se organizem de forma cooperativa, pautando suas ações por regras coletivas de uso dos recursos naturais que se desenvolveram por mais de dois séculos de exploração pesqueira. Analisar os possíveis obstáculos e oportunidades para esta cooperação é um dos focos deste estudo.

2.2.4 O Desenvolvimento Territorial Sustentável

Segundo Benko (2001), uma das principais conseqüências da globalização é a homogeneização do espaço mundial. Todavia, chama a atenção a capacidade de diferenciação e especialização que algumas regiões desenvolveram ao longo da história¹¹. O sucesso de algumas experiências regionais deve-se, sobretudo, à densidade das relações entre os atores locais (empresas, universidades, coletividades territoriais, sindicatos, etc) que têm papel determinante na competitividade das atividades econômicas.

Putnam (1996) demonstrou que a especificidade dos distritos industriais italianos é a existência de capital social, decorrente de uma capacidade de cooperação “herdada” de uma cultura antiga e comum, a qual possibilita contornar certas dificuldades, como a falta de apoio Estatal e a necessidade de adaptação às oscilações do mercado global.

Nesse sentido, Desjardins (1999) salienta que a competitividade da economia global corresponde ao atendimento de certas condições locais específicas, que não se reduzem à disponibilidade de fatores de produção sujeitos ao mercado global. Destaca ainda a importância da proximidade entre os atores sociais como indutora de capital social – fonte do crescimento endógeno –, e a importância da ação-coletiva em nível local, a qual se materializa em ações como capacitação de mão-de-obra, promoção dos produtos e difusão do conhecimento.

A noção de desenvolvimento, associada ao crescimento econômico e ao progresso técnico-científico, se tornou a base ideológica da modernidade. Sua característica marcante é a idéia de que o ilimitado crescimento econômico e desenvolvimento da técnica produzem inexoravelmente melhorias nas condições sociais e, portanto, passou a representar o fim último da ação humana na sociedade industrial (BUARQUE, 1990; CASTORIADIS, 1987; FURTADO, 1981, SAMPAIO, 2004a, 2004b).

¹⁰ Os recursos de propriedade comum são aqueles que não podem ser divididos entre consumidores separadamente. Normalmente, quando acontece o uso individual, resulta a subtração da possibilidade de uso por outros, uma vez que o uso individual do recurso afeta as chances potenciais dos demais usuários dos recursos (BERKES, 1996; HARDIN, 1973).

¹¹ A partir dos anos 1980, estudos mostraram a existência de regiões dotadas de particularidades em sua dinâmica de desenvolvimento, como são os casos dos distritos industriais italianos, arranjos produtivos locais e *clusters* (PORTER, 1998; PUTNAM, 1996; RAUD, 1999).

Numa outra perspectiva, muitos teóricos passaram a questionar esta concepção de progresso na medida em que apontaram seus impactos negativos do ponto de vista sócio ambiental. Representando uma síntese moderna do enfoque de Ecodesenvolvimento apresentado anteriormente, estas discussões contribuíram na consolidação do enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS).

No lugar da idéia de espaço-lugar de desenvolvimento, o enfoque de DTS introduz a noção de espaço-território, a qual leva em conta o universo da vida e da cultura (LACOUR, 1985 apud CAZELLA, 2004). A partir de então a noção de território torna-se mais complexa e adquire outros significados. Pecqueur (2004) define território dado como sendo

(...) a porção de espaço que é objeto da observação. Neste caso, postula-se o território como pré-existente e analisa-se o que aí acontece. É de qualquer forma o território a priori; não se procura analisar sua gênese e as condições de sua constituição; é apenas um suporte. Trata-se geralmente do território institucional: a região, o distrito, a província, etc.

Para este mesmo autor (*Idem*) o território construído refere-se

(...) ao resultado de um processo de construção pelos atores. O território não é postulado, é constatado a posteriori. Significa dizer que o território construído não existe em todo lugar; podemos encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios.

Percebe-se assim que a noção de território passa a priorizar os aspectos relacionais presentes nas sociedades, e que os aspectos que dão vida ao espaço-lugar passam a fazer parte desta noção conferindo-lhe status interdisciplinar. Essa definição de território pressupõe espaços socialmente construídos na base de uma identificação coletiva dos atores sociais e de uma cultura partilhada.

Segundo Cazella e Vieira (2004), o enfoque de DTS considera, sobretudo, os seguintes aspectos: a) repousa nas iniciativas de atores locais no sentido de valorizar os recursos territoriais associados ao patrimônio natural e cultural (incluindo os conhecimentos tradicionais), levando em conta simultaneamente a lógica das necessidades básicas, a prudência ecológica e a governança local; b) constitui um componente estratégico para a recuperação de áreas econômica, social, política e ambientalmente marginalizadas e degradadas; c) estimula relações de complementaridade, num mesmo território, entre as diferentes atividades produtivas ou não, implementadas por organizações da sociedade civil, do Estado e da iniciativa privada; d) entende e leva em conta as relações complexas entre as

diversas dimensões do processo de desenvolvimento (social, econômica, política, cultural e ambiental); e) busca alcançar ao máximo possível a autonomia da população local em relação às oscilações dos sistemas estadual, nacional e internacional; f) não se reduz a uma simples justaposição de iniciativas locais, exigindo a criação e consolidação progressiva de um sistema de planejamento e gestão realmente descentralizado, capaz de assegurar as integrações necessárias à articulação do desenvolvimento local com políticas, estratégias e ações geradas em outros níveis de organização econômica, social e política.

Para os fins desta pesquisa convém resgatar as contribuições de Colletis e Pacqueur (2004) sobre a noção de recursos específicos e suas implicações para a consolidação de uma modalidade de turismo alternativa para a zona costeira catarinense.

Um dos resultados da dinâmica da globalização é a consolidação de processos que aprofundam as diversidades locais. Trata-se de características singulares de uma região, um potencial latente caracterizado pela existência de certos recursos e ativos específicos, os quais se tornam apropriáveis em função da proximidade geográfica e institucional (externalidades) de certos atores, os quais constroem um território a partir de processos de inovação e desenvolvimento que não podem ser transferidos para nenhuma outra região, portanto encontram-se amarrados em determinados territórios, distinguindo uma região das demais.

Destacam-se duas características fundamentais da proximidade geográfica e institucional. Uma é sua capacidade de “revelar” recursos/ fatores que podem ser mobilizados e explorados a partir de dinâmicas socioinstitucionais. Outra são os ativos, distintos dos primeiros pois são fatores que já estão em atividade. Estes dois desdobram-se ainda de duas outras categorias: os genéricos, os quais não permitem a diferenciação de um território, pois estão sujeitos à ação do mercado, possuem valor de troca passando a serem determinados pela oferta e procura e são, portanto, transferíveis para qualquer outra região; e específicos, os quais não estão atrelados à dinâmica mercantil, só existem em estado virtual pois seu valor depende das condições de seu uso, nascem de processos interativos (de uma relação), e, por todas estas características não podem ser transferidos para nenhuma outra região.

Diz-se que estes recursos específicos são os pivôs de diferenciação de um território, inclusive aqueles em formação (por exemplo, os recursos naturais e o saber fazer tradicional). No entanto, eles não são criados espontaneamente, surgem somente no momento em que os atores locais combinam suas estratégias a fim de resolverem um problema novo/ emergente (como a degradação sociocultural e ambiental de uma região impactada pelo mau-desenvolvimento). Eles não podem ser medidos, pois não são expressos em preços e não podem ser transferidos/negociados para outros lugares, pois resultam de uma longa história,

de uma acumulação de memória, de uma aprendizagem cognitiva coletiva. Sua produção resulta de costumes, de uma cultura elaborada num espaço de proximidade geográfica e institucionalizada a partir de uma forma de troca distinta da troca mercadológica, embora sua natureza não seja incompatível, mas complementar ao mercado. Enfim, os recursos específicos são os produtos de um território onde certos potenciais passam a ser descobertos e valorizados no âmbito de uma dinâmica social.

Significa, portanto, que o território só é revelado de forma dinâmica, nas chamadas *situações de coordenação*. Os recursos específicos surgem no momento em que se combinam as múltiplas competências dos atores envolvidos a fim de solucionar um problema comum e inédito. O resultado desse processo, segundo Colletis e Pecqueur (2004), é a construção do *recurso de autoridade*, o qual, a exemplo do capital social de Putnam (1996), pode ser acumulado e transmitido através de sucessivas situações de coordenação.

Segundo Carrière e Cazella (2006), o território é, ao mesmo tempo, o espaço geográfico e o espaço das relações sociais, e trás consigo a idéia da criação do espaço pela apropriação, pertencimento e uso coletivo. O território é algo extremamente dinâmico, provisório, inacabado, resultado de uma criação coletiva e institucional, portanto de difícil definição. Ou seja, um território emerge de relações humanas, e não apenas de características físicas ou administrativas de uma determinada região geográfica.

Um território é, portanto, forjado a partir de uma teia de relações sociais. Ele ambienta a criação e a produção de recursos. Não é em si uma instituição, mas para existir como construção social depende de institucionalidades que lhe dêem vida social.

Segundo Colletis e Pecqueur (2004) “o desafio das estratégias de desenvolvimento é identificar o que constituirá o potencial identificável de um território”. Neste sentido, determinadas localidades turísticas dotadas de características singulares podem se diferenciar de um contexto global já definido.

No entanto, identificar e caracterizar um território é uma difícil tarefa por se tratar de um problema complexo, no qual estão em jogo diversas representações sobre uma mesma situação-problema. Assim, não se objetiva estabelecer um consenso quanto à ação necessária para resolver um determinado problema, mas sim estabelecer formas negociadas para melhorar a situação-problema. Em nosso caso, reconhecer um território e verificar suas particularidades e como estas podem ser apropriadas pela comunidade a partir de um projeto alternativo de turismo que vincule os setores tradicionais da economia local.

Visando a construção de cenários futuros, sugerimos a hipótese de que a partir do cruzamento da noção de territorialização presente na teoria do DTS e pela valorização de

especificidades sócio-ambientais do TEC, esta modalidade de turismo se caracteriza como uma eficiente estratégia para estimular o Desenvolvimento Territorial Sustentável na medida em que se torne um meio para a ativação territorial a partir de uma ação de coordenação que envolva os principais atores sociais interessados em desenvolver experiências alternativas que tenham como objetivo a modificação na dinâmica de desenvolvimento (predatório). Nesse sentido, o turismo não representa um fim em si mesmo, mas um meio para outra ordenação territorial.

Existem evidências de que o processo de consolidação do turismo de massa encontra-se em plena atividade. Portanto, estratégias de turismo alternativo precisam levar em conta o ambiente, de certo modo, hostil em que se desenvolvem. De outro lado, processos comunitários de ativação territorial podem forjar subsistemas turísticos voltados à melhoria da qualidade de vida de uma grande parte da população não suficientemente beneficiada pelo desenvolvimento do setor turístico. Além disso, experimentações nesse sentido podem criar novos modelos de gestão sustentável dos recursos naturais, implicando em novos aprendizados e consolidando outras formas de relacionamento com o meio natural.

2.3. Para além da massificação do turismo

O turismo é produto simultâneo do ócio e do trabalho. É produto do modo de viver contemporâneo, cujos serviços criam formas confortáveis e prazerosas de viver, mas restritas a poucos (CORIOLANO, 2006).

O turismo se tornou um novo setor da economia mundial e uma prática social a partir da segunda metade do século XX com o vertiginoso desenvolvimento das tecnologias, da divisão social e internacional do trabalho e da reivindicação dos trabalhadores por tempo livre. Desde então passa por transformações que acompanham as tendências da economia mundial.

A primeira delas ocorreu na Europa do pós-segunda guerra, principalmente no período que se estendeu de 1950 a 1970-75, caracterizado por um contexto econômico e social favorável ao seu desenvolvimento. A melhoria do nível de renda da população e a conquista das férias remuneradas por parte dos trabalhadores, foram apropriadas pela sociedade de consumo através do fenômeno de expropriação do tempo livre, transformando o lazer em mercadoria e o tempo livre em tempo social¹² (RODRIGUES, 1996).

12 Para Rodrigues (1996, p.109), esse tempo social "é um tempo criador de novas relações sociais carregadas de novos valores, é um tempo não apenas vivido, mas também institucionalizado pelos indivíduos e grupos sociais".

O modelo de turismo deste período foi inspirado no modo de produção fordista, gerando produtos padronizados e simplificados. O maior exemplo desta tendência foi a concentração da atividade em pólos turísticos, acessíveis a um grande número de pessoas e pouco individualizados. As principais conseqüências socioambientais foram: o desgaste de determinadas áreas turísticas em função da especulação imobiliária; o retorno econômico insignificante para as populações locais; a poluição visual e degradação dos ambientes turísticos devido ao aglomerado de construções; a falta de serviços urbanos adaptados ao elevado fluxo de pessoas; a deterioração dos recursos naturais e da paisagem (ARAÚJO, 2006; GELBCKE, 2006).

As constatações sobre a problemática ambiental foram reconhecidas por profissionais de diversas áreas, a discussão se estendeu entre a opinião pública pressionando tomadores de decisão e o setor econômico. Desta forma, no final da década de 1970, o setor turístico percebeu a difusão de um novo padrão de comportamento de consumo. O resultado foi a elaboração de novas estratégias voltadas para o atendimento personalizado, fornecimento de equipamentos e serviços especializados, proposta de espaços diferenciados, e comprometimento com as questões ambientais. O discurso ambientalista reforçou a procura por espaços onde a natureza encontrava-se menos alterada, promovendo a fragmentação do turismo em várias modalidades: cultural, esportivo, de saúde, de aventura, rural, entre outros. Um ideário foi criado e culminou na formação de um discurso coletivo, muitos – senão todos os operadores do turismo – passaram a afirmar ser o turismo gerador de emprego e renda. Embora muitas comunidades venham se submetendo ao turismo de massa, o qual na maioria das vezes não permite sequer ao turista conhecer verdadeiramente o local que visita, pois o “feio” é excluído dos roteiros.

Embora o desenvolvimento do turismo responda sobretudo às tendências do mercado, a literatura sobre o tema insiste em considerar que a atividade turística é um eficiente instrumento de desenvolvimento sustentável, capaz de dirimir as desigualdades regionais, criar novos postos de trabalho, gerar renda, integrar ao mercado de trabalho um contingente de baixa qualificação profissional, fixar o homem a sua região e proteger o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural.

No entanto, a realidade vem demonstrando a ingenuidade desta concepção. São recorrentes os casos em que o desenvolvimento do turismo induziu sérios prejuízos socioambientais e culturais com poucas chances de serem revertidos no curto prazo. Isto ocorre porque o crescimento da demanda e a oferta de serviços turísticos acontecem em meio à ausência de um planejamento integrado e de longo prazo, os quais, somados à deficiência de

fiscalização ambiental, vêm produzindo nas últimas décadas o fenômeno da "massificação do turismo"¹³. Longe de conservar o patrimônio sociocultural e ambiental, este estilo de desenvolvimento turístico tende à degradação do meio físico e à padronização cultural.

É preciso relativizar o discurso sobre o turismo e não superestimar seu potencial para o desenvolvimento entendido em sentido amplo. Em muitas regiões onde se instalou dinamizou a economia das áreas pobres, nem distribuiu riqueza. Ao contrário, existem casos onde serviu de estratégia para acumulação monetária em detrimento das necessidades básicas dos trabalhadores locais, transformou o espaço local em mercadoria global e acentuou os problemas socioambientais.

2.3.1. Turismo Ecológico-Comunitário: inclusão social e autonomia comunitária

O turismo caracteriza-se como mais uma atividade produtiva no seio do capitalismo, não é bom nem ruim em si mesmo, é sim o resultado das práticas políticas, dos discursos hegemônicos e das ações de resistência da região onde se desenvolve. Nesse sentido, o Turismo Ecológico-Comunitário que tratamos aqui surge como uma alternativa ao turismo de massa, uma estratégia de sobrevivência e de entrada de grupos de menores condições econômicas na cadeia produtiva do turismo. É uma forma de turismo que pensa o lugar, a conservação ambiental e a identidade cultural.

O fenômeno do turismo em nível global acompanha a dinâmica de exclusão social que se observa na maioria das regiões inseridas no processo de globalização. Mesmo que se saiba que a exclusão não é um fenômeno novo, intriga saber o porquê de sua forte presença nas últimas décadas e qual o papel desempenhado pelo turismo (SPOSATI, 2000 *apud* CORIOLANO, 2005). Críticos associam a pobreza e a exclusão ao turismo e ao Estado, como efeitos da mundialização das relações econômicas, das relações políticas e dos instrumentos de regulação, todos ancorados no plano local, nos pequenos grupos, nas comunidades (CORIOLANO, 2005). O setor turístico se insere nesta dinâmica e segue as mesmas regras de inclusão e exclusão do mercado capitalista. Em nível global, são as mega operadoras quem dominam toda a cadeia produtiva do turismo internacional, desde linhas aéreas, redes hoteleiras, operadoras de menor porte, empresas de transporte, cartões de crédito, sistemas de

¹³ O turismo de massa é aquele desenvolvido, geralmente, de forma sazonal, que procura obter a maior rentabilidade no menor tempo possível, privatizando os lucros de curto e médio prazo e socializando os danos socioambientais em longo prazo. Geralmente ele acontece em regiões com forte apelo paisagístico. No Brasil, caracteriza-se pelo apelo sol-e-mar (SAMPAIO, 2005). Nesta modalidade turística a comunidade, geralmente pouco qualificada profissionalmente, é utilizada como mão-de-obra barata, ocupando postos de trabalho com pouco prestígio sócio econômico (ARAÚJO, 2006).

comunicação e comércio eletrônico. Eliminam ou controlam as operadoras menores e induzindo a escolha de pacotes turísticos específicos em todo mundo, inclusive, fornecendo (ou não) visibilidade a destinos de diversas regiões e localidades em todos os continentes. Estabelece dessa forma uma relação de dominação global, onde os sistemas turísticos dos países menos desenvolvidos economicamente enfrentam um comércio desleal (Op. Cit).

E como são produzidos os serviços turísticos neste contexto de dominação global? Segundo Coriolano (2005) essa é a grande questão que se deve procurar responder para entender e superar a atual situação do turismo massificado. O foco deste trabalho, o turismo ecológico-comunitário, é apenas uma ínfima fatia do mercado turístico global ainda não interessante ao conjunto majoritário do sistema, ou seja, um nicho de mercado popular, que se “inclui” na cadeia produtiva do turismo como uma forma de resistência de parte da sociedade civil organizada que descobre estratégias de beneficiar-se economicamente a partir dele.

Para aquela autora, compreender as forma de inclusão e exclusão, e as relações de poder estabelecidas na produção do espaço turístico, implica compreender o próprio espaço como um construto social que expressa as contradições inerentes à produção da “mercadoria”. Ele é, portanto, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os residentes. O turismo como atividade socioeconômica segue a lógica do capital na medida em que poucos se apropriam dos espaços e dos recursos contidos no espaço, ou seja, os atrativos (praias, dunas, cultura tradicional, artesanato local, etc.) transformados em mercadorias.

O lazer é, portanto, entendido como uma invenção da sociedade de consumo, que forja necessidades humanas antes inexistentes. Essa dinâmica vem induzindo a desterritorialização e produzindo outras configurações geográficas. Regiões antes ocupadas por comunidades tradicionais passam a serem expropriadas para dar lugar às segundas residências, aos grandes *resorts*, às redes hoteleiras, aos restaurantes e demais equipamentos turísticos. No bojo da produção do espaço do turismo trava-se uma luta entre diferentes atores, subsumidos em duas categorias: incluídos e excluídos; os nativos que procuram defender suas propriedades, sua identidade cultural (bens de uso), em contraposição aos interesses dos empresários e agentes imobiliários, bem como do próprio Estado, os quais se interessam pelo valor de troca do espaço transformado em mercadoria. Em suma, o turismo estendeu seu raio de ação às regiões subdesenvolvidas e às classes pobres, que passaram não a usufruir, mas a produzir serviços turísticos. As regiões que tiveram seu desenvolvimento pautado pelo turismo o fizeram em virtude dos atrativos para a demanda turística que alocaram seus investimentos e exploraram a força de trabalho mal qualificada e, por conseguinte, mal remunerada.

O turismo entendido como lazer elitizado é dirigido à pessoas que se mobilizam em

função das tendências dos fluxos nacionais e internacionais. As grandes redes de serviços levam em conta as vantagens de localização representadas pelas riquezas naturais e pelo valor do patrimônio cultural e histórico de uma região. Nesse sentido, segundo Chesnais (1996 *apud* CORIOLANO, 2005),

“a apropriação de espaços naturais constitui um fator decisivo das multinacionais especializadas que determinam de fora a capacidade de um país [ou região] receber turistas. As atividades ligadas à cadeia produtiva do turismo são intensivas em mão-de-obra e, portanto, este fator pode também ser considerado como vantagem locacional em países que combinem atrações naturais com mão-de-obra barata”.

As multinacionais do turismo transferem todos os riscos e os problemas ligados à administração da força de trabalho mal remunerada e desqualificada, portanto migrante, para seus franqueadores e parceiros subalternos. Esta é a forma como conseguem menores custos e o máximo de lucro, mesmo enfrentando a rotatividade do trabalho e sazonalidade da produção. Decorre disto muitos dos motivos dos conflitos inerentes à formação do espaço como mercadoria, pois se torna objeto das estratégias que visam impulsionar o capital. O valor de uso do espaço submete-se ao valor de troca criando contradições que se expressam em conflitos entre atores. O espaço do residente difere do espaço dos turistas e investidores. As regiões passam disputar a alocação de investimentos e empreendimentos para serem incluídas no sistema turístico global (CORIOLANO, 2005, 2006).

Na dinâmica de criação do espaço criasse a “escassez” e “raridade” – sobretudo se acompanhado de atributos naturais - que tornam a mercadoria “espaço turístico” sujeita à especulação pelo valor de troca em detrimento do valor de uso, acirrando os conflitos e as lutas entre os atores interessados. Entendido como um negócio que visa lucro produz a massificação das culturas, atendendo as necessidades dos que vem de fora em detrimento dos que ali habitam, transferindo o valor do patrimônio cultural das populações locais para os turistas, enquanto objeto, prazer e desejo do olhar (CORIOLANO, 2006, IRVING, 2004).

A produção do espaço como mercadoria é singular em cada região, em função do conjunto de relações mais amplas envolvendo história, cultura, valores e costumes. Afere-se daí que cada região precisa encontrar suas soluções específicas. Enquanto o *modus operandi* do turismo globalizado cria de um lado gigantes empresariais, de outro induz uma onda de fragmentação: terceirização, franquias e informalizações, abrindo dessa forma espaço para pequenas e micro-empresas que alimentam a cadeia produtiva com custos baixos. Ou seja, em quanto seleciona e exclui no topo, nas maiores e melhores fatias do mercado, inclui na base do sistema trabalhadores com baixos salários e contratos flexíveis e informais, gerando

precárias condições de trabalho e pobreza.

Todavia, a riqueza do fenômeno do turismo está na diversidade de caminhos para a sua produção, nos conflitos que extrapola revelando a realidade da tenção entre os grupos sociais. É nesse nível que surge o “Turismo de Inclusão” (CORIOLANO, 2005), voltado para os interesses dos residentes, dos pequenos empreendimentos, da valorização e manutenção da identidade local; ele é conduzido por grupos alternativos que se organizam para a venda de novos produtos turísticos, novos roteiros, em “nichos” deixados de lado pelo capital global. Essa realidade ainda insatisfatória contém em si contém o germe de uma modalidade de turismo alternativo, pois abre espaço para populações tradicionais se incluírem de maneira solidária no mercado turístico. Já existem experiências de turismo que privilegiam o lugar, que têm como finalidade o desenvolvimento e a valorização das pessoas, das micro-economias, fazendo do turismo uma estratégia de combate à pobreza e à precarização do trabalho, revelando assim novos indicadores de desenvolvimento humano.

A abordagem alternativa denominada turismo ecológico-comunitário (TEC) apresentada neste trabalho vale-se do conceito de território, na medida em que enseja o desenvolvimento do turismo em certas regiões a partir de critérios e prioridades pautadas nos interesses das comunidades autóctones; induzindo a construção de sistemas produtivos localizados através do fortalecimento de atividades tradicionais como a agricultura familiar e a pesca artesanal. Ela contesta o discurso oficial que expressa concepções idealizadas dos benefícios gerados pelo desenvolvimento do turismo, mascarando ou minimizando os impactos socioculturais e ambientais destes processos. Experiências em todo o mundo desmistificam a afirmação de que a “indústria do turismo”, ou a “indústria limpa”, seja necessariamente benéfica na geração de emprego e renda e na preservação do patrimônio natural e cultural (IRVING, 2005). Além disso, o enfoque de TEC contempla formas pouco usual de atividades turísticas que em geral escapam ao interesse do turismo/turista de massa, tais como as relacionadas à educação interior, terapias alternativas, pesquisa científica, entre outras.

A noção de turismo sustentável definida pela OMT (1995) diz respeito aquele ecologicamente sustentável, de longo prazo, economicamente viável, ético e socialmente equitativo para as comunidades locais; exige integração entre o ambiente natural, cultural e humano, respeitando o frágil balanço que caracteriza muitas das destinações turísticas. Todavia, tendo em vista a situação de exclusão de inúmeras comunidades onde o turismo se desenvolveu, faz-se necessário colocar maior peso nas características relacionadas à equidade, autonomia e participação. Segundo Irving (2005), projetos bem sucedidos de

desenvolvimento em geral estão associados à participação da sociedade civil na elaboração e implementação de planos, programas e ações inovadoras; uma sociedade participativa é aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e uso fruto dos bens produzidos de maneira eqüitativa. Coriolano (2003) define o turismo ecológico-comunitário como:

“aquele em que as comunidades, de forma associada, possuem o controle efetivo das atividades [sócio] econômicas associadas à exploração da atividade turística, desde o planejamento ao desenvolvimento e gestão das atividades e assim conseguem melhorar suas [sócio] economias”.

Sampaio (2006) propõe que o TEC siga os mesmos princípios da socioeconomia¹⁴, que tenta criar alternativas à hegemonia da racionalidade utilitarista no campo da economia, tão aclamada pela dinâmica capitalista e pela sociedade de mercado (SACHS, 2003; 2004 *apud* SAMPAIO 2006). Ou seja, o desenvolvimento desta estratégia alternativa de turismo não enseja somente o lucro, mas, na busca de sustentabilidade entendida em sentido amplo,

“a oportunidade de redimensionar espaços, paisagens, culturas e economias através de ações que qualificam o uso articulado de bens e serviços, gerando benefícios de ampla escala” (IRVIN, 2005).

A distribuição dos benefícios representa uma questão fundamental na ética da sustentabilidade do turismo, é preciso “socializar as oportunidades” (CORIOLANO, 2003), estimulando o surgimento de experiências que promovam o desenvolvimento local; propiciando o surgimento de pequenos empreendimentos que tragam benefício direto ou indireto à população local. Segundo Coriolano (*Idem*),

“o desenvolvimento só se dá quando todas as pessoas são beneficiadas, quando atinge a escala humana, e o turismo tanto pode se vincular ao crescimento econômico concentrado, como ao desenvolvimento social”.

Para Irving (2005), o desenvolvimento da atividade turística qualifica como sustentável exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, além de um novo modelo de implementação

¹⁴ Segundo Sampaio (2006) “a socioeconomia deriva do cruzamento das chamadas ciências sociais econômicas e administrativas com as ciências ambientais”.

de projetos, centrado em parcerias, co-responsabilidade e participação.

Os princípios do enfoque de TEC centram-se na preservação, valorização e indução de tradições e relações sociais solidárias, na geração de trabalho e renda com base na produção associativista, no revigoramento dos significados de virtude humana e, por último, na utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais. Este último aspecto procura repelir o que Krippendorf (1989) denominou como “nativo mudo”, aquele que é pouco ouvido, negligenciado, excluído da tomada de decisão dos projetos turísticos, na medida em que enseja o protagonismo social das comunidades, como um agente ativo de todo o processo de desenvolvimento, passando do diagnóstico, pela identificação de propostas de intervenção, seu teste, avaliação e monitoramento permanente.

Salientamos que o TEC não é apenas uma atividade produtiva, mas procura ressaltar o papel fundamental da ética e da cooperação nas relações sociais. Estabelece o que Galtung (1977) e Gandhi (SACHS, 1977) definiram como self-reliance, ou seja, o enfrentamento das relações de dominação através da crença nos próprios valores, na satisfação das necessidades básicas e na luta contra a dominação cultural, ideológica e econômica. Valoriza os recursos específicos de um dado território – mencionados anteriormente –, como o saber fazer tradicional ou os recursos naturais. Procura estabelecer relações de comunicação/ informação com agentes externos, entre eles e os visitantes. Considera, portanto, a existência de uma relação dialética entre os turistas e a comunidade receptora,

“ambos [visitantes e comunidades receptoras] considerados agentes de ação sócio-econômica ambiental que devem repensar as bases de um novo tipo de desenvolvimento, regulando padrões de consumo e estilos de vida, e de um conjunto de funções produtivas e sócio-ecológicas, regulando a oferta de bens e serviços e seus impactos ambientais” (SAMPAIO, 2006).

Para Benevides (*apud* IRVING, 2004), a manutenção da identidade cultural dos lugares pode se dar como um fator da atividade turística, ou seja, do desenvolvimento local. Constituindo, inclusive, como um diferencial de peso na escolha do destino para uma parcela significativa de turistas que busca o convívio cotidiano com as comunidades e seus valores, sua hospitalidade que extrapola as relações mercantis.

Atualmente já despontam projetos de turismo comunitário todos estes aspectos, inclusive forjando as bases para a “certificação do turismo”, um movimento mundial que busca agregar valor aos produtos turísticos, tanto do ponto de vista ambiental como social, numa perspectiva de co-responsabilidade. Assim, o destino turístico passa a agregar um diferencial de qualidade, e o turista passa a ocupar o lugar de “agente de transformação” na

escolha de um destino (IRVING, 2005). Concomitantemente passa a ser fortalecido o capital social na estrutura social das comunidades, levando a equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem estar coletivo, que ajudam na construção da “comunidade cívica”, a qual, segundo Putnam (1996),

“se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação e não por relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais e não como patronos e clientes ou como governantes e requerentes. A participação em uma comunidade cívica pressupõem espírito público do que da atitude mais voltada para vantagens partilhadas. Os cidadãos não são santos abnegados, mas consideram o domínio público algo mais do que um campo de batalha para a afirmação do interesse pessoal. Eles são mais do que meramente atuantes, imbuídos de espírito público e iguais. Eles são prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes. Ela não está livre de conflitos, pois seus cidadãos têm opiniões firmes sobre as questões públicas, mas são tolerantes com seus componentes”.

O TEC deve se integrar às demais atividades econômicas, fortalecendo a agricultura, a pesca artesanal, artesanato, entre outras atividades produtivas, sempre priorizando aquelas que garantam a autonomia das populações autóctones, na medida em que assegurem a participação das comunidades com o planejamento descentralizado e com o desenvolvimento de uma política de turismo em bases locais.

O TEC leva em conta as evidências já acumuladas sobre os impactos destrutivos do turismo de massa, principalmente na zona costeira, distinguindo-se de projetos de ecoturismo paliativos ainda sintonizados com o estilo de desenvolvimento dominante. Leva em conta que as comunidades receptoras nem sempre usufruem o crescimento econômico do turismo mundial (IRVING, 2004) e, portanto, vislumbram a necessidade de superar a sazonalidade das atividades turísticas, e mobilizar um público-alvo composto por pessoas sensíveis à crise socioambiental e interessadas na experimentação de novos estilos de vida. Como mencionado anteriormente, o TEC possibilita a (re) criação de um novo pacto social entre os atores sociais de uma região, re-estabelecendo o equilíbrio no poder das comunidades para influenciar nos processos de tomada de decisão, ofertando a elas o papel de protagonistas dos rumos do desenvolvimento de sua localidade.

2.3.2 Exemplos de experiências alternativas de turismo

A seguir apresentamos, de forma sucinta, três experiências de turismo que exemplificam o enfoque de TEC aqui apresentado: a Prainha do Canto Verde, a Acolhida na Colônia e a ainda incipiente experiência do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera.

A experiência da comunidade de pescadores artesanais da Prainha do Canto Verde

A experiência da Prainha do Canto verde é considerada pela literatura especializada como o caso que melhor representa o enfoque de turismo ecológico-comunitário no Brasil. Situada no município de Beberibe, litoral leste do Ceará, a 120 km de Fortaleza, o processo de ocupação desta localidade teve início em 1860 quando as primeiras famílias de pescadores se estabeleceram. Segundo Mendes (2003) a vila atualmente é constituída por 1200 habitantes, cerca de 195 famílias e 185 casas de alvenaria, taipa ou palha. De maneira geral, os homens se dedicam à pesca e à agricultura, enquanto as mulheres à renda.

Segundo Mendes (*Idem*) a exemplo de outras regiões costeiras do país, o turismo se consolidou nesta região em torno de 1980, inicialmente marcado pelo veraneio em segundas residências utilizadas aos finais de semana e feriados. A partir de 1990 a implantação de grandes empreendimentos, principalmente *resorts*, induziu o crescimento do fluxo turístico da região, iniciando assim outra etapa da exploração turística. Nessa dinâmica o turismo foi caracterizado como fonte de geração de renda para as comunidades tradicionais, e, portanto, a melhor opção para a resolução de suas carências materiais. Todavia, seguindo os parâmetros de desenvolvimento do turismo global e de massa, as transformações contribuíram para a perda da autonomia destas localidades, para a acumulação e reprodução do capital através dos grandes empreendimentos e para “expropriação” de terras.

Foi neste contexto que se desencadeou a luta pela terra, tendo a organização comunitária desempenhado papel fundamental para o sucesso alcançado. Antes de 1979 um grileiro comprou pequenos pedaços de terra a cerca de dois quilômetros da Prainha do Canto Verde e os registrou no cartório de Beberibe, contudo, toda a faixa de praia foi incluída como sua propriedade. Em seguida este mesmo grileiro ingressou com uma ação de usucapião a fim de regularizar “suas terras”. Foi então que em 1984 o juiz da comarca de Beberibe julgou a ação favoravelmente ao mencionado grileiro.

A partir deste fato emergiu um sério conflito pela posse da terra envolvendo o grileiro e a comunidade, a qual, além de outras ações, organizou-se e criou a Associação Comunitária dos Moradores da Prainha do Canto Verde, subdividida administrativamente em conselhos comunitários correspondentes aos setores da educação, saúde, terra, pesca, artesanato e turismo. Este último gerou em 1997 o Conselho de Turismo da Prainha do Canto Verde, com o objetivo de desenvolver o turismo ecológico de forma comunitária. O Conselho foi responsável pela elaboração do Projeto de Turismo Comunitário, o qual foi desenvolvido

através de pesquisas/ diagnósticos comparativos realizados pelos próprios moradores em praias e comunidades vizinhas onde o turismo já havia se estabelecido. O projeto teve/ tem como objetivo “desenvolver o turismo ecológico de forma comunitária para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, preservando os valores culturais e os recursos naturais do lugar” (MENDES, 2003, p. 189).

Em seguida foi criada a Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde (COOPECANTUR), composta por 81 associados e caracterizada como uma estrutura do poder comunitário. Ela foi responsável pela organização e implantação de pequenos empreendimentos turísticos como pousadas, casas de aluguel, quartos de aluguel, barracas de praia, passeios de *buggy* e lojas de artesanato.

A demanda turística desta experiência é bastante específica, como pesquisadores, algumas famílias e parentes de moradores. No entanto, após o recebimento de alguns prêmios internacionais teve início o fluxo de visitação por turistas europeus, público este que vem demonstrando interesse pelo turismo comunitário, principalmente tratando-se de uma vila tradicional de pescadores. O associativismo ficou tão impregnado no cotidiano da comunidade que se tornou disciplina escolar, onde os alunos aprendem a trabalhar de forma comunitária e cooperativa.

O caso do agroturismo “Acolhida na Colônia”

A Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia nasceu a partir de um projeto desenvolvido nas Encostas da Serra Geral, no sul do Estado de Santa Catarina, uma região caracterizada pela abundância de recursos naturais¹⁵, pela baixa densidade demográfica, pela presença preponderante de minifúndios e pela produção agrícola familiar (GELBCKE, 2006).

Diante do quadro de esvaziamento rural e precarização das condições de vida dos agricultores familiares surgiu a proposta de revitalização do espaço rural através da constituição da Associação dos Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), fundada em 1996 por um grupo de agricultores familiares de Santa Rosa de Lima. Inicialmente objetivava-se a (re)conversão da agricultura convencional para a agroecológica¹⁶, com o objetivo de atender uma nova demanda de mercado. O potencial

¹⁵ A região é considerada um corredor ecológico por estar localizada entre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e o Parque Nacional de São Joaquim, o que lhe confere um grande valor do ponto de vista ambiental.

¹⁶ . A agroecologia sustenta a necessidade de que a agricultura seja alicerçada em bases ecológicas, visando a promoção da biodiversidade funcional, como forma de subsidiar o funcionamento do sistema produtivo. A idéia central do manejo agroecológico é o uso de tecnologias adaptadas ao contexto local e que visem explorar as complementaridades e sinergias entre os diversos arranjos temporais e espaciais dos cultivos, atividades e espécies vegetais e animais (MULLER, 2001). A agroecologia se diferencia, portanto, da produção orgânica, que

humano, natural e paisagístico da região foi incorporado ao projeto da AGRECO, através da proposta do agroturismo.

Este conjunto de estratégias vinculadas a uma identidade (preservação ambiental, agricultura familiar, desenvolvimento territorial) foi preponderante para a constituição de um diversificado espaço de negociações, formado por parcerias junto ao poder público nos âmbitos federal, estadual e municipal, junto às Universidades, ONGs e Associações, sendo uma delas a associação de agroturismo francesa “Accueil Paysan”, resultando no aumento de renda, o desenvolvimento da agroecologia com reflexos positivos na saúde e qualidade dos produtos, o comprometimento com a preservação dos recursos ambientais, e o aumento da auto-estima dos agricultores.

Embora a experiência da Acolhida hoje seja uma referência no Brasil, despertando o interesse de agricultores de outras regiões, ela ainda atinge um número reduzido de famílias. O que pode ser explicado por um conjunto de fatores: isolamento do lugar; infra-estruturas, como acesso, telefonia, saneamento básico e sinalização, deficientes ou inexistentes; baixo poder econômico dos agricultores, dificultando investimentos; mão-de-obra familiar escassa, sendo que turismo é sinônimo de sobre-trabalho; retorno econômico da atividade de médio/longo prazo; baixa auto-estima dos agricultores e pouca crença nos valores endógenos; caderno de normas da Acolhida taxativo no que tange a obrigatoriedade da produção orgânica (GELBCKE, 2006).

Gelbcke (*Idem*) salienta que é necessário um processo educativo mais eficiente para consolidar a experiência da Acolhida na Colônia, não apenas como um novo modo de fazer negócio ou uma atividade turística diferenciada, mas como um novo modo de vida, pautado em valores humanos, culturais, históricos e éticos. A compreensão dos agricultores sobre o papel que podem desempenhar para uma mudança de estilo de vida, ou um novo modelo de desenvolvimento, requer um processo participativo de amplo amadurecimento que ainda não está consolidado, pois, além da falta de infra-estrutura, os financiamentos de projetos são concedidos mediante metas, muitas vezes impossíveis de serem alcançadas em tempo hábil.

Esta realidade acaba por excluir as famílias mais necessitadas, comprometendo o desafio da proposta de Turismo Ecológico-Comunitário, que visa diminuir as desigualdades sociais e dar oportunidade de trabalho e renda para as comunidades autóctones menos privilegiadas (ARAUJO & GELBCKE, 2008).

Este fato pode ser minimizado através de metodologias que possibilitem um espaço de

se caracteriza apenas pelo não uso de agroquímicos. Na AGRECO, atualmente encontra-se os dois sistemas de produção.

negociação entre o conjunto de atores locais. Nesse sentido, uma das localidades que vem adotando o projeto de expansão da Acolhida, pode contribuir para aprofundar o debate. É o caso do Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, no litoral centro-sul catarinense, nos municípios de Imbituba e Garopaba.

Estágio atual da experiência de Turismo Ecológico-Comunitário do Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera

No transcurso do ano de 2000 o Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD) da UFSC passou a concentrar suas ações de pesquisa, formação e extensão no entorno da Lagoa de Ibiraquera, no quadro do projeto “Diagnóstico Ambiental Participativo para a Criação de uma Agenda 21 Local”. A decisão foi tomada após uma avaliação das peculiaridades ecológicas da lagoa e também do potencial de auto-organização das oito comunidades sediadas na área, para um trabalho de longo fôlego de criação de uma área de pesquisa e extensão sobre DTS.

No ano de 2002, a partir de um esforço conjunto entre a equipe de pesquisadores do NMD/UFSC e do Conselho Comunitário de Ibiraquera, iniciam-se as atividades, com a formação do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera, composto por representantes de órgãos da Administração Pública e da Sociedade Civil Organizada. Contando com uma diretoria eleita em Plenária ele está estruturado em Grupos de Trabalhos temáticos, como: Saúde, Pesca, Educação e Turismo. São para eles que os problemas locais são trazidos para que sejam amplamente debatidos, e para que ações sejam planejadas e colocadas em prática.

A consolidação deste Fórum representa um esforço de criação de um sistema alternativo de planejamento, sua consolidação progressiva emerge atualmente como um projeto demonstrativo, capaz de estimular a participação efetiva das comunidades na criação de uma estratégia coordenada de desenvolvimento territorial sustentável.

Neste sentido, foi criado em 2003 um Grupo de Trabalho em Turismo, composto por moradores que atuam direta ou indiretamente na atividade turística. Este GT foi inicialmente assessorado metodologicamente pela equipe do LaGOE/FURB e NMD/UFSC. Recebeu também apoio de outros atores sociais e instituições locais, como a Associação de Pecadores, Escolas Municipais e Estaduais, Associações de Moradores, representantes de órgãos governamentais e não governamentais.

O principal objetivo deste grupo foi a criação de estratégias alternativas de desenvolvimento, tendo o turismo como seu vetor principal. Para tanto, foi realizado no ano de 2004 um evento comunitário-científico sobre a problemática do turismo local a fim de

estimular uma modalidade de turismo ecológico-comunitário baseada no enfoque de DTS, buscando integrá-la às atividades da pesca, aqüicultura, agricultura (agroecologia), agroindústria familiar e serviços, tendo em vista, prioritariamente, a busca de satisfação das necessidades básicas das populações de baixa renda.

Atualmente, este grupo conta com a Parceria da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia que, a partir de um projeto piloto desenvolvido junto ao Fórum da Agenda 21, visa a expansão de seu modelo para o litoral centro-sul do Estado. No decorrer de um ano, vêm sendo realizadas reuniões no âmbito do grupo de turismo, com o intuito de ajustar a experiência à região. Houve algumas ocasiões de acolhimento comunitário nos moldes proposto pelo projeto. As mesmas indicaram a potencialidade local em termos de recursos humanos e naturais, para a viabilização de uma estratégia de TEC.

Outro indicativo da viabilidade desta proposta é a existência de uma série de atributos positivos que se acredita poderem integrar em um arranjo institucional regional, voltado para a implementação de uma opção sustentável e ética de desenvolvimento, tais como: a) a atuação de ONGs com destacada atuação política e ambiental; b) experiências



Foto 1: Seminário sobre Turismo Ecológico-Comunitário de Garopaba e Imbituba



Foto 2: Experiência de acolhimento comunitário. Passei em trilhas



Foto 3: Experiência de acolhimento comunitário. Passei de canoa de um pau

exitosas em Agroecologia; c) a formação de lideranças engajadas; d) a criação de um mosaico de Unidades de Conservação, haja vista a consolidação da Área de Preservação Ambiental da Baleia Franca e a implementação de uma Reserva Extrativista (RESEX)¹⁷ e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), todas caracterizadas como instrumentos institucionais que permitem a gestão comunitária dos recursos locais; e) a implementação do Projeto Observatório do Litoral (VIEIRA & POLLETI, 2006), o qual procura estabelecer uma parceria com os Ministérios Públicos Federal e Estadual; f) o apoio institucional da Universidade Federal de Santa Catarina; g) o apoio recente da EPAGRI no bojo do projeto *Desenvolvimento Territorial na Zona Costeira Catarinense*, o qual visa estimular a criação de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável em áreas específicas da zona costeira catarinense tendo a pesca artesanal e a identidade cultural das comunidades tradicionais como indutores da construção de sistemas produtivos locais integrados; h) o Projeto Baleia Franca, que vem realizando estudos relativos ao comportamento da Baleia Franca, preservando e valorizando a história e cultura do litoral centro-sul; i) e, finalmente, a proposta de expansão rumo ao litoral Centro-Sul da rede de agroturismo ecológico Associação Acolhida na Colônia, vinculada à rede de agroturismo Accueil Paysan, presente na França e em 18 países do mundo.

Em resumo, uma breve análise das três experiências apresentadas revela seu caráter incipiente e inovador. Tratam-se da experimentação de formas alternativas de organização socioprodutiva e de estilos de vida. Apresentam ainda inúmeras limitações e problemas motivados principalmente pelo pouco apoio que o Poder Público dispensa a elas, em termos de implementação de políticas públicas para seu fomento. No entanto, elas materializam o esforço de determinados setores da sociedade que buscam melhorar situações problemáticas e conflituosas. Mesmo sendo comum que os atores envolvidos encontrem barreiras no seio de sua própria comunidade.

No próximo capítulo são apresentados os principais resultados provenientes da pesquisa de campo realizada junto aos atores sociais representativos dos diferentes grupos envolvidos nos rumos do desenvolvimento da região por nós estudada.

¹⁷ Os embates sociopolíticos surgidos em torno do processo de criação desta RESEX vêm revelando históricas tensões entre os atores sociais; em um jogo com múltiplos interesses, grupos distintos disputam critérios de verdade sobre o futuro do desenvolvimento. Muito embora sobre-saia dois posicionamentos gerais: de um lado aqueles que defendem transformações nos alicerces da estrutura socioprodutiva; de outro, organizam-se aqueles para os quais interessa a manutenção do *status quo*. Contudo, neste grupo não encontramos apenas os “poderosos” da região, mas também cidadãos que encontram, no poder desses, oportunidades pessoais.

CAPÍTULO 3 - INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS EMPÍRICOS

No capítulo anterior tratamos dos elementos teóricos que constituem o embasamento para a análise da questão norteadora deste trabalho. Tratou-se, desta forma, do enfoque epistemológico da pesquisa, do desenvolvimento territorial sustentável e da temática do turismo, buscando exemplos referentes ao enfoque de turismo ecológico comunitário por nós analisado e proposto, buscando na literatura as referências necessárias à análise pretendida.

Neste capítulo analisaremos as informações provenientes da pesquisa de campo realizada. Buscamos recompor a trajetória de desenvolvimento pertinente ao desenvolvimento do setor turístico dos municípios de Garopaba e Imbituba. E também compreender as convergências e divergências entre as percepções de determinados grupos sociais sobre o turismo, os conflitos e o meio ambiente, e os obstáculos e as oportunidades para o desenvolvimento do TEC.

3.1. A trajetória de desenvolvimento da área de estudos

Nesta seção procuramos recuperar a *trajetória de desenvolvimento* da área de estudo e, a partir dela, compreender como a história recente, especificamente, como o desenvolvimento do turismo contribuiu para moldar as dinâmicas de desenvolvimento territorial que condicionaram as transformações no tecido social e no ambiente natural.

Na maioria dos estudos sobre a zona costeira catarinense o contexto histórico é apresentado de forma homogênea: inicia-se com a colonização açoriana e chega-se ao período no qual a região já é amplamente conhecida por seus atributos naturais e turísticos. Entretanto, aqui, pretendemos absorver as singularidades do desenvolvimento do sistema turístico de nossa área de estudos.

Nesta pesquisa nos ocupamos em delinear a trajetória de desenvolvimento da região de Garopaba e Imbituba, focando nas transformações no tecido sociocultural por decorrência do desenvolvimento da atividade turística a partir da década de 1960, quando começa a ser descrita a presença de pessoas que visitam a região em busca de lazer. A partir dos relatos dos atores entrevistados, principalmente os nativos mais velhos, que demonstraram grande capacidade para remontar ao passado recente de maneira detalhada e organizada, três períodos foram didaticamente distinguidos. Neles podem ser identificadas peculiaridades que influenciaram sobremaneira os rumos do desenvolvimento do sistema turístico em diferentes

épocas. São eles:

a) o **Pré-Turismo**, que se estende da década de 60 até o final de 70. Esse período foi constituído por atributos que atualmente utilizamos para definir o TEC. A característica que marca este período é o desvelamento da região como atrativo turístico pelas primeiras pessoas que a “visitavam”;

b) o **Turismo Mercantil**, subdividido em dois momentos:

i) primeiro um período de transição da economia tradicional para a mercantil. É neste momento que tem início a hegemonia do “de fora” em detrimento dos sistemas de troca. O ponto nevrálgico foi a “expropriação das terras” pela incipiente especulação imobiliária. Utilizamos o termo expropriação para enfatizar a existência de duas visões de mundo que se distinguem pela posse e não-posse de conhecimento qualificado sobre o “mercado”. Enquanto os “nativos” estavam adaptados a uma economia tradicional, os “novos empresários do turismo”, geralmente empreendedores vindos de centros urbanos, se baseavam na economia mercantil e tinham pleno conhecimento que em um futuro próximo haveria uma supervalorização das terras do lugar. Se no passado uma roupa ou um bezerro possuía mais valor do que grandes porções de terra, atualmente a situação é outra, pois a terra passou a ser fundamental para qualquer atividade vinculada à exploração turística. Pode-se dizer que se trata de uma relação entre duas visões de mundo distintas, embora os “de fora”, naquele momento, estivessem mais qualificados para interpretar a dinâmica mercantil que estava sendo forjada.

ii) A partir da aquisição de extensões de terras em áreas nobres tem início a formação de um “mercado” turístico baseado na especulação imobiliária. Nesse momento, a economia tradicional começa a declinar, seu significado e poder de atuação sobre os ambientes social e natural perde força progressivamente. Consolida-se o Turismo de Massa, ao qual todos os segmentos socioprodutivos futuramente estarão ligados. É nesse período que emergem os conflitos socioambientais sob a tensão: exploração turística *versus* conservação. É interessante notar que os problemas ambientais já existiam, mas é a “percepção” dos que vêm “de fora” que os delinea e os tornam visíveis no contexto social (esse foi o papel das universidades, por exemplo).

c) é no período atual que se estimula a criação de uma forma alternativa de turismo (TEC), capaz de agregar aspectos socioeconômicos do “pré-turismo” (marcado pela sociabilidade

entre visitante e acolhedor, i.e, a Dádiva) ao mercado turístico da região. Ainda é cedo para afirmar se o TEC representa uma alternativa concreta ou apenas um anseio de poucos. Contudo, acreditamos existir um caminho que começa a ser explorado principalmente por iniciativa da sociedade civil organizada. Cabe aos centros de pesquisa e ao poder público favorecer sua dinamização.

3.2. As diferentes fases do sistema turístico

Como mencionado anteriormente, foram distinguidos três períodos que marcam os rumos da trajetória de desenvolvimento do sistema turístico dos municípios de Garopaba e Imbituba. Com fins didáticos, utilizaremos esta divisão para organizar a linha de argumentação que se segue. Veremos a seguir que o desenvolvimento convencional propiciou uma significativa melhoria na qualidade de vida, sobretudo, das comunidades tradicionais, haja vista as facilidades proporcionadas pela melhora de suas condições materiais. Contudo, existem aspectos negativos, de cunho sociopolítico, que imprimem a estas populações a condição de subalternos ao turismo e ao processo de desenvolvimento unidirecional da região. Encontrar uma convergência entre os interesses de curto e longo prazo dos mais variados setores, balizada pelas premissas do desenvolvimento sustentável, é o grande desafio do enfoque de TEC. A tabela 03 abaixo apresenta uma distinção entre as características do estilo de desenvolvimento atual, representado pelo TM, e as possibilidades e anseios representados pelo TEC. Uma representação gráfica das três grandes fases de desenvolvimento do sistema turístico e suas principais características é apresentada na figura 2.

Tabela 03: Comparativo entre os principais aspectos do desenvolvimento convencional e alternativo

Turismo de Massa	Turismo ecológico comunitário
Bem estar material	Qualidade nas relações sociais
Degradação sociocultural	Valorização da identidade cultural
Degradação ambiental	Desenvolvimento sustentável
Subjugação das comunidades tradicionais	Restabelecimento do protagonismo comunitário
Desprestígio/ declínio das atividades tradicionais	Fortalecimento das atividades tradicionais

Dissolução da identidade cultural	Valorização da identidade cultural
-----------------------------------	------------------------------------

TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA TURÍSTICO

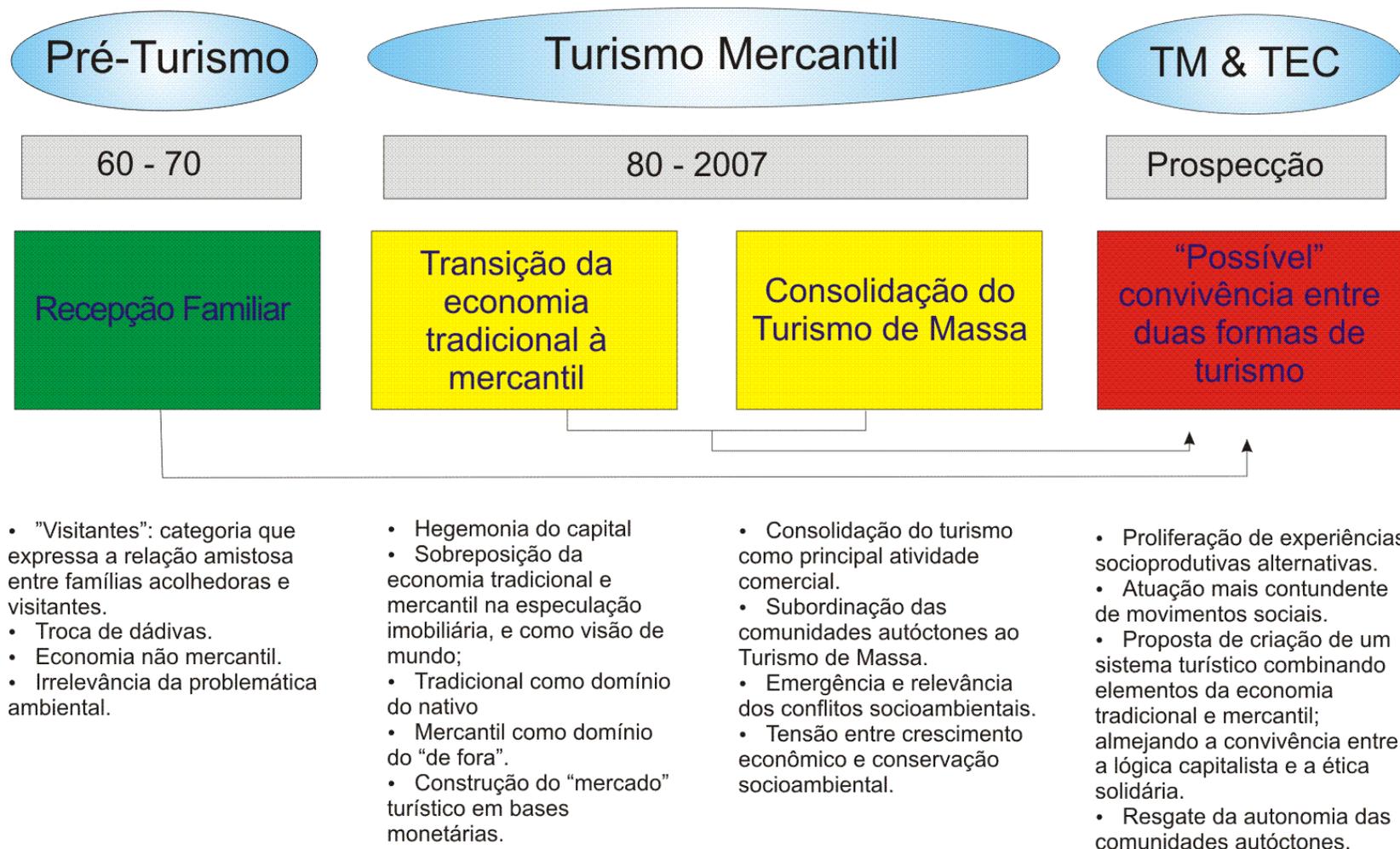


Figura 2: Trajetória de desenvolvimento do sistema turístico

3.2.1. O Pré-Turismo

“O primeiro turista que veio pra Garopaba ele veio numa lambreta (...)”.

Optamos por utilizar o termo pré-turismo para destacar que as relações socioeconômicas e a reprodução do tecido social eram substancialmente diferentes das que hoje conhecemos. O convívio das pessoas que transitaram na região de estudo no período da década de 1960 não pode ser entendido a partir das relações usuais do presente. Termos contemporâneos como *turismo* e *turista* não nos revelam a verdadeira natureza dos primeiros intercâmbios realizados entre a população autóctone e os primeiros visitantes, pois eram fundamentalmente baseadas em troca de dádivas, ou seja, trocas simbólicas não necessariamente mercantis. Portanto, optamos em utilizar a categoria “visitante” como forma de exprimir a relação amistosa que se estabelecia entre as famílias que recepcionavam e os visitantes.

A economia da região era predominantemente baseada em trocas não mercantis, ou seja, entre produtores locais ou entre estes e pequenos comerciantes que muitas vezes “exportavam” parte da produção para os centros urbanos mais próximos. Não havia circulação significativa de moeda em espécie. O mercado era uma relação social de intermédio, de valoração comunitária das produções locais¹⁸.

“Nós vivia sem dinheiro”. AGRICULTOR

Essa natureza mercantil contribuiu para a consolidação de um ambiente institucional baseado em laços de confiança e solidariedade entre os agentes. As trocas induziam o estabelecimento de relações entre os atores que não findavam após o término das transações, mas produziam vínculos que se estendiam para outras instâncias de sociabilidade.

O engenho ainda era o eixo da dinâmica econômica tradicional e a farinha de mandioca constituiu a primeira moeda de troca da região. Com sua produção, as famílias podiam adquirir os mais variados itens. As pessoas “compravam” (retiravam fiado) nas mercearias os produtos que não podiam produzir (como o óleo, o sal, etc.). A dívida era paga até um ano depois com uma nova produção de farinha de mandioca; a qual posteriormente era

¹⁸ Para maiores detalhes consultar Rosar (2006), este autor desenvolveu seu trabalho nos municípios de Garopaba e Imbituba e procurou compreender um determinado tipo de relação mercantil chamada economia substantiva, que se associa à política substantiva, comumente denominada de clientelismo ou autoritarismo. Neste contexto as transações econômicas são determinadas por um sistema de comunicação peculiar construído a partir de visões de mundo ligadas à hierarquias familiares.

vendida pelo comerciante à outros comerciantes que a levavam a distribuíam em centros urbanos.

A produção de farinha de mandioca não possuía apenas valor comercial, era também a base da alimentação, dela eram confeccionadas as mais variadas comidas que compunha a culinária típica açoriana, uma miscigenação entre a cultura gastronômica portuguesa e a indígena.

“Era assim, a gente trabalhava na mandioca segunda e terça, forneava na quarta, e abancava quinta e sexta e forneava no sábado (...) O meu pai ia no pescoço do boi levá a farinha na Garopaba (...) quando ele recebia aquele dinheirinho era guardado, bem guardado, porque aquele dinheirinho do inverno era pra comê no verão”. AGRICULTOR.

O engenho também tinha a função de garantir o aquecimento das famílias durante o período de inverno - muito rigoroso na região. As casas eram todas de chão batido, os telhados feitos de palha (tiririca) e não existia banheiro, as necessidades eram feitas em uma gamela de madeira.

A produção de farinha de mandioca coincidia com os meses frios, assim, os fornos utilizados para a secagem e a torragem do produto permaneciam acessos por longos períodos, garantindo assim o aquecimento dos membros das pessoas. Durante a noite os membros da família se dispunham no engenho para se aquecer, visto que não existiam roupas de frio como conhecemos hoje, tão pouco cobertores e edredons. Quando o forno não se encontrava aceso fazia-se fogo de chão, e dessa maneira as famílias e amigos se reuniam durante a noite para contar seus “causos”, as “histórias de antigamente”.

A diversão, os momentos de lazer, acontecia nos finais de semana e ficava por conta dos bailes e das ratoeiras - festividades que facilitavam a agregação da comunidade - além das



Foto 4: Forno do engenho de farinha



Foto 5: Engenho de Farinha de Mandioca

atividades associativas que ocorriam em torno da pesca, da agricultura e da religiosidade. Como era o caso da reza do terço em conjunto entre as famílias da comunidade, onde as pessoas iam de casa em casa rezando e se confraternizando. Os longos percursos eram realizados a pé e por causa da escuridão o caminho precisava ser iluminado pela luz dos “faixos”, pequenos feixes de tiras de bambu seco que eram carregados por cada uma das pessoas.

Os acordos – de pesca, agrícola, para construção de habitações e benfeitorias, etc. - eram estabelecidos na ausência de contratos jurídicos, pois era certo que os compromissos firmados seriam realizados. Os laços de confiança mútua deste período permitiam a formação de capital social, base para a realização das atividades mais elementares e fundamentais para a

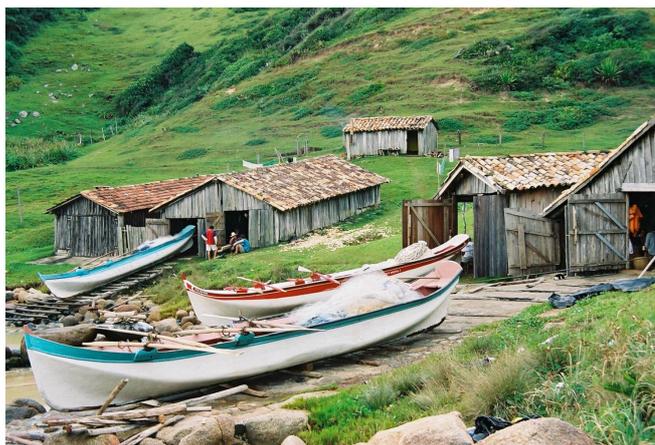


Foto 6: Rancho de pesca

reprodução social das comunidades e para as diversas modalidades de trabalho coletivo, como o mutirão empregado na construção das habitações, barcos e ranchos.

“A situação tá bem mais melhor do que quando eu nasci, financeira, não honestidade, naquela época (...) um fio de barba era um documento. Um falava para o outro: tal coisa é isso aqui, pronto!”. PESCADOR

O valor simbólico imprimido à terra era outro, diferente do que comumente empregamos (o monetário). Devido a sua abundância e à precariedade da vida naquele período, a terra possuía pouco valor frente a itens indispensáveis, como os gêneros agrícolas – em especial a farinha de mandioca e o milho – as vestimentas, utensílios domésticos, ferramentas, etc. A terra e os terrenos ainda não representavam uma reserva de capital ou a possibilidade de concretização de bons negócios, fenômeno que inicia somente nos anos de 1980.

“Um pão naquele tempo tinha muito valor. E davam um hectare de terra por um pão”. SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.

A precariedade material, e a dificuldade em adquirir bens e equipamentos necessários

à realização das atividades diárias, foram algumas das principais marcas deste período.

“Nós trocava o peixe pela carne, nós trocava o peixe pelo sal ou pela querosena, porque era o produto que mais nós comprava (...). Muita roupa nós fazia, nós fazia algodão, nós plantava algodão, e aí é onde minha vó tecia pra fazer a roupa (...). Comprava muita pouca roupa, muita pouquinho, a quantidade era feito (...). O primeiro calçado que eu calcei na minha vida foi com doze anos (...) nós ia na missa, só tinha igreja lá na Garopaba, então nós ia e levava tudo o sapato na mão, só ia botá o sapatinho lá na porta da igreja pra não gastar”. AGRICULTOR.

Note que o interesse em não usar o sapato não era motivado apenas pelo dano causado pela sujeira do trajeto em estradas de terra até a igreja, mas também para que sua vida útil pudesse ser maior. De forma geral, os pequenos bens industrializados aos quais as pessoas tinham acesso, principalmente as manufaturas, possuíam um valor incomensurável, devido a toda dificuldade e complexidade envolvidas em seu processo de fabricação ou aquisição, portanto, era necessário usá-los com muito discernimento, para preservá-los ao máximo.

“Meu filho, aquela roupa durava tanto, não existia roupa meu filho, aquilo era guardado, só saía de mês a mês quando tinha uma missa, uma festa. Sapato? Não, isso foi muito tarde que se viu sapato, todo mundo andando descalço”. AGRICULTOR.

Os depoimentos dos entrevistados, principalmente dos mais velhos, mostraram as dificuldades de habitar e produzir na região até o fim da década de 60. Além das adversidades naturais inexistia qualquer infra-estrutura fundamental como água encanada, saneamento básico, eletricidade e serviços de assistência social.

“Naquele tempo os mais pobres nem tinham roupa. Naquele tempo era difícil, ninguém ajudava ninguém, cada um que se virasse”. AGRICULTORA.

O trabalho familiar desempenhava um papel fundamental para a reprodução social dos grupos, pois além dele não havia outro recurso ou assistência que possibilitasse a sobrevivência. Os vizinhos, por mais solidários que fossem uns com os outros, encontravam-se envoltos na mesma precariedade, a grande maioria era materialmente pobres, e o apoio governamental praticamente não existia.

“A sobrevivência nossa aqui ó, a responsabilidade era grande, porque a subvivência naquela época, se nós não fizesse força pra nós plantá, pra nós se mantê, ninguém vivia (...) porque aqui o próprio algodão tinha que plantá ele, colhê ele, depois toda a mão-de-obra pra fazer a roupa pra vesti”.

“De noite, a gente chegava cansado da roça, minha mãe ainda dizia: ‘olha, a gente tem que escoroça o algodão’”. AGRICULTOR.

A forte devoção religiosa contribuiu para a formação de uma ética do trabalho, necessária ao dispendioso trabalho da agricultura e da pesca. A própria vida escolar era dividida com a vida de trabalho na “roça”.

Foi neste contexto, marcado pela precariedade material, que teve início o desenvolvimento do sistema turístico que perdura até hoje. No primeiro momento poucas pessoas se deslocavam para a região, em geral, somente aquelas atraídas pelo aspecto inóspito, tranqüilo e bucólico do lugar. Não existiam ruas pavimentadas, as vias de acesso resumiam-se a “caminhos” por onde transitavam os carros de boi, carroças e cavalos, e aos “atalhos” pelos quais as pessoas se deslocavam de um lugar ao outro.



Foto 7: Carro-de-boi passando pelas estradas de terra



Foto 8: Pescadores artesanais na pesca da tainha

“Verdadeiramente, o transporte era o pescoço do cavalo, porque o boi cansava mais, o cavalo cansava menos”. AGRICULTOR..

Mais ao Sul, no município de Imbituba, a locomoção era determinada pela Barra da Lagoa de Ibiraquera. Nos momentos em que ela se encontrava aberta só era possível transitar na região pela água. O carro de boi, assim como as embarcações, desempenhou papel fundamental no transporte de todos os gêneros produzidos na região. Através deles os produtos podiam ser transportados entre as comunidades. Os produtores de farinha mais distantes do mar, que habitavam as áreas mais altas, “desciam” para Garopaba e Imbituba para trocar sua produção de farinha; com isso “subiam” os artigos comprados/ trocados, como os “sacos de tainha”.

Foi em meio a este cenário que surgiram os primeiros “visitantes”, que acampavam nas praias e/ou nas casas de pescadores nativos, uma vez que não havia qualquer tipo de infraestrutura turística, como bares, mercados, restaurantes ou pousadas. Como não havia qualquer tipo de divulgação do lugar nos centros urbanos próximos, tão pouco nos níveis estadual e nacional, os primeiros visitantes descobriam a região através de relatos de amigos e conhecidos que haviam estado lá, e, sucessivamente, quando retornavam traziam outras pessoas consigo.

“O primeiro turista que veio pra Garopaba ele veio numa lambreta, na revolução do Brizola, ele acampô (...) botô a lambreta na casa do falecido Zê Inácio e foi lá pra nossa casa lá (...) aí deu um temporal de chuva muito grande (...) aí quando chegou um dia meu pai disse assim pra mim: ‘olha, ocês vão lá naquela barraca que vocês vão lá ver que aquele casal tá morto’, nós fomo lá, chegando lá a barraca tava cheia de água, eles dois acocado no cantinho da barraca, ele não tinha mais ropa e ela não tinha mais ropa, então agente trouxe eles pra casa dos meus pais, ele vistia minha roupa e ela vistia a roupa da Ema, uma irmã que eu tinha (...). Aí meu pai alugô uma casinha pra eles; a minha mãe procurava a galinha maior pra dá pra eles, os dois comiam aquela metade, e nós filhos todos comia aquela outra metadinha”.
ASSOCIAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.

Por um longo tempo esse pequeno fluxo de visitantes, mesmo em crescimento, não foi capaz de provocar modificações substanciais em termos socioambientais na região. Por conseguinte, a gestão do ambiente natural e as regras de pesca não foram prejudicadas, uma vez que os visitantes logo as percebiam e as respeitavam (SEIXAS, 2002). Os pescadores continuaram detendo a autonomia e o poder de decisão sobre a gestão dos recursos naturais, principalmente os pesqueiros. Era possível, inclusive, controlar a entrada de banhistas na água nas épocas de safra de pescado.

No entanto, é nesta gênese que começa a ser forjado o embrião do sistema turístico que se seguiria, a “recepção familiar” significou o início de uma dinâmica que não teve mais fim e tornou-se cada vez mais intensa nos anos posteriores.

Vale ressaltar que este tipo de recepção/ visitação familiar possui certas características do que pretendemos atualmente com o enfoque de TEC, como a troca de experiências entre receptores e visitantes, mesmo que naquela época o valor monetário desta relação ainda não tivesse se sobressaído aos laços de hospitalidade, generosidade e gentileza que marcavam a relação.

É possível realizar esta afirmativa, pois em vários relatos os entrevistados manifestaram seu carinho com aquela época, um tempo idílico que figura na memória daqueles que o viveram e hoje se deparam com os impactos negativos do TM. Em nenhum

momento se referiram aos visitantes fazendo uso dos termos “turistas” e “turismo”. É possível perceber uma clara distinção entre os atuais turistas e os “visitantes” do início do sistema turístico. Principalmente os primeiros visitantes da década de 1960 não eram tratados como turistas, mas amigos que eram acolhidos com muita satisfação. Muitas vezes os entrevistados se esforçaram em deixar claro que seu relacionamento com aquelas pessoas era bastante diferente do “negócio do turismo”, onde a troca é monetária. Habitualmente era praticada a acolhida familiar sobre a lógica da troca, mesmo por produtos não mercantis, como afeto, consideração, gentileza, respeito e até status social. Era um privilégio para os nativos acolherem famílias conhecidas e distintas oriundas dos grandes centros urbanos, a sua presença nos domicílios era motivo de diferenciação frente à comunidade.

É interessante notar a percepção sobre o *tempo* expressa por alguns entrevistados. Segundo eles, antes do turismo quando o *cronos* era ditado pelos ciclos naturais, a vida era menos cansativa.

“Era muito diferente, muito menos cansativa, porque não precisava ninguém andar a trote, ninguém andava por hora...ninguém vivia por hora. Tinha o relógio pra quando viajava, mas na comunidade não usava isso”. PESCADOR.

Este mesmo entrevistado conta que no ano de 1968 um surfista lhe deixou como presente uma prancha de surfe. Mas ele, antevendo que aquele equipamento seria danoso para a região, resolveu queimá-la. Trata-se, cremos, de uma alegoria criada por uma pessoa idosa, e que, na condição de pescador artesanal, se sente invadido/prejudicado pela presença de inúmeros surfistas em seu campo de trabalho e subsistência e, pior, sem ter a quem recorrer. O fato expressa o cuidado, o senso de pertencimento, a preocupação e o zelo que os nativos, principalmente os mais velhos, têm pelo lugar e pelas suas comunidades. Inclusive, é constante e cada vez maior a participação deles nos recentes movimentos sociais que vêm ganhando forma na região. Conseqüência disso foi a rejeição da histórica situação de dependência criada pelas colônias de pesca. A partir da mobilização social alguns grupos de pescadores criaram duas associações de pesca, através das quais procuram melhorar a gestão dos recursos naturais; e mais, elas constituem hoje um espaço político privilegiado de participação popular democrática.

A seguir, na figura 03, apresentamos um diagrama representando a fase do Pré-Turismo tratada nesta seção. Nele podemos observar os traços marcantes deste período a partir de diferentes aspectos da socioeconomia.

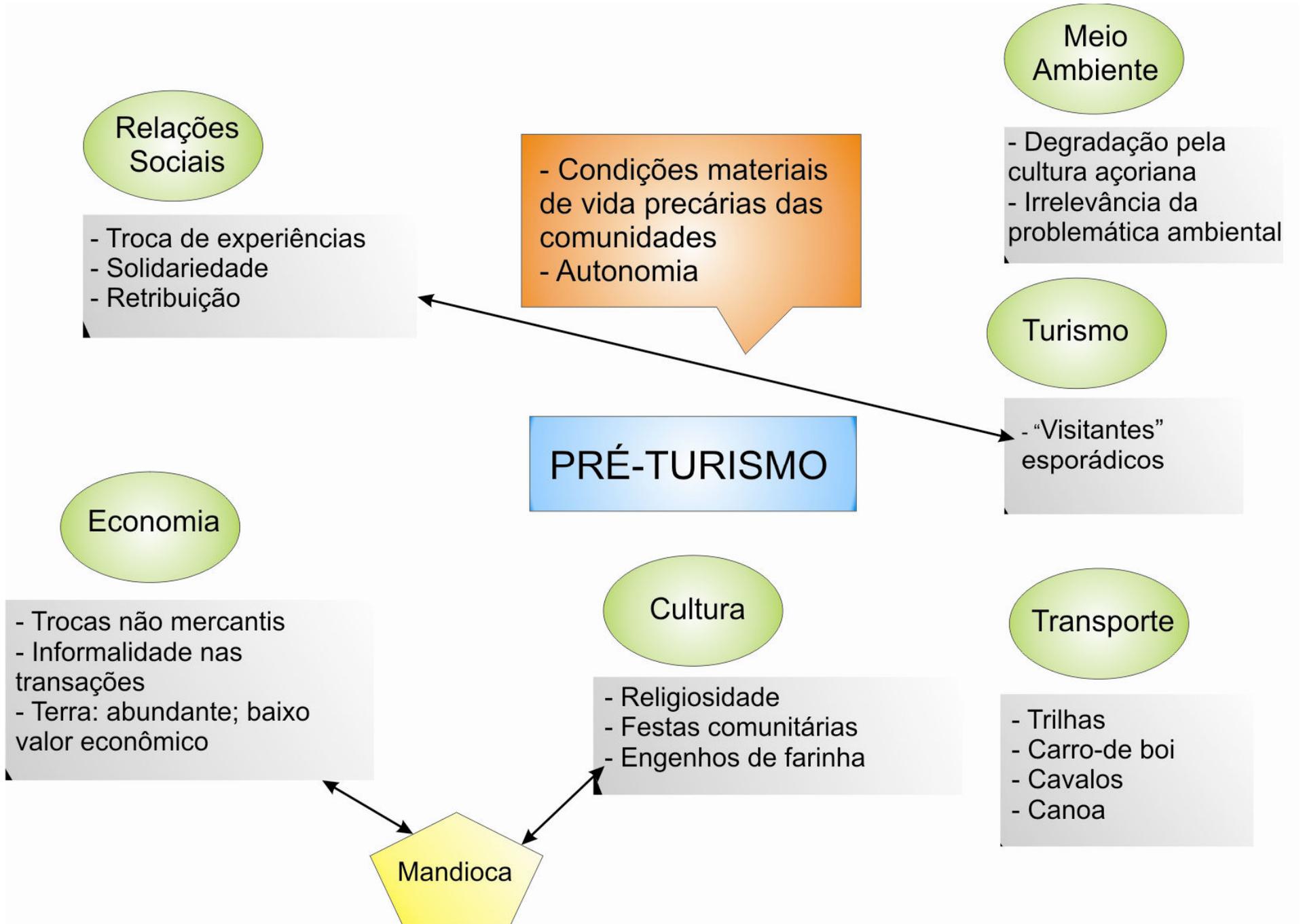


Figura 3: Representação gráfica da fase do Pré-Turismo

3.2.2. O turismo mercantil

A característica fundamental do período que passamos a descrever é a dinâmica de transformação da economia regional. Se o período descrito anteriormente criou os elementos fundamentais de um sistema em formação, o período “mercantil” do desenvolvimento turístico funcionou como um divisor de águas, implicando em complexas transformações na socioeconomia da região. Pode-se dizer que o nível local acompanhou a macro dinâmica que induziu alterações em toda a Zona Costeira de Santa Catarina, introduzindo-a no circuito mundial do TM. Trata-se da progressiva substituição da economia tradicional pela economia mercantil.

Não é nossa intenção precisar os benefícios ou malefícios destas transformações para as comunidades envolvidas, uma vez que as opiniões sobre esta questão são sempre divergentes e, por vezes, paradoxais. Outro aspecto difícil de precisar é a conservação do ambiente natural. Sabe-se que atualmente existe inúmeros recursos naturais ameaçados por decorrência do desenvolvimento do sistema turístico, como dunas, lagoas e pescadao, contudo, observa-se a regeneração de tantos outros, como a vegetação nativa e o contingente de baleias que percorrem a região. Portanto, pretendemos ressaltar que o surgimento e consecutivo florescimento da “indústria do turismo”, em geral, representam um paradoxo na percepção de todas as categorias de atores entrevistados, que tem como base, e explica-se, pela complexidade intrínseca a processos de desenvolvimento e transformação. Quando se remontam ao passado, comumente os entrevistados expõem suas precárias condições de vida; e ao mesmo tempo, um período no qual se vivia de maneira muito feliz. De outro ângulo, o presente, marcado pelo turismo, é o tempo da melhora nas condições materiais de vida em detrimento da nostalgia do passado. Em suma, as transformações socioeconômicas ocorridas pelo advento do turismo implicaram em processo complexo e multifacetado, que pode ser sintetizado pela relação entre melhoria das condições materiais de vida e perda da autonomia das comunidades autóctones sobre os rumos do desenvolvimento.

3.2.3. *A transição da economia tradicional à mercantil*

Sobre o tema do desenvolvimento ligado ao turismo, a principal decorrência do primeiro período de visitas (pré-turismo) foi a progressiva modificação na economia tradicional. Não usamos aqui o termo tradicional como sinônimo da palavra *típico*. Designamos a economia tradicional como aquela em que as regras de produção e troca são balizadas por um mercado local, restrito do ponto de vista geográfico e dotado de uma ética particular. A economia tradicional se caracteriza pelas permanentes trocas simbólicas que

alimentam indefinidamente uma cadeia de troca de *dádivas* (doação e retribuição) entre membros de uma ou várias comunidades. Neste tipo de mercado os compromissos entre os membros não se encerram após a realização das transações, não há a necessidade de contratos que garantam o início, meio e fim dos acordos, liberando as pessoas de qualquer outro compromisso social¹⁹. Este tipo de economia é “sustentável” do ponto de vista social, pois permite que as pessoas colaborem entre si permanentemente para o sucesso da “reprodução social”. Ao contrário, o mercado capitalista rompe a dinâmica de troca de dádivas, constrói mercados dotados de regras monetárias e institucionais independentes e bem definidas, livrando dessa forma as partes de compromissos posteriores e definindo claramente a forma como a produção e a comercialização precisa se comportar para que seja considerada legítima do ponto de vista legal.

Alguns pesquisadores (DIEGUES, 1997; SEIXAS, 2002; BERKES, 1989, 2005; VIEIRA, 2005, 2003, 1997) apontaram que o funcionamento da economia nos moldes tradicionais permitiu que diversas comunidades autóctones mantivessem seu desenvolvimento social em harmonia com o meio natural, uma vez que a produção dependia exclusivamente de suas qualidades.

No caso de nossa área de abrangência de estudos, o período que passamos a descrever se caracteriza pela mudança de hegemonia da economia tradicional para o mercado capitalista e suas relações de produção e consumo. A mola mestra dessa dinâmica foi a *especulação imobiliária* que permitiu a construção de um “mercado turístico” fundado inicialmente na comercialização de terras. O início da especulação imobiliária representa um momento de *transição*, onde o “velho” está sendo substituído pelo “novo”. Todavia, são justamente alguns aspectos do velho (tradicional) que constituíram a base das transformações. Inicialmente, ao mesmo tempo em que as terras da região começam a ser valorizadas ainda são as *trocas* não monetárias (objetos, animais, etc., por grandes extensões de terra), que lastreiam a compra e venda dos “terrenos”. Os quais, adquiridos no âmbito do tradicional, serão posteriormente destinados à venda monetária e/ou à implementação de empreendimentos com fins monetários. Portanto, mesmo correndo o risco de incorrer em exagero, podemos identificar

¹⁹ Não é objetivo desta pesquisa aprofundar este tema. Para uma melhor compreensão sobre a economia substantiva e as abordagens referentes à Sociologia Econômica consultar: Rosar (2006); LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Revista de sociologia e política**, jun. 2000, nº 14. Curitiba: UFPR. p. 173-194; STEINER, Philippe (2004). *A doação de órgãos: a lei, o mercado e as famílias*. In: **Tempo Social**. São Paulo: USP, novembro. pp. 101-128; POLANYI, Karl (2000). *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier.

este período como uma “fase de expropriação de terras”, onde empreendedores negociam com os nativos nos termos de uma economia tradicional de trocas a fim de obter vantagens futuras (lucro) quando estará consolidado o mercado turístico.

Foi nestas condições que iniciou o “turismo empresarial”, no qual a motivação principal – tanto para nativos como para os turistas, ou os “de fora” – deixou de ser a troca de experiências entre comunidades receptoras e visitantes, mas sim a realização de atividades lucrativas no mercado turístico, principalmente ligas ao setor de serviços. Foi, portanto, o primeiro passo em direção ao “turismo de massa” dos anos 90, quando a região começa a ser descoberta e hiper-valorizada.

As transformações sociais e tecnológicas deste período tiveram impacto direto na socioeconomia tradicional descrita anteriormente. Por exemplo, o advento da energia elétrica causou dois grandes efeitos aos engenhos de farinha - elemento motriz da economia até então: facilitou a fabricação de farinha mandioca através da utilização do motor elétrico e dissolveu parte das relações entre os membros da família que passaram a ter tempo livre para se dedicar a outras atividades.

“A partir de março o carro de boi começava a cantar porque começava a fabricação de farinha”. “A dispois na medida em que foi desenvolvendo aí começa a mudança, começa a fazer estrada, começa a surgir outros meios, aí começa a trocar aquela roda que era de ferro por uma roda de borracha pro boi não fazer força. Aí veio a carroça, aí começa a trabalhar também com carroça. Aí o engenho que era a boi, que era no ‘redote’ como se dizia,(...) passou a ser motorizado, tudo com motor”.
INSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.

Segundo as informações obtidas através das entrevistas, entre as décadas de 80 e 90 a agricultura familiar passou por seu período mais crítico, um grande contingente de famílias agricultoras abandonou o trabalho na “roça” e vendeu suas propriedades. Como o setor turístico – ainda incipiente - não conseguiu absorver todos ex-agricultores houve um intenso fluxo migratório para cidades vizinhas com maior destaque econômico, como Tubarão e Florianópolis. Essa informação corrobora nossa reconstrução da trajetória de desenvolvimento, pois foi justamente o período de consolidação do “turismo empresarial” o período áureo da especulação imobiliária, no qual puderam ser adquiridas grandes quantidades de terras a preços insignificantes para os dias atuais. Em síntese, a crise da agricultura foi mais um elemento que facilitou a “venda” de terras.

O ponto nevrálgico de nossa argumentação sobre a formação do sistema turístico – capaz de subsidiar a compreensão sobre o quadro de precariedade socioeconômica atual – foi

a “construção” do mercado turístico guiada pelo cruzamento de duas visões de mundo distintas: de um lado as comunidades autóctones interessadas em melhorar suas precárias condições materiais de vida desde o período da colonização; do outro, empreendedores visionários oriundos de grandes centros urbanos que já enxergavam a possibilidade de estabelecerem empreendimentos de alta lucratividade na região.

O que nos interessa é ressaltar a forma desigual como essa relação se estabeleceu, bem como suas conseqüências para o futuro dessas comunidades. Nesse sentido, a pesquisa de campo nos permite interpretar que neste período histórico do desenvolvimento regional, marcado pela intersecção de visões de mundo distintas, o domínio simbólico do nativo não era o mesmo do “de fora”. Ou seja, se o primeiro operava a partir de uma racionalidade econômica lastreada por uma economia tradicional – na qual “um pão tinha muito valor”, o segundo estava nutrido de informações (mercadológicas) praticamente desconhecidas para o primeiro grupo.

“Naquele tempo que eu me criei um boi tinha muito valor, um boi, e fazia um terreno [valia o mesmo que um terreno], hoje em dia tem que ser vários bois pra fazer um terreno (...) Naquele tempo não se falava em lote [ou seja, os “terrenos” eram muitíssimo maiores do que os praticados atualmente pelo mercado imobiliário].
INSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.

Na década de 1970 o governo federal desapropriou grandes extensões de terra na região do Arroio a fim de criar um pólo da indústria carbonífera da região Sul do estado. A “promessa” foi que os empregos criados facilitariam a vida das comunidades que poderiam se ver livres do pesado trabalho na roça. No entanto, isso não aconteceu. As terras foram compradas por preços módicos e até hoje pertencem à União. Além disso, os empregos não foram criados e os agricultores tiveram suas propriedades reduzidas. Atualmente estas estão incrivelmente valorizadas, haja vista, inclusive, sua proximidade com a BR-101, atualmente em fase de duplicação. Nos anos 1980 a venda de terras ganhou força. Foi neste período que as áreas mais valorizadas foram “vendidas” por preços que, já naquela época, eram considerados irrisórios em grandes centros urbanos. Grandes porções de área nobre foram simplesmente trocadas por automóveis, geladeiras, rádios, etc.

Essa foi a natureza da construção do mercado turístico no litoral Centro-Sul de Santa Catarina. Esses episódios são exemplos desta primeira fase do Turismo Empresarial, a transição do tradicional para o mercantil. Várias implicações sociais e ambientais decorrem deste período: por exemplo, as novas relações socioeconômicas estabelecidas pelo advento do sistema turístico, que contribuíram na modificação dos hábitos, costumes e anseios das

comunidades. Principalmente entre os entrevistados mais velhos foi recorrente a afirmação de que no passado, antes do turismo, a vida era menos cansativa e mais prazerosa.

Em um primeiro momento esta afirmação pode parecer contraditória com a situação de precariedade relatada anteriormente, onde os discursos dos atores destacam as agruras do passado. No entanto, encontramos mais uma faceta do paradoxo mencionado anteriormente sobre as opiniões a cerca das condições de vida do passado e do período marcado pelo desenvolvimento do turismo entre os nativos. Poderíamos facilmente deduzir que assim que garantidas suas necessidades materiais estas comunidades se sentiriam em melhores condições do que no passado. No entanto, podemos perceber que, na maioria dos casos, a autonomia perdida desempenha papel importante na preferência dos nativos pelo período pretérito. Mesmo que as atividades relacionadas à produção para subsistência fossem árduas, os entrevistados nos contam que existiam muitos momentos de lazer, de descontração entre os membros da comunidade na realização de suas atividades diárias. Os membros da família viviam juntos, e os amigos e parentes habitavam ao lado.

Principalmente na atividade pesqueira, regida pelas condições marítimas, existia tempo suficiente para confraternizações nos momentos em que eram realizadas atividades paralelas, como o conserto ou confecção de redes, o beneficiamento do pescado, a vigilância dos cardumes na praia, a construção de canoas, etc.

“O povo naquele tempo era feliz e não sabia. (...) Eles podiam criar um leitão, pra tê a banha, pra tê o alimento (...) do resto da farinha, do ‘carolo’, da ‘caroeira’, tudo era o rejeito da farinha que eles utilizavam pra tratar dos animais, do porco, da vaca leiteira, do boi, que de vez em quando matavam. E aí tinha também a pesca, a pesca foi também muito importante, foi fundamental, (...) porque o povo não passava fome, o povo não tinha em abundância, o povo não tinha aquela loucura né pra tê, pra tê, pra tê, pra eles era o suficiente.” “O passeio era pra casa do cumpadre, tinha aquela roupinha melhor pra receber o cumpadre, o pão era feito em casa, tinha o ovo, aquela comida simples, mas a receptividade das pessoas era muito mais importante”.
INSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.

Este período de *transição* do tradicional para o mercantil é marcado pela alteração na percepção do tempo, devido às modificações na relação estabelecida com o trabalho, antes informal, agora assalariado. Dessa forma, o tempo de trabalho passa a ser regido pelos ponteiros do relógio e não mais pelas manifestações da natureza, como ocorria na pesca e na agricultura. O surgimento de *turnos de trabalho* assalariado em atividades ligadas ao turismo tornou, em grande parte, as atividades tradicionais da pesca e agricultura inviáveis, pois as pessoas passaram a não dispor mais do tempo necessário para realizá-las.

Não nos parece exagero afirmar que é neste período que a pesca artesanal começa a

sofrer uma ameaçada contundente, pois, dentre outros aspectos, os pescadores – principalmente os mais jovens - não obtêm o incentivo financeiro e econômico necessário para dar continuidade à profissão. A garantia de um “salário” mensal estimularam um grande contingente de filhos de pescadores a abandonar a pesca e a agricultura, atividades financeiramente sazonais. O “emprego” passa ser almejado pois ele facilitou a reprodução social na região, na medida em que inseriu atividades menos exigentes em termos de esforço físico em relação a pesca e a agricultura.

Se no passado “*não tinha emprego, só tinha a roça*” (AGRICULTORA), o problema foi que os membros comunitários não contabilizaram a *renda familiar* possibilitada pela pesca e agricultura. Isto é, mesmo que os rendimentos oriundos da comercialização da produção das atividades tradicionais fossem baixos, havia uma “renda” não contabilizada que permitia a realização de trocas não mercantis e a produção de gêneros alimentícios para auto-consumo, que funcionava como um suporte extra na manutenção das necessidades das famílias. Alguns pescadores mais jovens nos relataram que largaram a pesca e se arrependeram mais tarde, justamente porque perceberam a diminuição de sua renda, pois passaram a comprar todos os gêneros alimentícios necessários.

Mais uma vez ressaltamos que no íntimo dessas pessoas tão ligadas ao mar e à agricultura criou-se um sentimento de insatisfação pela alteração de sua cultura secular. Os atores entrevistados são capazes de perceber como progressivamente foram atrelados de tal forma às atividades relacionadas ao turismo que, mesmo que queiram, em muitos casos, não são mais capazes de praticar a pesca e a agricultura sequer como atividades secundárias. Em suma, uma das implicações do desenvolvimento do “turismo empresarial” foi a modificação de costumes que constituíam a estrutura socioeconômica da comunidade e, por implicação, a falência da pesca artesanal e da agricultura.

“Os impresários, a influência que eles têm é acabar com a pesca. Porque a hora que sair a pesca do nosso lugar eles tomam conta”. PESCADOR.

A opinião dos empresários é diferente. Para este grupo, o empreendedor vindo “de fora” foi o grande responsável pelo desenvolvimento socioeconômico da região. Ao ponto de acreditarem que existe certa “dívida” dos nativos para com eles.

“As pessoas que vieram de fora é que trouxeram as divisas para a cidade crescer, a gente não pode se esquecer, porque senão o pessoal da pesca não teria crescido”. EMPRESÁRIO.

A seguir apresentamos na figura 04 um diagrama representando a fase do Turismo-Mercantil. Nele podemos observar os traços marcantes deste período a partir de diferentes aspectos da socioeconomia.

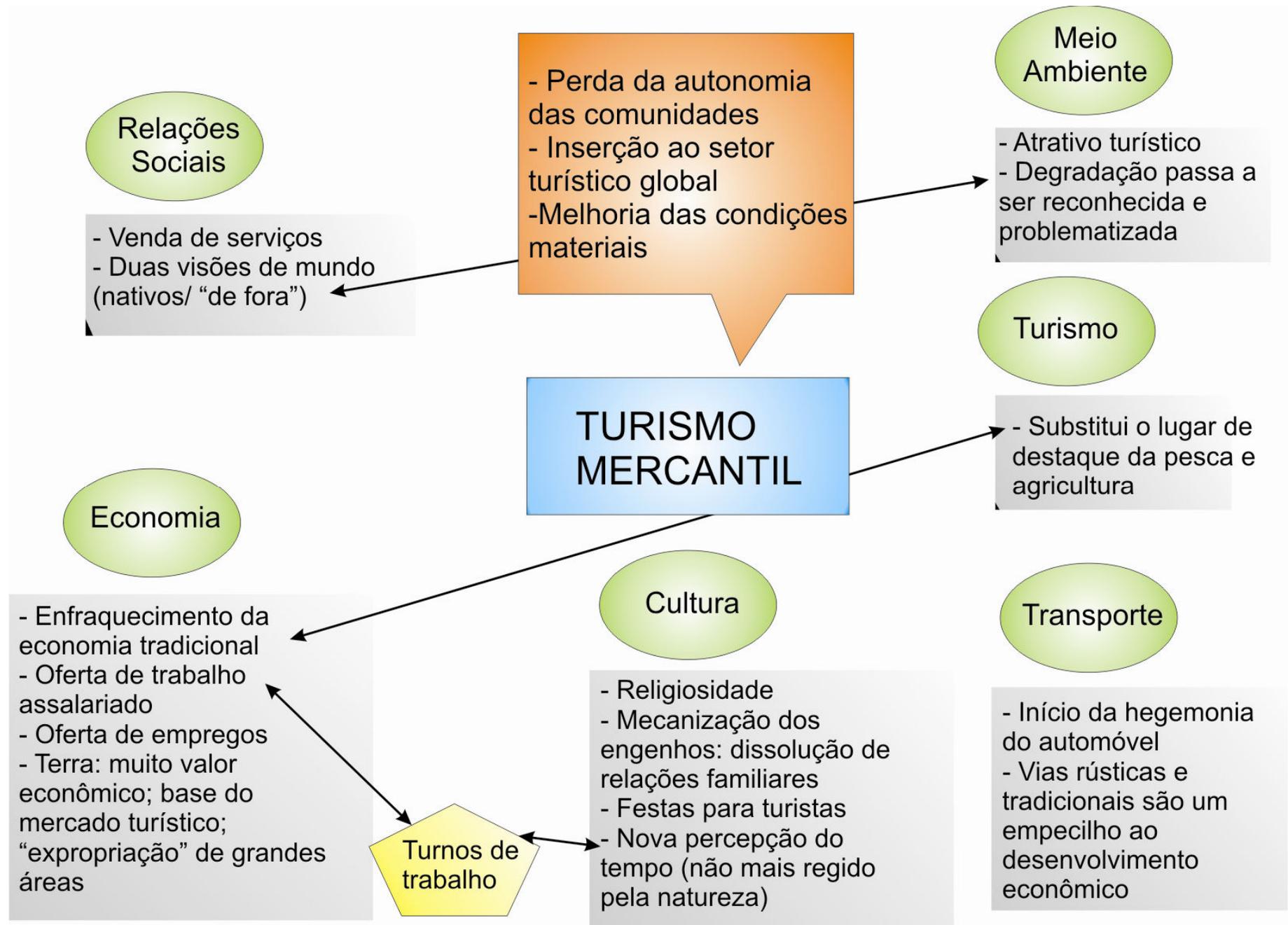


Figura 4: Representação gráfica da fase do Turismo Mercantil

3.2.4. Consolidação do Turismo de Massa

Este é o período que presenciamos atualmente, logo, é o que melhor conhecemos. Ele ampliou os dilemas surgidos a partir do confronto entre a rusticidade do passado e as facilidades materiais do presente. Recorrentemente as pessoas do lugar discutem em suas conversas se sua situação era melhor no passado ou hoje em dia. Evidentemente não existe uma resposta coerente capaz de dar fim à questão. O importante é evidenciar as transformações ocorridas nos vários níveis da vida social.

Este foi o caso, por exemplo, da cultura alimentar. No passado, a rústica produção agropecuária familiar garantia a troca por produtos fundamentais como o sal utilizado para a conservação das carnes. O peixe, naquele período abundante na região, era a carne mais consumida; já a carne de gado era um artigo de luxo e, portanto, raramente encontrada na mesa. Hoje essa equação não é a mesma, a proliferação do comércio nas cidades possibilita transações mercantis impensáveis no passado. A transformação na forma de se alimentar foi um reflexo das novas necessidades e possibilidades surgidas pelo advento da economia do turismo na região.

“Hoje é tudo na base do dinheiro e é tudo empacotado (...) hoje as coisas são mais fácil, porque a gente arruma um serviço, quem quer trabalhar (...) antigamente não se tinha emprego, só aqueles que eram bem estudados ia pra Florianópolis, ia pra Paulo Lopes e ia pra Imbituba”. AGRICULTORA.

O fenômeno do turismo possibilitou um intercâmbio de conhecimentos e experiências entre “nativos” e “de fora”, até então inédito na região, forjando novas percepções, valores e hábitos, envolvendo a população autóctone.

“Turismo é uma coisa muito boa, muito boa. Turismo é uma coisa que trás dinheiro, trás conhecimento. Tenho muita coisa boa na cabeça que me veio do turismo”. PESCADOR.

*“Mudou porque a gente não anda mais de pé, já as coisa são diferente, já não se deixa mais a casa sozinha, já tem que cuidar mais das coisas (...) já não se veste mais arremendado, não se anda mais sujo. Nós lá em casa, passava dias inteiro que a gente não via mais ninguém, hoje não, hoje a gente vive com as pessoas”.
“Antigamente não tinha quem desse nem um lápis e caderno, se a pessoa não tivesse não estudava, porque não tinha quem desse, hoje não, hoje o governo dá, eles emprestam os livros tudo, hoje é mais fácil estudá”. AGRICULTORA.*

Com o desenvolvimento das cidades de Imbituba e Garopaba novos fenômenos sociais

ganham profusão e passam a gerar insatisfação, não só para os nativos, mas também para os “de fora” que se instalaram na região em busca de tranquilidade, mas sentem o choque entre culturas com matrizes diferentes. Por exemplo, no início do desenvolvimento do turismo os terrenos não eram murados. Os novos moradores “de fora” que imigravam para a região precisaram aprender a conviver e aceitar que pessoas estranhas caminhassem livremente em torno de suas casas. Situação absolutamente absurda em suas cidades de origem, mas normal entre as comunidades daqueles dois municípios.

“Logo que eu cheguei aqui eu tinha uma dificuldade, que eu tava na minha casa e quando eu via tinha gente passando dentro do meu quintal, porque era um costume das pessoas não ter limites de muros de casas (...) O gado aqui era criado solto, as áreas de pastagem eram comuns”. EMPRESÁRIO.

Adiante, em um estágio mais avançado da ocupação imobiliária, o fenômeno da violência ganhou maiores proporções, expressando-se pelos freqüentes roubos a carros, tráfico de drogas, incômodo causado por festas que atravessam a madrugada, etc. Embora manifestações muito sutis de violência seja outro matiz das agressões pelas quais as comunidades foram submetidas. O contraste entre visões de mundo, expresso nos novos hábitos, vocabulários, formas de se vestir, percepções sobre o sagrado e a religiosidade, de certa forma, intimidaram e inferiorizaram as comunidades autóctones. Ou seja, as pessoas introduziram em sua *psique* que o “novo”, sinônimo de moderno/ desenvolvido/ urbano, ocupa um lugar de destaque frente a sua própria cultura, sinônimo de passado/ atrasado/ rústico. Isso se evidencia pelo tratamento diferenciado, frequentemente subalterno, conferido pelos nativos aos “de fora”, principalmente ao meio empresarial e político da região.

Manifestações culturais como as



Foto 9: Engarrafamento em estrada de terra na Praia do Rosa



Foto 10: Depósito irregular de lixo

“ratoeiras” e o “boi-de-mamão” passam a ser abandonadas. Os novos símbolos de progresso oriundos dos centros urbanos passam a ser almeçados. Além disso, principalmente no final da década de 1990 e no transcorrer deste século, Imbituba e Garopaba se destacaram pela imagem criada em torno das “festas” e “badalações”, ou seja, eventos noturnos que atraem jovens de estados próximos como SP, PR, e RS no



Foto 11: Praia de Garopaba nos meses de verão

período de alta temporada. Esse marketing indiscriminado orientou o perfil do turista que atualmente se instala na região, bem como afastou aqueles “turistas familiares” comuns entre as décadas de 1980 e 1990, no jargão dos nativos: “o bom turista”. (ARAÚJO, 2006). Chegou-se a um ponto crítico no qual os moradores nativos precisam transitar por caminhos alternativos na alta temporada para evitar os possíveis transtornos causados em determinados locais que, frequentemente, extrapola em provocações, ofensas e abusos dos mais variados tipos.

Segundo os entrevistados, em muitas regiões as propriedades foram desvalorizadas, pois o “agito” do turismo tornou o ambiente pouco agradável. Contribuiu para isso a competição nos preços das diárias gerada pelo surgimento de equipamentos de hospedagem extremamente baratos, projetados justamente para o perfil do turista jovem que evita despender seu dinheiro em hospedagem e alimentação para gastá-lo em festas, bebidas alcoólicas e drogas.

O senso de pertencimento ao lugar, tão especial nos períodos anteriores tanto para nativos quanto para os “de fora”, começa a sofrer modificações na etapa do TM. Já encontra-se estabelecido um mercado turístico repleto de oportunidades, empreendimentos e eventos, objetivando angariar a maior quantidade de dinheiro no menor período possível. Do mesmo modo como surgem rapidamente logo desaparecem, deixando para trás os “rejeitos” da sociedade moderna. A partir deste panorama, nossa percepção é que enquanto os nativos tendem a regressar a um passado onde supostamente reinava a harmonia, os novos “de fora” – os quais podem estar de passagem – enxergam na mudança uma oportunidade de melhorar os problemas socioeconômicos da região.

A convivência de outrora entre as atividades tradicionais e mercantis pendeu cada vez

mais para o campo do turismo de massa. As relações socioeconômicas passaram a estar atreladas ao TM. Essas transformações fizeram com que o turismo não fosse mais apenas uma atividade secundária ou paralela, mas passa a ser almejado por praticamente todos os segmentos sociais. Foi sobre essa influência, a partir da segunda metade da década de 90, que se verificou o vertiginoso crescimento do setor imobiliário. Em Garopaba e Imbituba, segundo os entrevistados, as classes menos favorecidas almejavam qualquer “emprego” assalariado – geralmente em lojinhas e em casas de família ou pousadas (faxineira, camareira, cozinheira, pedreiros, pintores, etc.) – em detrimento de outras atividades. O extrato feminino da população rapidamente ocupou estes novos postos de trabalho; enquanto a parte da população que permanece ligada às atividades tradicionais é o extrato masculino, pois a segunda opção destes é a construção civil, um setor que possibilitou alta rentabilidade por um longo tempo, porém é fisicamente extenuante. No entanto, com tempo as famílias vêm percebendo que os empregos ligados ao turismo não fornecem amplas condições para sua subsistência. Com isso, houve um retorno às atividades tradicionais, que, na medida do possível, tornaram-se paralelas aos “empregos”, somando-se à renda mensal das famílias.

“Não é mais possível viver estritamente da “roça””. [Embora não seja possível viver do turismo durante todo o ano devido ao seu caráter sazonal]. “Quem trabalha na roça tem as coisa, e quem não trabalha na roça que fica desempregado fica pior que a roça, que aí não tem nada pra comê”. AGRICULTORA.

A questão que levantamos é, mais uma vez, a forma pela qual aconteceu todo este processo de transformação, ou seja, a maneira subalterna como as comunidades autóctones foram envolvidas. Com a diminuição das oportunidades de subsistência e renda através da realização de atividades tradicionais, os “empregos” (fábricas e comércio) e “serviços” (construção civil e lojas que fecham após a temporada) passaram a ser a primeira opção dos nativos, sendo sua única garantia de obtenção regular de renda para o ano e de alguma ascensão social.

Pesquisas anteriores (ARAUJO, 2006, SAMPAIO, 2004c, 2006; VIEIRA, 2003) e o longo período em contato com o litoral Centro Sul, nos permitem sugerir que após o processo de maturação do TM, o resultado social foi que as pessoas passaram a aceitar um estilo de vida mimético aos grandes centros urbanos, subjugado pelos interesses mercantis do turismo. Entretanto, mais uma vez, é preciso enfatizar a complexidade deste estilo de desenvolvimento, praticamente todos entrevistados nos contaram que as condições de vida, melhoraram bastante nas últimas décadas, ou seja, que o progresso gerou mais conforto.

“Melhorou muito, no sistema melhorou porque a primeira coisa que acontece é assim, nós quando nascemos, nós quando éramos pequenos, nós vivia no troca-troca, não se tinha dinheiro, não existia dinheiro, nós não tinha estrada, era tudo caminho de carro de boi, nós plantava, nós pescava. Nós tínhamos muito peixe! (...) Mas não tinha pra quem vender o camarão, não tinha comprador [para o pescado de maneira geral] (...) Não tinha rua! Era puxado no lombo do boi. A Garopaba, dali pra ir pra Florianópolis nós ia na vela, ia com vento sul e voltava com nordeste. Não tinha barco a motor, tinha que esperar mudar o vento pra poder viajar”. PESCADOR.

O principal argumento dos nativos é que através do turismo suas condições de trabalho foram melhoradas, mesmo que sejam predominantemente sazonais e informais.

“Hoje não tem emprego, mas tem serviço, emprego é difícil, (...) nos anos 90, serviço aqui pra nativos não faltava, mas adispôs houve uma baixa porque estas pessoas que vinheram a mó de mão-de-obra que foram trazida das cidades, aquelas pessoas foram botando dentro de casa, e foram aglomerando, quer dizer, foi faltando serviço (...) o patrão voltava pra cidade mas deixava aquela pessoa [de fora] pra ficar trabalhando ali”. PESCADOR.

Cabe, portanto, enfatizar o lado negativo das novas relações socioeconômicas: as perdas graduais dos valores históricos e socioculturais destas comunidades tradicionais, que, somadas, produziram a perda de autonomia nos rumos do desenvolvimento da região. É perceptível que, atualmente, as oportunidades possibilitadas pelo turismo estão cada vez mais escassas. No mercado turístico regional são as imobiliárias que mantêm a alta lucratividade do passado.

“O turismo antigamente trouxe muito benefício para a comunidade, em geral. Hoje não, hoje trás só para as imobiliárias (...) porque o nativo não fez pousada, fez casinha de aluguel, porque eles [os nativos] não esperava que ia acontecer isso aí com eles” [a supremacia das pousadas em detrimento das casas de aluguel dos nativos]. PESCADOR.

A exemplo do período do *pré-turismo*, descrito acima, as condições de vida hoje vão se tornando cada vez mais precárias. A “promessa” de prosperidade e crescimento inequívoco, paritário e democrático do setor não foi cumprida. As comunidades autóctones se tornaram agentes submissos do desenvolvimento do sistema turístico, ocupando, em geral, cargos com pouco prestígio social e pouca possibilidade de ascensão econômica (ARAUJO, 2006).

“O que mais trabalha aqui é na limpeza de casa, limpeza de terreno, essas coisa,

cuidá de jardim”. AGRICULTORA.

Se no passado a venda de terras acontecia por preços irrisórios ou pela troca de objetos de pouco valor como rádios, geladeiras e televisões, atualmente a valorização das terras é tamanha que as novas gerações não conseguem adquirir terrenos para moradia em seu local de origem, uma vez que seus rendimentos não são capazes de arcar com despesas extras como compra de material de construção ou financiamento habitacional. Até hoje, a maioria dos terrenos são de posse, mesmo assim a prefeitura cobra IPTU. E a maioria das pessoas não possui dinheiro suficiente para legalizá-los.

Se antigamente as comunidades autóctones ocupavam áreas extensas que facilitava a realização das atividades tradicionais da pesca e agricultura -

“(…) os terrenos vinham do mar até a lagoa”. INSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA -

atualmente verifica-se a formação de novos bairros periféricos aos centros de Garopaba e Imbituba, ocupados por uma (nova) população de baixa renda. Houve uma revolução na vida do cidadão normal. Se antes do crescimento econômico das últimas décadas sua expectativa era ter uma casa e permanecer ligado às atividades da economia tradicional, hoje, confrontado com as inúmeras possibilidades oferecidas pela vida moderna, ele não mais consegue suprir seus novos anseios e necessidades, não sendo, portanto, capaz de usufruir das novas opções trazidas pelo desenvolvimento do lugar em função do turismo, pois sua renda média não lhe permite sequer adquirir um terreno e construir uma casa em sua cidade natal, tamanha foi a elevação do custo de vida promovida pelo desenvolvimento.

Na figura 5 apresentamos um diagrama representando a fase do Turismo de Massa. Nele podemos observar os traços marcantes deste período a partir de diferentes aspectos da socioeconomia.

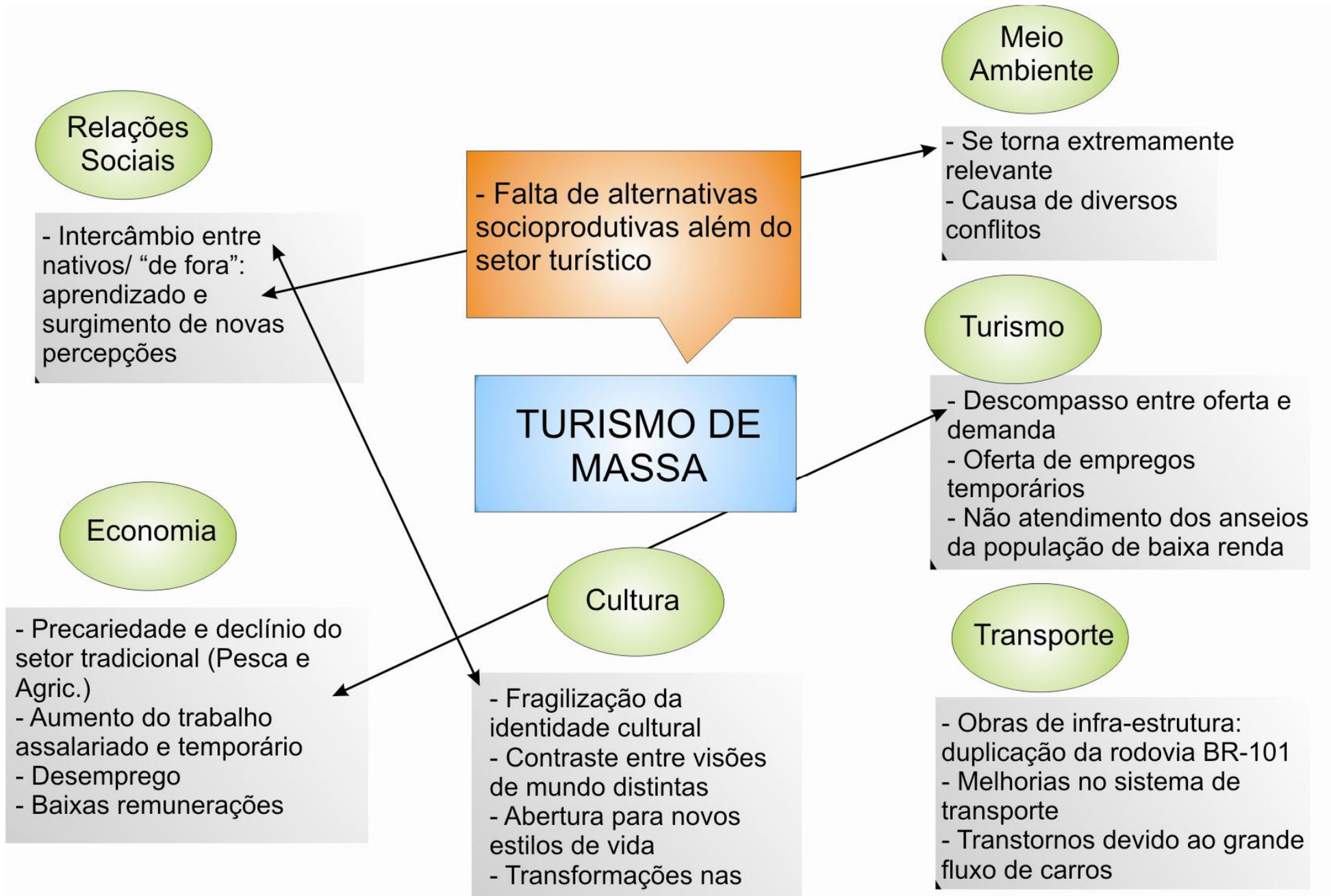


Figura 5: Representação gráfica da fase do Turismo de Massa

3.3. A percepção dos atores sobre os temas pesquisados

Nesta seção apresentamos as principais relações e conexões presumidas a partir de nossa interpretação sobre cada uma das categorias de entrevistados verificadas a partir dos temas de análise por nós propostos. Os temas selecionados foram: turismo, conflitos e meio ambiente e obstáculos e oportunidades para a consolidação de estratégias alternativas de desenvolvimento.

3.3.1. Turismo

Evidentemente, o tema do turismo ocupou papel de destaque durante a realização desta pesquisa, não só por se tratar de nosso foco de análise, mas também por sua expressividade na região. Nossas análises sugerem que seu desenvolvimento nas últimas quatro décadas induziu acontecimentos que ainda hoje provocam transformações no tecido sociocultural da região de abrangência deste estudo.

Existe um consenso entre as categorias de atores entrevistados sobre a falta de planejamento que perpassa o setor na região. O “sucesso” do turismo na região não é devido à competência dos órgãos governamentais responsáveis, mas por suas virtudes em termos paisagísticos.

“Garopaba é uma incógnita, tem tudo e não consegue fazer nada, é um milagre, porque as pessoas vêm, e não tem nada praticamente, a não ser o que Deus deu, porque o homem tá mal por aqui”. INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.

Desde a gênese do setor, o turismo de “sol e mar” predominou na região. Esta modalidade não favoreceu a integração da cultura, do saber fazer, da identidade local ao *pool* de produtos e serviços envolvidos na dinâmica turística. Essa argumentação é reforçada se examinadas as estratégias de marketing privadas e governamentais, as quais vinculam imagens contendo praias e lagoas paradisíacas, os esportes radicais já tão comuns como o surf e o kite surf, e os roteiros de observação da baleia franca. Majoritariamente, estas publicações não mencionam o histórico de ocupação açoriana da região, as singularidades da produção artesanal e tradicional da pesca e da agricultura e, menos ainda, os conflitos e problemas socioambientais decorrentes do setor. O turismo de “sol e mar” criou uma dependência econômica em relação aos fatores ambientais, ao ponto que, em temporadas demasiadamente chuvosas, ou nas quais o carnaval acontece mais cedo, toda a cadeia produtiva local é prejudicada.

“Se o turismo vai bem, o ano vai bem”.

EMPRESÁRIO

Regularmente, quando questionados se “todos estão satisfeitos com o turismo na região”, imediatamente os entrevistados respondem que sim. No entanto, no desenrolar das conversas frequentemente surgiam contra-sensos nos discursos, pois as diferentes categorias de entrevistados possuem percepções distintas sobre o papel do turismo na região, o que induz conflitos motivados pelo choque entre diferentes concepções de desenvolvimento.

Os entrevistados denunciam que o Poder Público esteve ausente no planejamento do setor nas últimas décadas, omitindo-se em relação ao crescimento da atividade turística.

“Aqui não se forma nada, já vem pronto, até o turista, que quer fazer caminhadas, quer ver baleias, quer ver os marcos indígenas (...) os caras já vem prontos e ficam procurando quem que vai levar ele e não tem. Às vezes chega aqui e tem um ou outro, mas é uma coisa meio amadora, não existe nada certo mesmo [profissional/organizado]”. INSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.

“Deus é catarinense, é um milagre, o pessoal vem [mesmo sem infra-estrutura turística] você fica pasmo, mas eles vêm”. INSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.

Foi justamente o ineficiente planejamento do turístico que permitiu a expansão do setor imobiliário em desrespeito às exigências ambientais e em dissonância aos interesses das comunidades nativas. A ausência de um projeto urbanístico facilitou a instalação de empresas de diversos setores produtivos na região, em muitos casos, a partir de uma dinâmica historicamente calcada na troca de favores privados e eleitorais (AVELLAR, 1993). Neste contexto, a pesca artesanal e a agricultura familiar historicamente não figuraram na agenda dos órgãos governamentais, ou seja, não configuraram setores estratégicos para o desenvolvimento local.

Como ressaltado anteriormente, o desenvolvimento do turismo para os “nativos” representou valiosas melhorias em suas condições materiais de vida e ao mesmo tempo o rompimento de relações socioeconômicas tradicionais, dessa forma lhes expondo a uma situação crônica de dependência exclusiva ao setor. Além disso, as transformações alimentadas pelo turismo re-configurou o quadro de soberania socioeconômica da região, favorecendo cada vez mais o poder dos “de fora” em detrimento das comunidades autóctones. A chave do sucesso dos empreendimentos turísticos foi ter encontrado na região uma farta mão-de-obra entre os nativos, pouco qualificada, mas barata. Estes percebem o horizonte de possibilidades criado pela economia do turismo, embora se ressentam das perdas em termos socioculturais e sociopolíticos, a progressiva valorização da cultura importada dos grandes

centros urbanos. Esta é uma categoria que sofre, pois enxerga e compreende as diferenças entre o passado e o presente.

Por sua vez, os “de fora”, em geral, não são capazes de estabelecer tais relações entre o que o lugar era e o que se tornou. A realidade atual se apresenta para eles como natural. As relações de dominação sobre as comunidades nativas são as mesmas encontradas em qualquer outra cidade. O passado, quando existe, perfaz um curto período temporal incapaz de revelar a natureza das transformações socioambientais ocorridas. A exemplo do que acontece em todo o litoral catarinense, para este grupo, a região é um lugar que lhes permite ganhar a vida morando em um paraíso.

Na categoria “empresários” foram entrevistados empresários oriundos de outras localidades. Diferente da análise de Araújo (2006), que se voltou principalmente aos nativos que se tornaram empresários do turismo, os empresários “de fora” sentem-se responsáveis pelo desenvolvimento da região. Creditam a seu empreendedorismo o motivo da melhoria da qualidade de vida da população como um todo. Acreditam serem a base de uma longa cadeia produtiva que trás benefícios a todos, mesmo àqueles que se encontram à margem do setor, como o mais simples pescador ou agricultor. Reconhecem-se como abnegados do desenvolvimento da região, seus empreendimentos dependem do crescimento econômico permanente. Logo, não são favoráveis a mudanças bruscas na economia local. Seu sucesso dependeu, até então, das condições favoráveis ao negócio do turismo e da especulação imobiliária, como a baixa qualificação da mão-de-obra local que lhes permite despender menos recursos financeiros para o pagamento de salários; e a sazonalidade do TM, uma vez que se beneficiam do volumoso contingente de trabalhadores dispostos a ocupar as vagas em troca de baixos rendimentos.

Para os “de fora”, que migraram para a região em função das belezas e rusticidade do lugar, o crescimento do setor turístico representa uma ameaça na medida que induz modificações paisagísticas e pode impactar os recursos naturais. No entanto, em grande parte, este grupo parece estar alheio aos rumos da política institucional e aos anseios dos movimentos sociais. Embora, quando agem, parece-nos terem mais facilidade para se envolver com as ações diretamente relacionadas à degradação dos recursos naturais do que à degradação sociocultural.

Enquanto o poder público, os nativos e os empresários enxergam o turismo pela ótica do mercado, pois sua sobrevivência depende do sucesso do setor, os “de fora” e as instituições da sociedade civil, geralmente mais ligadas às questões ambientais, tendem a focar apenas os custos ambientais resultantes da expansão do turismo. Evidentemente esta é uma distinção didática realizada por nós, pois todos os setores percebem que o crescimento descontrolado do

turismo ameaça o setor econômico, bem como a base de atrativos que o sustenta: os recursos naturais. O que deve ser destacado é que cada setor possui uma lógica própria de funcionamento, a qual os impele a agir em um determinado sentido, em geral, sem articulação entre os atores e sem visão de futuro.

3.3.2. *Conflitos e Meio Ambiente*

A problemática ambiental é um tema novo para os nativos. Muitas das práticas tradicionais ligadas à pesca e à agricultura introduzidas pela cultura açoriana apresentam aspectos negativos em relação à conservação dos ecossistemas. Contudo, na perspectiva deste grupo não eram consideradas danosas, como o desmatamento, as queimadas na agricultura e o despejo de lixo doméstico no mar e nas dunas. Isso se explica pelo pequeno contingente populacional que habitava a região anteriormente ao desenvolvimento do turismo, e, evidentemente, a menor quantidade de lixo produzido. Essa baixa densidade populacional permitia que os recursos naturais se regenerassem através da dinâmica natural dos ecossistemas. Contudo, com o adensamento populacional e o crescimento do mercado imobiliário, principalmente a partir da década de 90, surgiram os primeiros sintomas da gravidade da degradação dos ecossistemas por influência da dinâmica econômica mobilizada pela formação do mercado turístico, como a diminuição do pescado e deteriorização da qualidade das águas das lagoas. Somente mais adiante estes fenômenos foram identificados e internalizados como um verdadeiro *problema*, principalmente entre os nativos.

Nossa percepção é que foram as novas relações estabelecidas entre “nativos” e “de fora” que forjaram uma nova percepção sobre o ambiente natural e social, i.é, sobre os problemas relacionados à degradação dos recursos naturais e do patrimônio sociocultural. Para muitos dos “de fora” que se estabeleceram na região foi mais fácil identificar tais problemas pois já haviam os vivenciado em outras localidades. Esse grupo mexeu com as estruturas sociopolíticas, na medida em que começou a cobrar providências frente às transformações no ambiente natural, a partir de então caracterizadas como ameaças. Não queremos com isso desqualificar os nativos, insinuando que foram incapazes de perceber este novo cenário. Nosso entendimento é que as comodidades propiciadas pelo crescimento econômico os induziram a escolher o conforto material em detrimento do enfrentamento das “novas” questões ambientais. A demais, a matriz cultural açoriana não favoreceu a devida compreensão a cerca das transformações sobre o meio físico oriundas da intervenção antrópica. Segundo Freitas (2005), o modo de produção açoriano, caracterizado pelo minifúndio, pela policultura de subsistência, pela pesca e pelo extrativismo animal e vegetal, permitiu a manutenção do modo de vida tradicional de 1830 até a década de 1970 do século passado. Porém, os custos ambientais destas atividades revelaram-se muito elevados, levando ao desaparecimento da maior parte da cobertura vegetal e da fauna silvestre até 1957. Os principais fatores relacionados a essa perda estiveram associados à extração de lenha e à conversão de ambientes naturais em Agricultura e Campo.

A pobreza, ligada às precárias condições de vida relatadas anteriormente, – e

apresentada no Relatório Brundtland de 1987 como uma das causas da degradação ambiental – foi mais um elemento indutor da ação antrópica predatória sobre a base dos recursos naturais. Além do mais, o ritmo lento, pelo qual aconteciam as intervenções no meio natural, ocultava a gravidade dos problemas. Enquanto os “de fora” enxergavam nas transformações socioambientais uma ameaça ao seu sonho de paraíso, os nativos finalmente se libertavam do passado de trabalho extenuante e penoso.

Atualmente, a questão socioambiental “existe” e ganhou visibilidade em todos os processos sociais. Ela é identificada de forma ampla em todos os setores socioeconômicos, e constitui a causa de inúmeros conflitos envolvendo os mais variados atores. Principalmente no final da década de 90 e no transcurso do século XXI observou-se a formação de grupos, ONG’s, associações, etc., que, de forma direta ou indireta, se esforçaram para colocar em relevo as questões envolvendo a degradação socioambiental. Com isso, o movimento ambientalista ganhou força, ao ponto de influenciar praticamente todos os debates sociopolíticos até então. Ocorreu uma verdadeira miscigenação entre a cultura dos nativos e dos “de fora”. Nos últimos anos o movimento ambientalista ganhou tamanha profusão que influenciou a disseminação de um discurso coletivo sobre o “ambientalmente correto”, o qual se espalhou entre todos os setores da sociedade.

“Esse negócio do meio ambiente, do esquentamento global, isso aí não mexeu com você? Eu comigo mexeu. Eu tenho netos tá?! Então eu espero uma melhora, tais compreendendo?”. PESCADOR.

Hoje, não é mais possível, a nenhum setor, planejar suas estratégias sem conexão com a questão ambiental. Observa-se a formação de uma consciência ambiental mais qualificada, uma verdadeira guinada que vem lentamente ganhando espaço em todas as ações de desenvolvimento e contaminando grande parte da população autóctone e das pessoas que migraram para a região.

“Eu fiquei satisfeito, eu agradeço até esse colapso que teve, assim que si acordou, e ainda tem recurso [solução], se todo mundo trabalhar em cima disso nós ainda vamu viver, ainda vamu viver.” PESCADOR.

“Eu adoro a preservação, a preservação pra mim está em primeiro lugar no mundo. Porque se você não preservar não vive.” PESCADOR.

Parece-nos que muitos nativos, órgãos públicos e instituições locais atribuem responsabilidade ao turismo pelos danos ambientais sofridos até então. Contudo, de maneira geral, sentem-se isentos de responsabilidade nesse processo, atribuindo ao “novo” – o

fenômeno do turismo - e ao “de fora” a culpa pelas transformações ocorridas em sua localidade. Para outros, a questão socioambiental representa um entrave ao crescimento econômico. O Poder Público, por exemplo, trata a questão como se ela não fosse tão séria, mas um exagero da parte dos movimentos sociais. As normas ambientais, em muitos casos negligenciadas, são entendidas como uma obrigação legal a ser cumprida, e não como uma postura ética frente ao mundo.

Entre os pescadores e agricultores nativos, existe divergência sobre a gravidade dos danos ou mesmo sobre a existência deles. Em geral, não qualificam os “problemas” como graves, pois têm dificuldade para perceber suas conseqüências futuras e cumulativas. Geralmente, aqueles que ainda se valem de técnicas impactantes não se dão conta de que eles próprios são uma das causas do problema. Ou seja, geralmente, o outro – vizinho, estrangeiro, empresário não nativo ou poder público - é o culpado. Entretanto, sem pretender criar justificativas, existem também aqueles que não possuem opção, que, não conseguindo se adequar à legislação, causam dano ambiental, como é o caso de alguns agricultores que historicamente foram alocados em encostas de morros, outros que tiveram o tamanho de suas propriedades reduzidas e precisam explorá-las ao máximo, além de famílias de pescadores pobres que, para garantir seu sustento, desrespeitam normas de pesca, como o defeso de algumas espécies e o tamanho da malha utilizada em suas tarrafas.

Segundo as entrevistas e a nossa percepção, entre o grupo dos “de fora” existem duas posições principais. Uma relacionada à degradação ambiental, posição majoritária daqueles envolvidos nos movimentos ambientalistas locais. E outra à degradação da qualidade de vida fruto da degeneração paisagística. As pessoas “de fora”, em geral, migraram para a região por dois motivos: enquanto alguns foram atraídos pelas belezas do lugar, outros o foram pelo potencial para empreendimentos ligados ao turismo. Enquanto os primeiros se envolveram na causa ambiental por motivos éticos e ideológicos, os segundo enxergaram na degradação ambiental um fator de risco para seus investimentos, tendo em vista que a economia regional está baseada nos atrativos naturais. No entanto, cabe salientar que foram estas duas posições, eticamente distintas, que deram visibilidade para os impactos ambientais da região, inclusive diante dos “nativos”.

A categoria “empresários” está intimamente ligada à menção feita acima. Tanto empresários nativos como vindos “de fora” se enquadram naquela distinção entre percepções. No entanto, há que se evidenciar que para muitos empresários da região as questões ambientais caracterizam-se como um obstáculo ao crescimento econômico, geralmente fomentado pelos movimentos sociais, estes, considerados despreparados e politicamente direcionados.

Nas últimas décadas, as instituições da sociedade civil organizada têm tido a problemática socioambiental como sua principal bandeira de luta. Se por um lado estas instituições são responsáveis pela conservação de boa parte do patrimônio natural e sociocultural da região, parecem tratar a questão ambiental de forma desconectada com os interesses econômicos inerentes ao modelo de desenvolvimento capitalista. Em geral, não aceitam que a economia mercantil já influencia os rumos do desenvolvimento local numa dinâmica que se revela similar em todos os lugares onde o TM foi estabelecido. Inúmeras vezes atribuem a responsabilidade pela degradação ambiental a determinadas pessoas ou grupos econômicos, enquanto, cremos, o foco deveria estar voltado para a criação de novas opções de planejamento e gestão solidária e coletiva.

Experiências como a do Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, das novas Associações de Pescadores, do Mercado do Produtor, do Fundo Viralata, dos Amigos do Meio Ambiente, entre outras, representam os primeiros frutos da tomada de consciência sobre a crise socioambiental e os impactos causados pelo turismo de massa. Elas foram criadas e consolidadas para tratar de questões inéditas e complexas, que a administração pública não foi ainda capaz de solucionar adequadamente.

Atualmente, as ações do Fórum da Agenda 21 voltadas para a criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) de pesca artesanal é a questão que ocupa lugar de destaque na região dos municípios de Imbituba e Garopaba; inclusive ocupando lugar de destaque na campanha eleitoral de todos os partidos políticos neste ano de 2008. A idéia nasceu de debates, encontros e eventos que ocorreram no âmbito deste Fórum. Ela constitui mais um exemplo das conseqüências da miscigenação cultural que induziu uma tomada de consciência ambiental. Atualmente, a RESEX é, sem dúvida, o principal tema gerador de conflitos locais; e, ao mesmo tempo, dependendo da percepção de cada ator, representa um obstáculo ou uma oportunidade para a consecução de alternativas socioprodutivas. Nos níveis comunitário e empresarial este conflito vem evidenciando as diferentes percepções dos atores sociais locais. Embora envolta em sérios embates políticos, de um lado vem estimulando negociações no contexto de um processo democrático e criando condições para o surgimento de novas formas de cooperação política e produtiva que priorize os grupos sociais desfavorecidos; de outro lado vem causando preocupantes rupturas em laços sociais historicamente construídos, dividindo assim grupos que no passado cooperavam.

A ignorância sobre a legislação ambiental, a disseminação de intrigas em relação à legitimidade da sociedade civil para decidir os rumos do desenvolvimento local – somando-se o despreparo das comunidades para assumirem o poder e a responsabilidade da gestão de sua localidade, fruto do poder historicamente irrestrito de uma elite política local - vêm

produzindo controvérsias acirradas que mascaram as reais intenções e perspectivas positivas de uma Unidade de Conservação de uso sustentável. Iniciativas como o Projeto Baleia Franca, o Instituto Baleia Franca, a Área de Preservação Ambiental da Baleia Franca (APA), o Parque Estadual do Tabuleiro e a Reserva do Arvoredo – estes dois últimos Unidades de Conservação restritivas – influenciam e distorcem a compreensão dos atores locais que não são convidados a conhecer suficientemente seu funcionamento, a legislação vigente sobre elas e as inúmeras controvérsias a seu respeito. Dessa maneira, criam-se suspeitas e receios, geralmente fantasiosos, induzindo um clima de medo comumente relacionado ao confisco de terras e propriedades, à inviabilização de empreendimentos e outras formas de cerceamento.

Nos debates sobre a RESEX, a questão da “terra” ganha mais uma vez destaque. Praticamente todos os entrevistados, de todas as categorias, dizem ter medo em relação a possível perda de terras por ocasião da formação da Reserva. Inclusive, alguns deles nos relataram que as terras que se encontram na área da APA da Baleia Franca já são limitadas, pois pertencem ao governo – o que sabemos não ser verdade.

Sobre esta questão, observamos mais uma vez os resultados da relação das percepções ambientais dos nativos e dos “de fora”. Um dos entrevistados, um pescador nativo defensor resolutivo da RESEX nas comunidades, revelou-nos durante a entrevista que mudou de opinião por influência de “turistas” amigos seus, os quais lhe contaram que em outros lugares do país o mesmo processo já havia acontecido e que, inicialmente, foi prometido às comunidades que a situação fundiária não seria alterada, no entanto, em um segundo momento houve a desapropriação das terras dos moradores.

“A gente tá muito assustado, porque vem muita gente bater na cabeça da gente, muita quantidade de veronista [turistas], que até agora só nós nativo debate de um para o outro, agora o turista chegou no meio dizendo que já samu acostumado com isso, a hora que o governo assinar o governo não a nem interessado, vai pegar uma planta e vai passar lá pelos poder alto: doutor assina isso aqui (...) tá aprovado (...) assina pra eles vendê”. PESCADOR.

3.3.3. *Obstáculos e oportunidades*

No transcurso deste trabalho fomos surpreendidos pela quantidade de informações sobre possíveis “obstáculos” e “oportunidades” para a consecução de outro estilo de desenvolvimento. Foi então necessário selecionar apenas as informações que nos ajudam a responder o objetivo primeiro desta dissertação: identificar os obstáculos e as potencialidades do turismo ecológico-comunitário como estratégia indutora de Desenvolvimento Territorial Sustentável no litoral centro-sul de Santa Catarina, e abrir mão de outras preciosas informações que não correspondem aos nossos anseios. Em todas as categorias de entrevistados foram levantados diversos itens relacionados às dificuldades, ameaças, oportunidades e pontos fortes. Diante de toda essa riqueza uma de nossas conclusões é que o conjunto dos atores sociais entrevistados apresenta uma capacidade singular de diagnosticar a realidade de sua própria região e, por conseguinte, de estabelecer parâmetros e objetivos de curto e longo prazo, mesmo que haja entre eles uma diversidade de pontos de vista a cerca da melhor maneira de encarar os problemas que os afligem.

i) No rol dos principais **obstáculos**, consideramos que a expansão da atividade turística nas últimas quatro décadas sem um planejamento visando suas consequências futuras implicou em uma forma de desenvolvimento e crescimento econômico excludente e não igualitário marcado pela falta de um projeto urbanístico e social adequado; pela carência de infra-estruturas básicas; e pelo abandono dos setores tradicionais da economia. Em síntese, ocorreu que as administrações públicas não vislumbraram outras atividades econômicas, senão as relacionadas aos serviços turísticos, aliados à especulação imobiliária e à construção civil.

No entanto, deve-se entender que o que é considerado um obstáculo (ou oportunidade) por um grupo pode não ser para outro. Por exemplo, a consolidação do TM na ausência de um planejamento efetivo beneficiou muitos empresários, que por longo tempo auferiram lucros exorbitantes nas transações imobiliárias. É comum, atualmente, principalmente no verão, a instalação de gigantescas casas noturnas que lucram e causam transtornos de várias ordens às populações autóctones, e, posteriormente, abandonam a região.

Todas as categorias por nós selecionadas para este estudo fizeram severas críticas ao Poder Público, na maioria dos casos relacionadas à sua ineficiência e/ou ausência para tratar das questões prementes. Se empreendimentos exógenos se proliferam na região, não existe apoio de qualquer parte aos remanescentes da economia tradicional como a pesca e a agricultura. A maioria dos investimentos públicos é direcionada ao turismo localizado no perímetro urbano, mais precisamente ao espaço circunscrito aos centros das cidades de

Garopaba e Imbituba. Agricultores nos relataram sua dificuldade em dispor de crédito rural e de adequação à legislação ambiental, tendo em vista que muitos terrenos são, hoje, pequenos demais para utilização agrícola e/ou encontram-se em encostas. Além do problema da região do Macacú, que se localiza na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e por isso “haveria” impedimento legal para a realização de atividades agropecuárias - no entanto não há fiscalização nesse sentido. O setor da pesca também se ressentido de dificuldades aliadas à falta de compromisso do poder público, como o incentivo para aquisição de insumos. Esse contexto induziu o desaparecimento de componentes fundamentais da economia local do passado, como os engenhos de farinha, a agricultura familiar e a pesca artesanal, sendo que os jovens em busca de “emprego” ou “serviço” não mais deslumbram os trabalhos ligados à pesca e à agricultura.

No tocante à agricultura, percebe-se na região o aumento da demanda por produtos orgânicos, tanto da parte dos comerciantes locais como dos consumidores. No entanto, a dificuldade de aquisição de novas terras para cultivo, devido ao seu elevado preço, torna-se um sério bloqueio para que nativos disponham novamente de espaço para a agropecuária, e com isso, possam aproveitar este momento positivo da agricultura orgânica na região, introduzindo-se em novas cadeias produtivas que se caracterizam como uma alternativa ao turismo de massa.

Não faltam idéias para melhorar estes setores, como a instalação de uma câmara fria para armazenar o pescado e a realização de feiras que permitam uma integração direta entre os pescadores/ agricultores e os consumidores, com isso obter melhores preços, pois eliminariam os atravessadores. Impressiona a grande quantidade de ONG's que atuam na região e exercem influência sobre a opinião pública e os processos socioeconômicos. No entanto, mesmo que os frutos do seu trabalho venham gerando incontáveis benefícios socioambientais, a maneira como atuam ainda é precária e desorganizada, somadas todas as dificuldades em conseguir apoio financeiro para seus projetos. Dessa forma o trabalho voluntário que desempenham muitas vezes encontra barreiras intransponíveis e tende a terminar no meio do caminho.

Infelizmente, ainda hoje predomina a lógica de favores no *modus operandi* da política local, já relatada em Avellar (1993) e Araújo (2006). Os interesses públicos se misturam aos interesses particulares e empresariais de alguns segmentos. Surgem inúmeros projetos mas praticamente nada se efetiva, nos conta um entrevistado.

“Eu estou aqui há vinte anos e vejo, não tem ação”.
EMPRESÁRIO.

ii) No rol das principais **oportunidades** enfatizamos as atividades tradicionais – ligadas aos setores da pesca artesanal e da agricultura familiar e orgânica -, pois percebemos, no decorrer da pesquisa, a existência de uma estreita relação entre elas e as pessoas da região. Em contra partida, concomitantemente, ocorre o abandono dessas atividades, principalmente entre os jovens, os quais carecem de incentivos para se dedicarem a elas.

A falta de planejamento eficiente, apontada anteriormente, refletiu nos rumos do desenvolvimento do setor turístico. A identidade cultural e os interesses da população autóctone não foram integrados às políticas e ações de desenvolvimento, como são os casos da culinária típica, dos estilos de vida do passado e da recente produção orgânica, os quais poderiam ser melhor explorados em favor das comunidades. Sob nosso ponto de vista, não acreditamos que um enfoque tão inovador quanto o do TEC possa, em curto prazo, se aplicarem grandes extensões territoriais (território dado). Ou mesmo que ele possa substituir o TM, tendo em vista sua proporção atual, amplamente enraizada na socioeconomia local.

Além de identificar as potencialidades para o desenvolvimento do TEC, relacionamos algumas regiões

dotadas de características que as tornam promissoras para compor uma estratégia alternativa de turismo.

No município de Imbituba, acreditamos que o centro urbano não oferece condições para o desenvolvimento deste tipo de turismo, uma vez



Foto 12: Lagoa de Ibiraquera



Foto 13: As três porções da Lagoa de Ibiraquera

que não apresenta mais elementos sociais, arquitetônicos e paisagísticos capazes de distingui-lo a ponto de se consolidar como um “recurso específico”. No entanto, o entorno da Lagoa de Ibiraquera, distrito deste município, ainda apresenta elementos socioculturais e paisagísticos singulares e relevantes no bojo da proposta de TEC aqui apresentada. Além disso, a recente história dos movimentos sociais existentes ali, atualmente aglutinados pelo Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera (Ver foto 13), dota as comunidades de self reliance - mencionamos em capítulos anteriores - ou seja, uma preocupação em cuidar do lugar de origem com autonomia nos processos de decisão e estreitando dos laços de confiança no seio do tecido social.

No município de Garopaba, também amplamente explorado pelo TM, três localidades chamaram nossa atenção, pois apresentaram fortes traços ligados ao passado da região, inclusive remontando à fase do pré-turismo delineada anteriormente. São elas: a)

a região da “Ressacada” (Ver foto 15), onde está se desenvolvendo um pólo de agricultura orgânica baseado em pequenas propriedades que já contam com uma associação de agricultores orgânicos, inclusive ligada e recebendo apoio técnico de agricultores do município de Paulo Lopes, outro pólo



Foto 14: Comunidade quilombola do Morro do Fortunato



Foto 15: Região da “Ressacada” (Agricultura Orgânica)

de agricultura orgânica reconhecido nacionalmente; b) o entorno da Lagoa do Macacú (Ver foto 16), distante quatro quilômetros do mar, é uma região que impressiona por sua

rusticidade, lugar onde o tempo parece que não passou, sendo ainda possível observar práticas agrícolas rudimentares do passado; c) mais acima e um pouco mais afastado do mar encontramos o “Morro do Fortunato” (Ver foto 14 e 15), uma comunidade de remanescentes de quilombos que, a exemplo do Macacú, ainda possui na agricultura tradicional sua principal forma de sustento. A denominação “Fortunato” lhe foi atribuído pois este era o nome do primeiro morador do local - onde praticamente todos os membros das vinte e oito famílias instaladas todos são parentes, pois até hoje os casamentos acontecem predominantemente entre primos.

Todas estas regiões no passado foram repletas de engenhos de farinha de mandioca que constituíam a base da economia tradicional. Ainda hoje existem quatro engenhos em funcionamento na localidade do Macacú, e outros dois desativados, mas em bom estado de



Foto 16: A esquerda a cidade de Garopaba; a direita a Lagoa do Macacú e o Morro do Fortunato

conservação, na Lagoa de Ibiraquera. Além disso, nessa região também é fabricada cachaça artesanal e orgânica de reconhecida qualidade, atualmente contando com o apoio técnico da EPAGRI para sua fabricação, embora, segundo entrevistas realizadas com membros comunitários e da EPAGRI, ainda não exista um destino para esta produção, muito exigente em mão-de-obra.

O resgate desses engenhos e de outras formas tradicionais de produção revela o potencial em termos agroecológicos e turísticos da região. Incluindo nisso a criação de uma cooperativa de agricultores/pescadores, a fim de, entre outras coisas, eliminar os atravessadores e aproximar o consumidor. No entanto, um projeto neste sentido necessita de estratégias pedagógicas de formação e profissionalização dos interessados.

Um dos maiores potenciais identificados na região é a agricultura familiar, uma vez que muitas famílias ainda ligadas à agricultura e à pesca artesanal são pluriativas²⁰, inclusive,

20 Segundo Cazella & Mattei (2002), a “multifuncionalidade” diz respeito à adaptação de um estrato de famílias agrícolas às transformações da agricultura moderna. Já a “pluriatividade” constitui-se como um possível atributo da multifuncionalidade, i.é, a efetivação de atividades agrícolas não-remuneradas, ou do setor de serviços,

há ocorrência de jovens, empregados nas cidades, que se dedicam às pequenas “roças” e/ou a pesca aos finais de semana. Percebemos a existência de sentimentos de estima e carinho pela agricultura familiar de pequeno porte por parte dos nativos e das instituições da sociedade civil organizada.

“A pequena propriedade preserva, porque ela vive dos recursos naturais, a pequena propriedade ela precisa de água, então com isso, automaticamente, ela vai preservar, ela precisa de uma plantação contínua, então ela precisa cuidar bem do solo, porque se ela não cuidar ela não tem outra fonte de renda. (...) As pessoas de fora eles vêm e exploram. Se plantam, plantam muito, se vão desmatar desmatam muito, se vão colocar gado colocam muito, desmatam, fazem pastagem até na beirinha do rio. Por isso a vantagem da pequena propriedade. (...) O pequeno, por mais que ele não tenha noção, ele acaba preservando porque é uma necessidade dele”. INSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.

Segundo Ploeg (2006), a agricultura familiar dá suporte material à grande parte de famílias de agricultores não integrada ao modo empresarial de produção agrícola. Neste ponto podemos traçar uma analogia com as transformações econômicas induzidas pelo TM, o qual não incluiu um grande contingente da população autóctone, inclusive aqueles ligados historicamente à agricultura familiar.

Segundo Veiga (1996), a AF deve ser valorizada como instrumento inovador do desenvolvimento sustentável. Levando em conta as evidências negativas do crescimento econômico mundial face à depredação dos recursos naturais, Do Carmo (1998) argumenta que a agricultura sustentável se insere no bojo da reorganização mundial do sistema agroalimentar com algumas vantagens, pois ela traz consigo um conjunto de técnicas capaz de minimizar impactos ambientais em curto prazo; possibilita que o padrão intensivo da produção agrícola seja substituído sem que haja queda de produtividade; abre um atrativo mercado para agricultores não convencionais; e possibilita a perpetuação de valores culturais das populações rurais.

Entretanto, não cabe apenas investir na cadeia produtiva da AF. Segundo Abramovay (2005), “o processo de desenvolvimento amplia as possibilidades de uso dos recursos naturais e sociais de uma região, e, conforme se aprofunda, incorpora segmentos que não pertencem à agricultura”. Nesse sentido, as atividades não agrícolas (pluriatividade) assumem importante papel no desenvolvimento integral das regiões rurais, que passam pelo desenvolvimento territorial que valorize os recursos locais/ regionais e as redes sociais. Para tanto, faz-se necessário a progressiva *organização* dos atores sociais destes territórios a fim de gerar

realizadas na própria propriedade rural ou fora dela.

processos de desenvolvimento verdadeiramente endógenos.

Abramovay (*Op. Cit*) enfatiza a importância de se consolidar processos de *ativação territorial* através de *ações coordenadas*. Isto é, apostar e valorizar ativos e processos específicos dos territórios mediante ações onde os interessados unam-se para encontrar soluções e melhorias para situações-problema que exigem inovações técnicas e/ou administrativas. A criação de mercados inovadores a partir de *recursos territoriais específicos* carrega consigo o desafio da inclusão da parcela da população vivendo em situação de pobreza. Inclusive, um contexto social marcado pela pobreza aumenta demasiadamente as chances de sucesso de iniciativas inovadoras e sustentáveis. A ampliação do segmento de economia popular e solidária nos últimos anos representa um importante avanço nesta direção.

Duas experiências se destacam na região, revelando um sólido potencial para a criação de alternativas ao TM e, portanto, deveriam ser melhor valorizadas e apoiadas pelo conjunto da sociedade. São elas: a) a formação de uma Reserva Extrativista voltada à pesca artesanal, que pretende restaurar o equilíbrio entre desenvolvimento e exploração no entorno da Lagoa de Ibiraquera, criando regras claras de uso dos recursos naturais voltadas aos pescadores artesanais e à conservação dos ecossistemas; e b) a consolidação de uma Associação de Produtores Orgânicos da Ressacada, no município de Garopaba e próximos ao Macacú e Morro do Fortunato, que estimulou a criação do Mercado do Produtor, um espaço de comercialização de produtos orgânicos criado no ano de 2004 e incentivado pela promulgação de uma lei estadual que estabelece que toda a merenda da rede pública de ensino deve ser de origem orgânica. A associação foi formada, inicialmente, não só por produtores orgânicos, pois não havia pessoas suficientes para compô-la. A saída encontrada foi incluir na lista dos produtos ofertados os classificados como “coloniais”, não necessariamente de origem orgânica.

Foram muitos os problemas enfrentados pelos produtores orgânicos desde o início de sua organização, visto que o poder público municipal não implementou a dieta orgânica nas escolas, o que tornou conflituosa a relação da associação com a administração municipal, uma vez que as partes não chegaram a um entendimento sobre a compra e venda de produtos orgânicos para a rede escolar. Por outro lado, a prefeitura se responsabilizou pelo pagamento de uma funcionária para trabalhar como atendente no Mercado de Produtor. No entanto, esses problemas desestimularam muitos associados, que acabaram abandonando a associação, fazendo com que os remanescentes assumissem todos os custos envolvidos em sua manutenção. Contudo, aos poucos a Associação de Produtores Orgânicos e o Mercado do

Produtor estão se estabilizando e já existem pessoas retornando e produzindo em suas propriedades.

Os movimentos agroecológico e ambientalista além de lutarem por seus ideais vêm mostrando que a Zona Costeira possui não só potencial turístico, mas também potencial de produção de produtos locais e da culinária típica. Segundo um entrevistado, proprietário do maior hotel da região, hoje é uma exigência no campo da hotelaria a adequação ao “ecologicamente correto”, principalmente em relação aos turistas europeus. Nesse sentido alguns empresários já procuram “agregar a cultural local aos seus empreendimentos” – como é o caso, por exemplo, de donos de pousadas e hotéis que procuram oferecer produtos característicos da região a seus hóspedes. No entanto, isto pode ocorrer de diversas maneiras, desde a aplicação de estratégias de marketing oportunistas que se aproveitam da tipicidade da região, até o apoio e/ou integração de grandes empreendimentos a redes de produtores tradicionais nativos livres e organizados.

Em síntese, nesta seção traçamos elementos da área de estudos que acreditamos poderem constituir o alicerce de uma estratégia de desenvolvimento alternativa frente ao turismo de massa, mas capaz de “conviver” com ele. Colocamos o foco nas atividades tradicionais, pois percebemos a existência de um sentimento de carinho das comunidades autóctones por elas; além disso, acreditamos serem elas (as atividades tradicionais) capazes de restituir uma condição de autonomia socioeconômica frente à instável dependência pelo turismo convencional.

Nesse sentido, o TEC não representará uma atividade isolada no campo da socioeconomia local, deverá sim funcionar como um vetor transversal interligando de forma sistêmica outros campos da vida social e produtiva. Para a consecução de um projeto inovador como este devem ser enfatizados elementos com melhor potencial de adaptação à proposta, como a valorização da *identidade cultural*, entendida como um caminho de mão-dupla: de um lado ensinando a percepção de outros valores, visões de mundo e estilos de vida possíveis, em um jogo no qual as comunidades receptoras e os “visitantes” se educam mutuamente; e de outro fortalecendo *setores produtivos* nos quais as comunidades podem se desenvolver e fazer suas escolhas de maneira autônoma, como a agricultura orgânica (agroecologia), a pesca artesanal aliada ao processamento de pescado, o artesanato e a culinária típica – inclusive resgatando os Engenhos de Farinha. Além disso fomentando a criação de cooperativas integradas; a recuperação, preservação e valorização turística dos *recursos naturais e paisagísticos* da região, enfatizando atividades capazes de serem realizadas pelas comunidades e sem a necessidade de grandes investimentos, como a observação de baleias em

terra, a criação de programas de educação ambiental, trilhas ecológicas, etc. Nesse sentido, a *história de luta dos movimentos sociais comunitários* pela adoção de outro padrão de desenvolvimento local pode ser agregado como um recurso pedagógico no quadro de um turismo educativo, cada vez mais essa história vem despertando a curiosidade de “visitantes” interessados em experiências de convivência em situações onde se desenvolvem processos de transformação social – é o que demonstram as experiências de acolhimento comunitário realizadas por famílias ligadas ao Fórum Local da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera.

CAPÍTULO 4 – SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. Síntese, dificuldades encontradas e recomendações para pesquisas complementares

No primeiro capítulo foram apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na realização desta pesquisa. No segundo tratamos dos elementos teóricos relacionados à temática proposta para este estudo. No terceiro analisamos os dados levantados através de pesquisa de campo, a qual se voltou para o entendimento do desenvolvimento do sistema turístico, suas distintas etapas de consolidação, efeitos sobre o tecido socioeconômico e a percepção dos diversos grupos de atores sobre o fenômeno, especificamente sua trajetória de desenvolvimento, os conflitos socioambientais, e os obstáculos e oportunidades para o TEC. Por fim, este capítulo realiza-se uma síntese do trabalho, incluindo as dificuldades encontradas e recomendações para novas pesquisas que possam complementar o presente estudo; bem como as limitações e implicações percebidas e resultantes do estudo realizado; os principais resultados; e nossas considerações finais.

Realizar o presente estudo foi uma oportunidade de conhecer melhor a dinâmica da Zona Costeira catarinense, ambiente onde nasci e cresci. O longo período de convivência com as comunidades se refletiu em aprendizado; seja no campo acadêmico, revelando os desafios da pesquisa científica, da extensão universitária e o trabalho interdisciplinar em cenários sociais complexos; seja no campo da vida, dos sentimentos e emoções como indivíduo que se recria a cada nova conversa, a cada olhar, a cada abraço, a cada dificuldade e a cada risada. Buscamos, eu, meu orientador, co-orientadores, colegas do Núcleo Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento, amigos e parceiros das comunidades, demonstrar que além de todo o conhecimento científico produzido nas Universidades estas também são capazes de estimular ricos processos de transformação social.

Nem sempre foi agradável procurar manter nestes últimos anos a postura de pesquisador-expectador; cientista “neutro” frente ao fenômeno que observa. Por vezes quis opinar, dizer o que acreditava ser certo e errado nos contatos com os entrevistados, nas reuniões do Fórum da Agenda 21, em fim, em todos os âmbitos em que o tema do desenvolvimento se fazia presente. Entretanto é gratificante ter calado e ouvido mais, pois assim nos sentimos melhor qualificados para atuar como agentes de desenvolvimento.

Inicialmente, o município de Paulo Lopes também foi acolhido por esta pesquisa, devido à existência de complementaridades socioprodutivas entre os três municípios (Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba), principalmente as relacionadas aos avanços da produção agroecológica. Foram realizadas incursões ao município, inclusive foram realizar duas

entrevistas com membros da prefeitura municipal e uma com os diretores do projeto *Reserva Passarim*, uma RPPN que já conta com mais de 400 ha e vem concentrando seus esforços em programas de educação ambiental e ecologia interior na região.

Todavia, no decorrer do trabalho, percebemos que a área de abrangência dos estudos era demasiadamente ampla em face da disponibilidade de recursos humanos e financeiros para a pesquisa, e assim decidimos concentrar nosso esforço apenas nos municípios de Garopaba e Imbituba.

Dessa forma consignamos a necessidade da realização de futuros estudos mais aprofundados no município de Paulo Lopes, uma vez que ficou demonstrado seu potencial para integrar um sistema produtivo local intermunicipal mediado pelo TEC.

Recomendamos também a realização de pesquisas mais específicas que possam aprofundar o conhecimento em relação aos três “territórios” aqui destacados. Principalmente a região onde se localizam as comunidades da Ressacada e do Macacú, as quais, diferentemente do entorno da Lagoa de Ibiraquera, não contam com pesquisas capazes de revelar sua dinâmica social, suas dificuldades e potencial para o estabelecimento de um estilo de desenvolvimento mais favorável às famílias que nelas residem.

4.2. Principais resultados e considerações finais

O turismo é um fenômeno difundido em nível global. Seu estudo vem sendo realizado por pesquisadores oriundos de diferentes áreas do conhecimento científico. Devido a sua ascensão é cada vez maior o número de projetos e trabalhos a ele relacionados. Novas publicações caem como uma enxurrada nas prateleiras de livrarias e bibliotecas. Diversos encontros são promovidos durante todo o ano para tratar de seus temas correlatos. A cada semestre, novos técnicos e especialistas são formados. Todavia, são poucos aqueles que se interessam pelo turismo ecológico-comunitário, e ainda menos aqueles que se engajam no turismo ecológico-comunitário. Praticamente não existem políticas públicas voltadas para o setor.

Comumente a literatura especializada sobre turismo comunitário estabelece relações dicotômicas entre nativos/ ambientalistas (“bons”) e empresários/ Poder Público (“maus”). Todavia, a partir das constatações desta pesquisa, nos distanciamos da idéia de que no cerne do fenômeno do turismo na região estudada houve dois pólos de interesses distintos e antagônicos. As análises demonstraram quão imbricados estiveram os grupos de atores sociais na construção do sistema turístico do Litoral Centro Sul de Santa Catarina. Ficou claro que o turismo na região se transformou em mercadoria, seu valor de troca induziu ações voltadas a

sua exploração econômica em detrimento de seu valor de uso, este configurado na identidade cultural e na busca de qualidade de vida das populações autóctones. A questão que se coloca não é como voltar no tempo e restabelecer o que foi transformado pelo TM, mas como se dará o controle da produção desta mercadoria daqui em diante. Ou seja, que inovação pode ser estabelecida no seio do sistema turístico para mediar a convivência entre duas modalidades de turismo (TM e TEC)?

Em resposta ao conjunto de questões norteadoras formuladas, acreditamos que: *na medida em que o sistema turístico atual (TM) encontra-se em estado de equilíbrio, é pouco provável que em curto prazo haja mudanças em seu circuito de retroalimentação capazes de modificá-lo rapidamente.* Portanto, é preciso considerar que *experiências alternativas de turismo representarão apenas uma leve – talvez ínfima – alteração em um sistema que se consolida cada vez mais.* Todavia, do ponto de vista das comunidades autóctones, em razão de todas as dificuldades apresentadas em sua trajetória de desenvolvimento, acreditamos que *a diversificação socioprodutiva poderia contribuir na melhoria das condições de vida das comunidades, principalmente para os nativos remanescentes dos sistemas de produção tradicionais.* Experiências exitosas de TEC contribuiriam para uma pequena alteração no sistema turístico; entretanto, com grande impacto sobre às populações desfavorecidas e historicamente subalternas no bojo do desenvolvimento local.

Nesse sentido, confirmamos nossa hipótese, pois sugerimos que as modificações no plano sociocultural, provenientes da relação entre nativos e “de fora”, bem como as experiências socioprodutivas que vêm emergindo do tecido social, indicam que a região do Litoral Centro-Sul caracteriza-se como um “território” em formação, com condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo ecológico-comunitário.

O delineamento da *trajetória de desenvolvimento* da região nas últimas décadas, especificando as transformações induzidas pela dinâmica de criação do sistema turístico regional, permitiu-nos distinguir três grandes fases de seu desenvolvimento, sucessivamente marcadas pela dificuldade de acesso a bens materiais industrializados; pela perda de autonomia das comunidades aliada à melhoria de suas condições materiais de vida, e pela inserção desta região ao turismo globalizado. Por conseguinte, após uma vertiginosa expansão do mercado turístico até meados de 1990, o turismo de massa se apresenta atualmente marcado pela diminuição de alternativas socioprodutivas, i.é, sua oferta de empregos não mais satisfaz a demanda de pessoas que o buscam; além disso, o mercado imobiliário encontra-se praticamente inacessível para as populações autóctones, logo, é pouco provável que daqui em diante surjam empreendimentos ligados ao turismo cujo proprietários sejam

moradores nativos.

No campo da economia, a transição de uma economia tradicional baseada em trocas não mercantis para uma economia capitalista implicou em profundas transformações nas relações sociais e estilos de vida da população autóctone, agindo sutilmente sobre o plano sociocultural transformando até mesmo o entendimento sobre a categoria “trabalho”. *“Naquele tempo ninguém trabalhava, todo mundo trabalhava na roça, homens e mulheres”*, (AGRICULTORA).

No passado, o universo do trabalho trazia em seu bojo aspectos relacionados ao bem estar propiciado pelas relações entre membros da família, vizinhos e amigos, tendo a propriedade familiar como o núcleo do sistema social. Nela realizava-se a produção dos gêneros destinados ao mercado local, inicialmente baseado em trocas não mercantis, com notada proeminência do engenho de farinha como suporte da economia tradicional. Com o advento do *emprego* remunerado e registrado, o mundo do trabalho ganha novos contornos. O surgimento de inúmeras novas necessidades expande a economia mercantil e desloca o contingente de mão-de-obra das atividades tradicionais para novos setores ligados direta ou indiretamente ao turismo. Por último, na fase do TM a tensão entre conservação socioambiental e progresso material e econômico encontra-se presente em praticamente todos os conflitos sociais, inclusive se inserindo no universo da política local marcada historicamente pelo servilismo e clientelismo. Os trabalhos na agricultura e na pesca são desvalorizados e praticamente não são capazes de responder às necessidades materiais e aos (novos) desejos de consumo das comunidades.

As relações sociais, outrora marcadas pela solidariedade e retribuição entre os nativos e pela troca de experiências possibilitada através do contato com os primeiros visitantes, transformam-se e são cada vez mais absorvidas pelo mercado de serviços – tudo tende a se transformar em mercadoria.

Uma das conseqüências positivas deste processo tem sido o aprendizado favorecido pelo intercâmbio entre nativos e “de fora”. Os primeiros trouxeram consigo a hospitalidade e a simplicidade características de seu passado recente. Os empresários empreendedores do turismo dinamizaram o crescimento econômico responsável pela melhoria nas condições materiais de vida, os “de fora” foram responsáveis pelos primeiros alertas sobre as conseqüências futuras do estilo de desenvolvimento adotado até então.

As transformações sociais culminaram na fragilização da identidade local. Enquanto a importação do exótico cativa, a base cultural representada pelas manifestações populares, os costumes e os valores, perdem-se na memória dos mais velhos e de uma minoria que ainda é

capaz de atribuir significado ao patrimônio histórico e imaterial de sua própria localidade. No que toca à religiosidade é importante notar que ela ainda se encontra presente em praticamente todos os aspectos da vida comunitária. No entanto, se no passado, em seu redor orbitavam aspectos da cultura que se estendiam das festas populares à política, do casamento à economia, agora ela se restringe aos muros das igrejas. Todavia, grupos religiosos ligados aos movimentos sociais vêm desempenhando papel ativo em importantes processos sociais, inclusive no âmbito da política institucional. Estes grupos têm arrebanhado um número significativo de pessoas que passam a se agregar e/ou apoiar a causa socioambiental na região, influenciando de forma positiva e contundente a opinião pública.

A análise da trajetória de desenvolvimento evidenciou a complexidade das transformações ocorridas e, como enunciado nos Capítulos 01 e 02, demonstra que descrições dicotômicas não são capazes de explicar a magnitude de seus efeitos sobre o mundo da vida. A problemática socioambiental, por exemplo, sem significância no passado, ganha papel de destaque no atual cenário socioeconômico. Com o tempo a degradação ambiental é reconhecida e problematizada, inclusive por aqueles que enxergam nela apenas um empecilho ao crescimento econômico. Se no passado a natureza era apenas uma fornecedora de insumos para a economia tradicional e depositária dos rejeitos da ação humana, através do turismo ganha status de *atrativo*, inclusive, caracterizando-se como o fundamento do sistema turístico regional de sol e mar. Contudo, a problemática ambiental será determinante na indução de sérios conflitos estabelecidos a partir da tensão entre conservação e crescimento econômico.

O fenômeno do turismo foi o pano de fundo de transformações que ecoaram nos níveis da vida social e do ambiente natural. No início de seu desenvolvimento, na fase por nós denominada por *pré-turismo*, foi aclamado, pois livrou as populações autóctones das precárias condições materiais de vida. Em seguida, no período do *turismo mercantil*, em decorrência do próspero mercado que criou, representou a aposta certa de praticamente todos os atores da região, os quais se atrelaram a ele como principal fonte de renda. Atualmente, no *turismo de massa*, o setor apresenta claros sinais de esgotamento, não sendo mais capaz de atender às necessidades dos *trabalhadores*, principalmente daqueles de baixa renda, haja vista a formação e consolidação de *periferias* nas cidades de Garopaba e Imbituba. Contudo, acreditamos ser possível a consolidação e convivência com o TM de outra alternativa de turismo nos termos aqui apresentado.

A compreensão da dinâmica de desenvolvimento da região estudada permite-nos apontar que no curto e médio prazo o sistema turístico continuará marcado pelo TM, o qual se encontra em plena expansão na zona costeira catarinense, principalmente em seu extrato Sul

em consequência da realização da duplicação da rodovia BR-101. Acreditamos que esta grande obra de infra-estrutura servirá como um novo catalisador de transformações no espaço regional, tendo novamente como força motriz a especulação imobiliária. Mesmo antes de ter sido finalizada, esta duplicação já induz um novo ciclo de valorização econômica da região. Levando em conta que o litoral Norte e Centro do Estado encontram-se saturados, a facilidade de acesso à porção Sul deverá canalizar uma demanda reprimida para a região, acenando para mais um período de intensas e profundas transformações socioeconômicas.

Além disso, a atuação do governo do Estado incentiva o turismo internacional de grande porte através da i) construção de estruturas apropriadas à atracação de transatlânticos na orla catarinense - inclusive, o Estado já conta com uma extensa escala de navios que se deslocarão para SC até o final deste ano -; do ii) licenciamento para a construção de grandes *resorts* no litoral catarinense; e da iii) realização de eventos nacionais e internacionais ligados a esportes considerados radicais, como surf, windsurf e kitesurf, objetivando com isso atrair um contingente ainda maior de visitantes.

O problema que se coloca é que esses incentivos ocorrem em descompasso com a implementação de obras de infra-estrutura e programas/projetos voltados ao estímulo de modalidades de turismo mais favoráveis às comunidades autóctones. Exceto o apoio para divulgação concedido à Acolhida na Colônia pela SANTUR, as políticas públicas voltadas ao setor turístico em SC não vêm contemplando as pequenas experiências que emergem principalmente no contexto rural. Sendo assim, acreditamos ser remota *a chance de reversão dos impactos negativos causados pelo TM em curto ou médio prazo, uma vez que ele ainda consiste na principal opção socioproductiva da maioria dos agentes e instituições de desenvolvimento que influenciam os rumos do setor na Zona Costeira catarinense.*

Existem iniciativas e experiências que podem oportunizar a formação de estratégias de DTS tendo o TEC como um dos principais vetores de indução. Nesse sentido, embora ainda esteja em tramitação, a Lei estadual nº. 14.361 de 25 de janeiro de 2008 surge como uma potencialidade. De autoria de um grupo formado por representantes de instituições, ONGs e Governo do Estado, ela versa sobre o turismo rural na agricultura familiar, representando assim um grande avanço para o turismo comunitário, talvez o maior do Brasil, uma vez que possibilitará que produtores rurais forneçam nota fiscal para os serviços de hospedagem e alimentação, viabilizando o desenvolvimento do agroturismo sem a necessidade dos pequenos agricultores deixarem de sê-lo para se tornarem pequenos empresários.

Outra importante oportunidade é a consolidação da REDTUR e da Rede Traf, duas fabulosas portas de acesso para iniciativas de TEC ingressarem no mercado internacional. A

primeira vem integrando experiências na América Latina e tendem a se expandir em direção à faixa litorânea do Brasil. Os destinos turísticos desta rede já se encontram relacionados no catálogo de centenas de operadoras de turismo espalhadas pelos seguintes países: Alemanha, Canadá, Espanha, França, Grã Bretanha, Itália e Estados Unidos. Ela conta com um contingente de turistas que procuram experiências de turismo baseadas no convívio com outros estilos de vida.

Neste trabalho foi ressaltado o papel restrito desempenhado até então pelas populações autóctones na determinação da trajetória do desenvolvimento da região estudada. Para um grande contingente populacional, a expansão do sistema turístico implicou na *diminuição de opções socioprodutivas, submetendo-os à condição de subalternos do turismo*, embora ressaltemos seguidamente que o advento do turismo propiciou a melhoria de suas condições materiais de vida.

Para Amartya Sen (1999), ganhador do prêmio Nobel da paz no ano de 1998, o conceito de desenvolvimento está intimamente ligado à noção de liberdade, a qual é entendida como o aumento das opções que os indivíduos dispõem, analogamente à abordagem Soft Systems, segundo a qual a melhoria de um sistema – em nosso caso social – implica na ampliação e diversificação das escolhas/ opções (CHECKLAND, 1999; ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2003; SCHLINDWEIN, 2004; SCHLINDWEIN, 2005; THE OPEN UNIVERSITY, 1998).

A questão que se coloca é: como promover a diversidade de opções e a solidariedade a partir de um tecido sociocultural marcado pelo individualismo característico das relações de produção capitalista? É possível remontar ao período do Pré-Turismo e recuperar os fundamentos éticos da sociedade do passado que, mesmo diante de adversidades, se pautava por relações de solidariedade entre os indivíduos?

O obstáculo mais crítico a ser enfrentado refere-se à ausência de um planejamento estratégico voltado ao setor turístico. Todavia, apontamos a existência de indícios da construção e proliferação de uma (nova) visão de mundo que operou uma significativa transformação na percepção sobre o ambiente. O fenômeno da degradação ambiental e da inclusão social ganhou destaque nos processos sociais. A hibridização cultural teve como um de seus resultados a formação do movimento ambientalista na década de 1980 e a constituição de associações atuando junto à sociedade civil organizada a partir de meados de 1990.

Nesse sentido, *uma experiência em TEC poderia se valer do que existe de mais consensual na visão dos atores sociais dos dois municípios: o valor atribuído às atividades tradicionais, especificamente o conjunto de bens materiais e imateriais que compõem a*

identidade cultural das comunidades. Todos os grupos de atores lamentam que as formas de vida e tradições do passado estejam sendo perdidas. A final foram elas, associadas às belezas naturais, que induziram a dinâmica de visitação na região e, por implicação, o turismo e o crescimento econômico. Estimamos que um arranjo composto pelas variadas instituições da sociedade civil, empresas e o poder público, cada qual contribuindo a sua maneira, seria o elemento fundamental para fomentar iniciativas de TEC, além da implementação de políticas públicas voltadas à valorização da identidade local. Este *processo* teria como sustentáculo a conjunção das experiências consideradas alternativas (sustentáveis) de desenvolvimento, restringindo-se, ao menos inicialmente, nos territórios (em construção) identificados nesta pesquisa, e se valendo das tradições da pesca artesanal e da agricultura familiar, somadas aos atributos naturais da região.

Este sistema produtivo teria entre seus objetivos a promoção de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, ou seja, o fomento à consolidação e integração de territórios a partir da valorização de seus recursos específicos e latentes, forjando dessa maneira “ativos territoriais” intransferíveis. Para tanto, certos setores da economia local poderiam ser integrados, tendo o TEC como um vetor aglutinador. A organização de produtores/ trabalhadores em cooperativas serviria como fomento a setores fragilizados, mas que atendem aos anseios das camadas populares, como a pesca, agricultura, artesanato, culinária típica, entre outros.

Outra oportunidade liga-se ao relativo sucesso das experimentações de acolhimento comunitário já realizadas por algumas famílias ligadas ao Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera, as quais resultaram na proposta de criação de uma sub-rede da Associação Acolhida na Colônia no litoral. Inclusive, existe uma demanda considerável de turistas europeus sensíveis a esta temática e interessados em um roteiro que integre o litoral às Encostas da Serra.

Por fim, acreditamos que a implementação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, em curso atualmente, somada aos atributos naturais e paisagísticos, apresenta-se como um fator singular que caracteriza a proposta como uma iniciativa inovadora de desenvolvimento sustentável com base comunitária.

No decorrer deste trabalho, utilizamos algumas vezes o termo *pacto social*. Com ele pretendemos designar uma situação inédita na história sociopolítica da região: o equilíbrio democrático do poder dos atores envolvidos nos rumos do desenvolvimento. Não queremos sugerir com o enfoque de TEC que as comunidades autóctones devam prevalecer frente aos outros atores sociais. Ao contrário da maioria das abordagens de turismo comunitário que

creditam às comunidades o direito irrestrito de gerir um território, acreditamos que a melhoria da situação-problema exige o estabelecimento de um patamar de igualdade entre os grupos envolvidos na dinâmica do desenvolvimento, mas que seja resgatada a autonomia dos nativos e que venha ao encontro de seus interesses e necessidades de inclusão social e conservação ambiental.

Experiências como do Fórum da Agenda 21, do Conselho Gestor da APA da Baleia Franca e do Mercado do Produtor representam fóruns competentes onde os atores sociais podem discutir seus problemas, conflitos e visões de mundo. Elas favorecem o exercício da democracia, na medida em que se consolidam como espaços privilegiados de debate político qualificado sobre os rumos e objetivos do desenvolvimento local, a partir do estabelecimento de critérios e prioridades que procurem contemplar os múltiplos interesses em jogo. Pois, a partir do estabelecimento de novas relações, outras propriedades podem emergir do sistema aqui caracterizado, e elas já estão surgindo.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. (2006). **Agricultura familiar e reforma agrária**. Campinas: UNICAMP (MIMEO).
- _____, (2005). **Representatividade e inovação**. Apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, CONDRAF.
- _____, (1996). Comentário ao texto “A irrelevância prática da agricultura 'familiar' para o emprego agrícola”, de Claus Germer. In: **Workshop Teórico: Economia Política da Agricultura**. Anais. Campinas, FEA/USP-IE/Unicamp.
- _____, (1992). **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Anpocs/Ed. Unicamp.
- ARAÚJO, Guilherme; GELBCKE, Daniele (2008). **Turismo Ecológico-Comunitário: Uma perspectiva ética e educativa a partir das experiências dos agricultores familiares da Encosta da Serra Geral e dos pescadores tradicionais da Lagoa de Ibiraquera, SC**. *Revista Turismo Visão e Ação* (mimeo).
- _____, (2006). **Rumo ao turismo ecológico-comunitário em Zonas Costeiras: estudo de caso na área da Lagoa de Ibiraquera, municípios de Imbituba e Garopaba (SC)**. Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais. Florianópolis.
- AVELLAR, Maria de Lourdes (1993). **Ibiraquera: a história de um lugar, um movimento singular e universal**. 187 f. *Dissertação (Mestrado em Educação)* – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.
- BUARQUE, Cristovam (1990). **A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BENKO, Georges (2001). A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 1, N. 2, p.7-12, Mar.
- BERKES, F (2005). Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: P.F. Vieira, F, Berkes e C.S. Seixas, **Gestão integrada e participativa de recursos naturais. Conceitos métodos e experiências**. Florianópolis: APED e SECCO, pp. 47-72.
- _____. (1989). Cooperation from the perspective of human ecology. In: F. Berkes (ed.) **Common property resources. Ecology and community-based sustainable development**. London: Belhaven Press, pp. 70-88.
- BOFF, Leonardo (2007). **Resgatar o coração**. Disponível na Internet via <http://www.agenciartamajior.com.br/templates/index.cfm?alterarHomeAtual=1>. Arquivo capturado em 06 de maio de 2007.
- CARRIÈRE & CAZELLA (2006). Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. In: **Revista Eisforia**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em

- CASTORIADIS**, Cornelius (1987). *Reflexões sobre o 'desenvolvimento' e a 'racionalidade'*. In: **As Encruzilhadas do Labirínto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.2, 1987, pp. 135-158.
- DO CARMO M. S** (1998). A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA A.D.D. E BRANDENBURG, A (org). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba, Ed. UFPR.
- CAZELLA**, Ademir (2006). Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. In: Desenvolvimento Territorial Sustentável. *Revista Eisforia*, 4 (4): 249-310.
- _____; VIEIRA, P (2004). **Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina** - Projeto CAPES/COFECUB nº 449/04. Florianópolis.
- _____; MATTEI, Lauro (2002). Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementariedades e distinções conceituais. **VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural**, realizado em Porto Alegre.
- CHECKLAND**, P (1999). Hard and soft systems thinking . In: **Systems thinking, systems practice**. Includes a 30-year retrospective. Chichester: John Wiley & Sons, p. 9-11.
- CORIOLOANO**, Luzia Neide (2006). Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, Amália I. G; Arroyo, Mônica; *et al* (ORGs). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Expressão Popular.
- _____(2005). A exclusão e a inclusão social e o turismo. **Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**. Vol. 3, nº 2.
- _____; CRUZ LIMA, Luiz (ORGs) (2003). **Turismo comunitário e responsabilidade social**. Fortaleza: EDUECE.
- DIEGUES**, A. C. S (1997). Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA. P. H. F & Weber, J. (org). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez.
- DO CARMO M. S** (1998). A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA A.D.D. E BRANDENBURG, A (org). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR.
- DUPUY**, JEAN-PIERRE (1980). Da ecologia política à crítica radical da sociedade industrial. In: **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA.
- PECQUEUR**, Bernard ; COLLETIS, Gabriel (2004). Révélation de ressources spécifiques et coordination située. In: **Economie de proximités**. Paris: Hermès Lavoisier.

- DAMATTA, Roberto (1987). *Relativizando. Uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro : ROCCO.**
- D'AGOSTINI, Luiz Renato (2004). *Çal do saber sem sabor*. Florianópolis:Ed. do autor.**
- DESJARDINS, Denis Requier (1999). *Agroindustria Rural y Sistemas Agroalimentares Localizados: cuáles puestas? X Aniversario de PRODAR*, Quito, Noviembre.**
- EISFORIA (2006). *Desenvolvimento Territorial Sustentável: conceitos, experiências e desafios teóricos-metodológicos*. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – ano 4, vol. 4. Florianópolis.**
- ESTEVES DE VASCONCELLOS,M.J (2003). *Pensando o pensamento sistêmico novo-paradigmático e suas implicações*. *Eisforia*, 1(2): 159-171.**
- FREITAS, Rodrigo Rodrigues (2005). *Mudanças na paisagem da Lagoa de Ibiraquera e a gestão da sua fauna silvestre*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina . Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis.**
- FURTADO, Celso (1981). *Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas*. In: **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 15-76.**
- GALTUNG, Johan (1977). *Self – Reliance: concepts, practice and rationale*. IN: **Self-reliance: a strategy for development****
- GARCÍA, Rolando (1994). *Interdisciplinarietà y sistemas complejos*. In: E. Leff (Org), **Ciências Sociales y Formación Ambiental**. Barcelona: GEDISA, 85,124**
- GELBCKE, D. L (2006). *Agroturismo e a produção do espaço nas Encostas da Serra Geral: entre a idéia e a prática*. Florianópolis. Dissertação - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.**
- GONÇALVEZ, P.M (2006). *Metodologia de Sistemas Flexíveis*. In: **MARTINELLI, D. P; VENTURA, C.A.A. (ORGs). Visão sistêmica e Administração**. São Paulo: Saraiva.**
- HAGUETTE (1987). *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: VOZES.**
- HARDIN, Garrett (1973). *The tragedy of the commons*. In: D.H. Daly (Org) **Toward a steady-state economy**. San Francisco: D.H. Freeman, pp. 121-132.**
- HIGGINS, Silvio Salez (2003). *O capital social está na moda: análise para sua reconstrução teórica*. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Sociologia Política. UFSC. Florianópolis**
- IRVING, Marta de Azevedo; SANCHO, BURSZTYN, Ivan; et al (2005). *Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico*. **Caderno Virtual de****

Turismo. Vol. 5, nº4.

_____, (2004). Turismo de Base Comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil – Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 4, nº. 4.

LAMARCHE, Hughes (1993). **A agricultura familiar**. “Introdução; Exploração familiar no Brasil; Por uma teoria da agricultura familiar”. Campinas: UNICAMP.

LINS, Hoyêdo N (1993). Herança açoriana e turismo na ilha de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Vol.10, nº14, setembro. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 89-117.

_____. (2000). Florianópolis, cluster turístico? **Turismo em Análise**. SP, 11(2): 45-54. Nov. 2000.

_____; *et all* (2002). Turismo em Santa Catarina: caracterização e problemática. In: Org: VIEIRA, Paulo. **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002, p 209-261.

LIPIETZ, A (1987). **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel.

MATURANA, H (2002). **A ontologia da realidade**. (ORGs) Magro,C.; Graciano,M.; Vaz,N. (org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 53-66.

MENDES, Eluziane, G; **CORIOLOANO**, Luzia N. M. Teixeira (2003). A Prainha do Canto Verde: lócus de resistência e turismo comunitário. In **CORIOLOANO**, Luzia N. M. Teixeira (ORG). **In: Turismo Comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE.

MENDONÇA, Teresa C. M; **IRVING**, Marta de Azevedo (2004). Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil – Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 4, nº 4.

MORIN, Edgar (2005). **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: SULINA. 120p.

_____, (2003a). **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL.

_____, (2003b). A unidade complexa organizada. O todo e as partes. As emergências e as imposições. In: **O método 1: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, p. 135-147.

_____; **KERN**, Anne (2002). **Terra Pátria**. Porto Alegre: SULINA.

- MULLER, J. M (2001). Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições (o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima).** Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.
- MYRDAL, G (1968). Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Saga.
- NICOLESCU, Basarab (2001). O Manifesto da Transdisciplinaridade.** São Paulo: TRIOM.
- KHUN, Thomas (1975). A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: PERSPECTIVA.
- KRIPPENDORF, Jost (1989). Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 235p.
- O’CONNOR, J.; McDermott, I (1997). What is a system? In: The art of systems thinking. Essential skills for creativity and problem solving.** London: Thorsons, p. 2-5.
- OST, François (1995). O patrimônio: um estatuto jurídico do meio ambiente. In: A natureza à margem da lei. A ecologia a prova do direito.** Lisboa: Instituto Piaget, pp. 351-387.
- PÁDUA, Elisabete M.M (1997). O trabalho monográfico. In: (Org). CARVALHO, Maria Cecília. Construindo o saber.** São Paulo: PAPIRUS.
- PAVÉ, Alain; JOLLIVET, Marcel (2000). O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento.** São Paulo: Cortez. pp. 53-112.
- PECQUEUR, Bernard (2004). O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul.** Grenoble: Institut de Géographie Alpine.
- PERROUX, F (1967). A economia do século XX.** Lisboa: Moraes Editora.
- PINHEIRO, S. L. G (2000). O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: uma oportunidade de mudança da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, 1(2): 27-37.**
- _____, (1998). **Paradigm shifts in agricultural research, development and extension: A case study in Santa Catarina, Brasil.** Tese de PhD, University of Sydney, Australia, 1998.
- _____, (1995). O enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E): novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento? In: **ANAIS. II Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, Londrina, p. 22-52.

- PORTER**, Michael (1998). Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**, p. 77-90, nov./dec.
- PRIGOGINE**, Ilya (1996). **O fim das certezas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- PUTNAM**, Robert (1996). **Comunidade e Democracia**. Rio de Janeiro: FGV.
- QUIVY** e Campenhoudt (1992). **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: GRADIVA.
- RAUD**, Cécile (1999). **Indústria, meio ambiente e território**: Perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis; Ed. da FURB, 276p.
- REYES**, F.A (1995). The emergence and underpinnings of second-order cybernetics [capítulo 3]. In: **PhD Thesis**, p. 36-56
- RODRIGUES**, A. B (1996). Desafios para os estudiosos do turismo. In. Org. Adyr B. Rodrigues. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo, SP. Ed. HUCITEC. 274p.
- ROSAR**, Daniel Bampi (2007). **Gestão participativa e política substantiva: duas formas de ação política coexistentes em Ibiraquera** (Imbituba/Garopaba – SC). Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Florianópolis.
- SACHS**, Ignacy (2007a). A gestão da qualidade do meio ambiente e o planejamento do desenvolvimento: algumas sugestões para a ação. In: **Rumo à ecossocioeconomia**. São Paulo: CORTEZ.
- _____, (2007b). Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: **Rumo à ecossocioeconomia**. São Paulo: CORTEZ.
- _____, (2003). **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamont.
- _____, (2001). Quo vadis, Brasil? In: Sachs *et al* (Orgs) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das letras, pp. 488-501.
- _____ (1986b). **Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento**. São Paulo: VÉRTICE.
- _____ (1986a). **Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir**. São Paulo: VÉRTICE.
- _____ (1977). Gandhi and development: an european view. In: Johan Galtung et al. **Self-Reliance**. London: Bogle-L'Ouverture Publications, p.45-57.
- SAMPAIO**, Carlos Alberto Cioce; Oyarzúm, Edgardo; *et al* (2006). **Arranjo Socioprodutivo Local de Base Comunitária: Análise Comparativa de Experiências de Turismo Comunitário no Brasil e no Chile**. Blumenau, mimeo.

- _____ (2005). **Turismo como Fenômeno Humano: princípios ára se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 146 p.
- _____ (2004a). **Desenvolvimento sustentável e turismo: implicações de um novo estilo de desenvolvimento humano na atividade turística**. Blumenau: EdiFURB e Bernúncia.
- _____ (2004b). **Turismo como fenômeno humano: um estudo sistêmico complexo**. Florianópolis, Mimeo.
- _____ (2004c). **Projeto-Piloto de Arranjo Produtivo Local (APL) voltado para a promoção do Turismo Educativo na área da Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Ibiraquera-SC): pesquisa-ação de um experimento em comunidades localizadas em zona costeira sob o enfoque do Ecodesenvolvimento**. Blumenau. 2004. Mimeo
- _____ (2002). **Planejamento para o desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Bernúncia, p.140.
- _____ (2000). **Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável**. Itajaí: Editora da Univali, p.119.
- SCHLINDWEIN, S.L.; Ison,R (2004). Human knowing and perceived complexity: implications for systems practice. *E:CO*, 6: 27-32.**
- SCHLINDWEIN, S.L (2005). Prática sistêmica para lidar com situações de complexidade. In: Anais, 1º Congresso Brasileiro de Sistemas, FEA-RP/USP, 7p.**
- SCHUMACHER, E. F (1983). O negócio é ser pequeno**. Rio de Janeiro: ZAHAR, pp. 261.
- SEIXAS, C. S (2002). Social-ecological dynamics in management systems: investing a coastal lagoon fishery in southern Brazil**. Tese de Doutorado. University of Manitoba, Winnipeg. 265 p.
- SEN, Amartya K (1999). Ética e Economia**. São Paulo: Cia das Letras.
- SENGE, P (1990). Reinforcing and balancing feedback and delays: the building blocks of systems thinking. In: The fifth discipline. The art & practice of the learning organization**. London: Random House, p. 79-88.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (2003). Turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: uma perspectiva territorial. In: CARIOLANO, Luzia Neide; CRUZ LIMA, Luiz (ORGs) (2003). Turismo comunitário e responsabilidade social**. Fortaleza: EDUECE.
- THE OPEN UNIVERSITY (1998). The system-environment relationship. In: T 860 Environmental decision making: a systems approach**. Block 2. Milton Keynes, p. 39-40
- VAN der PLOEG (2006). O modo de produção camponês revisitado. A diversidade da agricultura familiar/org**. Sérgio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- VEIGA, José Eli (1996). Agricultura familiar e sustentabilidade. In: Cadernos de**

Ciência e Tecnologia. (Embrapa). Vol 13, n.3, set/dez.

VIEIRA, Paulo; POLLETTE, Marcus; SANTOS, Claudi Regina (2006a). Observatório de direitos humanos no litoral catarinense. **Projeto-piloto de criação de uma rede permanente de apoio técnico científico ao Ministério Público Federal e Estadual.** Florianópolis.

_____, (2006b). Rumo ao Desenvolvimento Territorial Sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Revista Eisforia/** Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, ano 4, v. 4. Florianópolis.

_____, (2005). Introdução. In: VIEIRA, Paulo F; BERKES, Fikret; SEIXAS, Cristiana: **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais.** Florianópolis: APED & SECCO, pp.13-41.

_____(Coord.) (2003). **Manejo Integrado da Pesca na Lagoa de Ibiraquera/** Edital Gestão Participativa do Uso dos Recursos Pesqueiros nas Zonas Costeira e Marinha (Chamada I) FNMA / UFSC. Florianópolis: NEO/PPGSP/UFSC.

_____(Org.) (2002). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento.** Florianópolis: APED.

_____; Weber, J. (org) (1997). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez.

CONSULTAS À INTERNET

<http://www.accueil-paysan.com/index.htm> (acessado em 24 de agosto de 2006)

<http://www.mda.gov.br> (acessado em 24 de agosto de 2006)

<http://www.turismo.gov.br/index.html> (acessado em 24 de agosto de 2006)

<http://www.lagoe.org.br> (acessado em 04 de setembro de 2006)

http://www.redturs.org/inicio/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1 (acessado em 23 de novembro de 2007)

<http://www.redetraf.com.br/index.asp> (09 de Julho de 2008)

ANEXO I
CADASTRO DOS ENTREVISTADOS

Nome	
Gênero	Masculino () Feminino () Outro ()
Idade	0 - 15 () 15 - 21 () 21- 35 () 35 - 45 () 45 - 60 () Mais 60 ()
Categoria	Poder. Pub () Nativo () Outsider () Outras Inst. () Função:
Data e Hora	
Nº da entrevista	
Endereço/ Contato	

ENTREVISTAS

GRUPOS DE INTERESSE	ATORES	QUANTIFICAÇÃO
Poder Público	- Secretarias de turismo - EPAGRI - SANTUR	6
Nativos/ Estabelecidos	- Pescadores (duas gerações) - Agricultores	5
“De fora”	- Moradores que se estabeleceram na região e têm algum envolvimento no processo de desenvolvimento	8
Empresários	- Empresários - Associações comerciais	3
Instituições da sociedade civil organizada	- Colônias de pesca - Fundo Viralata - AMA - AG. 21 - Mercado do Produtor - APA - Reserva Passarim - ASPECI - GAIA Village - Associação de municípios Ok! - ASPR - SEAP - Glaico - RDS + agricultores da Ribanceira	8

A **hipótese** deste trabalho é que a zona costeira Centro-Sul de Santa Catarina apresenta condições para o desenvolvimento do turismo ecológico-comunitário, entendido como um vetor de dinamização socioeconômica e, portanto, como uma estratégia indutora de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Objetivo Geral: identificar os obstáculos e as potencialidades do *turismo ecológico-comunitário* como estratégia indutora de Desenvolvimento Territorial Sustentável no zona costeira centro-sul de Santa Catarina.

ROTEIRO DE AUTO-APRESENTAÇÃO

Contato inicial:

Bom dia, eu me chamo Guilherme Araújo, moro em Florianópolis e sou estudante de pós-graduação na Universidade Federal de Santa Catarina.

O meu trabalho está sendo desenvolvido na região onde o Sr^o/ Sr^a mora/ trabalha. Eu estou querendo entender um pouco do desenvolvimento da região, e para isso eu gostaria de saber o que as pessoas do lugar estão percebendo/ sentindo.

Acho que a sua experiência/ seu conhecimento sobre a área poderá ajudar em muito para aumentar a relevância do meu trabalho, assim como ele poderá servir mais tarde, quem sabe, para a melhoria da sua região.

Então, eu gostaria de marcar uma entrevista com o Sr^o/ Sr^a para conversar sobre alguns temas. Boa linguagem!

Dia da entrevista:

Bom dia, eu estou realizando um **trabalho de pós-graduação**. Eu estou querendo **entender um pouco do desenvolvimento da região**, e para isso eu gostaria de saber **o que as pessoas do lugar estão percebendo/ sentindo**.

Eu escolhi o Sr^o/Sr^a para ser entrevistado **devido a sua experiência/ conhecimento** na região. Penso que sua participação irá engrandecer o meu trabalho e pode também contribuir para a melhoria da região num futuro próximo.

Eu gostaria de lhe esclarecer que as informações surgidas de nossa conversa poderão ser utilizadas no meu trabalho, mas de maneira **confidencial**, ou seja, em nenhum momento haverá citação de algum nome ou referência pessoal que revele a sua identidade.

Eu gostaria de pedir sua **autorização para que nossa conversa seja gravada**, pois isto **me ajudará a recordá-la melhor em outro momento**. Bom!

Agora são XX horas, até que horas nós poderíamos conversar? (Acordar um tempo limite p/ a entrevista). Bom!

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

TEMAS	QUESTÕES
Trajétoria de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Você pode me contar a sua história e de sua família na região? N/ O/ E - Quais as principais mudanças na região nos últimos 30 anos? Como era a região antes e como é agora? Você sabe me dar algum exemplo (econômico, social, cultura ou ambiental)? - O que mudou nos modos de vida? - O que mudou no meio ambiente?
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - A vida na região era muito diferente antes do turismo? - Qual o tipo de turismo predominante na região? - Quais seriam os seus principais atrativos na região? - O turismo trás benefícios para quem? - Todos estão satisfeitos? Quem não está? Por quê? - Você conhece outra forma de turismo na região (turismo alternativo)? Quais as vantagens e desvantagens desta forma em relação ao turismo convencional?
Conflitos e Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Como o desenvolvimento da região têm influenciado o meio ambiente? Exemplos? Uma história? - Existe algum recurso natural (fauna, flora e minerais) ameaçado? Por quê? - Algum outro recurso natural também está sendo ameaçado? Por quê? - Existe alguém que pensa diferente?
Obstáculos/ oportunidades (TEC e DTS)	<ul style="list-style-type: none"> - Como você enxerga o futuro da região? - Como a situação pode ser melhorada? - Como/ quais organizações/instituições têm influenciado na região? É uma influência positiva ou negativa? - Como o Poder Público tem atuado? Como deveria atuar? - No caso do turismo, quais são as oportunidades/ potencialidades? - Quais são os obstáculos/ dificuldades? - Existe alguma entidade/ pessoa com trabalhos ou propostas sustentáveis de turismo? Exemplo? - Você (sua instituição) gostaria de participar de algum projeto comunitário/ associativo, quem sabe, envolvendo outras instituições?

- Existe algum outro assunto sobre o qual você gostaria de falar? Existe alguma pergunta que você gostaria de fazer?
- Quais outras pessoas ou entidades você sugere que sejam entrevistadas?

IMPRESSÕES PESSOAIS SOBRE A ENTREVISTA

Entrevista n°: ()

Anotações:

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)